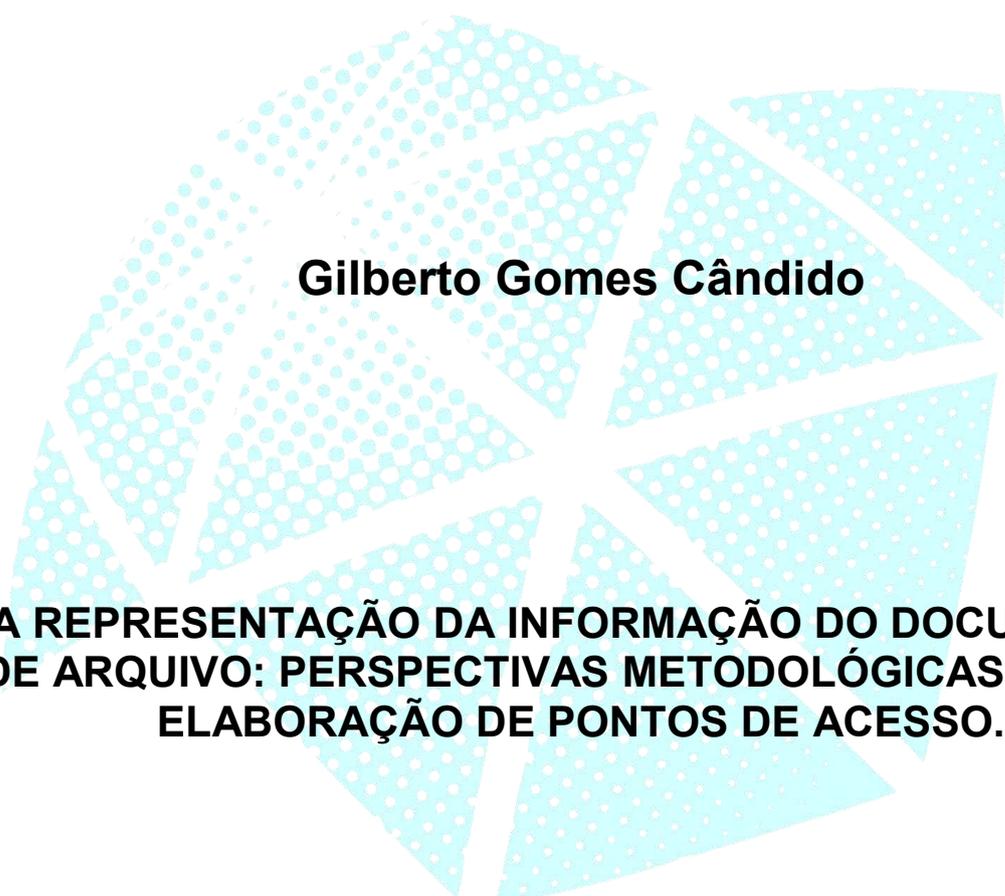




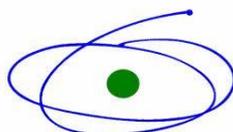
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
Programa de Pós – Graduação em Ciência da Informação



Gilberto Gomes Cândido

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO
DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA A
ELABORAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO.**



C A P E S

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Marília/SP
2014

Gilberto Gomes Cândido

**A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO
DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA A
ELABORAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

**Marília/SP
2014**

Gilberto Gomes Cândido

A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA A ELABORAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes (Orientador)
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Marília/SP.

Dra. Natália Bolfarini Tognoli (Membro Interno)
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Marília/SP

Dra. Rosane Suely Alvares Lunardelli (Membro Externo)
Universidade Estadual de Londrina – UEL

MEMBROS SUPLENTEs

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Membro Interno)
Universidade Estadual Paulista – Unesp – Marília/SP

Dr. Thiago Henrique Bragato Barros (Membro externo)
Universidade Federal do Pará- UFPA – Pará/PA

**Marília/SP
2014**

Cândido, Gilberto Gomes.

C217r A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso / Gilberto Gomes Cândido. – Marília, 2014.
133 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

Bibliografia: f. 125-133

Orientador: João Batista Ernesto de Moraes

1. Documentos arquivísticos. 2. Catalogação – Documentos arquivísticos. 3. Catálogo de autoridade (Recuperação da informação). 4. Análise documentária. 5. Diplomática. 6. Arquivologia. I. Título.

CDD 025.3414

*Dedico esse trabalho:
Aos meus pais, Jaime e Iracema, e ao meu irmão Genilson.
Ao meu Namorado Fábio.*

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, e por ter escolhido os melhores anjos para cuidar de mim, que hoje os chamamos de Pai (Jaime M. Cândido) e Mãe (Iracema G. Cândido) e que são muitos preciosos aos meus olhos, ao meu Irmão Genilson G. Cândido com carinho.

Ao meu namorado Fábio, com todo amor e carinho, por sempre me apoiar e acreditar junto comigo nos meus projetos que acabaram se tornando os dele, assim como os dele, se tornaram os meus também, agradeço a ele por tudo que fez e continua fazendo por mim. PS: Eu Te Amo.

Ao meu orientador Prof. João Batista Ernesto de Moraes, pelos conselhos e discussões sobre a temática escolhida, e também pelas risadas constantes, e por ser esse ótimo profissional, o meu muito obrigado.

Ao Prof. José Augusto Chaves Guimarães, por ter participado da minha banca de qualificação e ter contribuído de forma pontual para o desenvolvimento desta pesquisa, e por ser um excelente pesquisador, os meus agradecimentos.

A Dra. Natália Bolfarini Tognoli, por ter participado da minha banca de qualificação, de modo a auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa, e pelas discussões no Cedhum que me ajudaram nas correções dessa pesquisa, o meu muito obrigado.

A Dra. Rosane Lunardelli pelas considerações precisa e concisa na exposição da dissertação, o meu muito obrigado.

A CAPES por ter me proporcionado 24 meses de bolsa durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos, que são a minha segunda família que Deus me permitiu conhecer durante o percurso da minha Vida.

*As minhas Amigas: Gisnai Carlos que é como se fosse uma irmã para mim. A Laura Maria, que apesar de parecer meio descompensada das ideias rsrs, eu amo pra C*****, Daniela Matos, que apesar de ser uma amizade nova com poucos anos de vidas, já é dotada de cumplicidade e muitas risadas. Suellen Martins que apesar de morar perto de casa e nossas mães serem amigas de longas datas, nos conhecemos pessoalmente somente o ano passado, vindo a se revelar uma grande amiga, a qual contribui lendo, e lendo e relendo essa dissertação, você sabe que te adoro Super Suellen. Ah! Parabéns pelo casório que ocorrerá neste ano com o Elton. A Andrieli Pachu, que apesar de ser meio áspera, pera lá, eu também não fico atrás, tem um coração enorme, além de ser linda, representa a beleza da mulher brasileira. Ow meninas nada de ficar com ciúmes dela hein! A Francisnaira Ravazi, mais conhecida como Rapunzel, dizem que ela é calma e não fala bobeira, anh? Deus tá vendo rsrsr. A Isadora Evangelista, a chata, mas que nos amamos, pois fazer o quê né, na vida não são só flores rsrs. E também a Lilian Presumido pelas conversas que foram acompanhadas de boas risadas.*

Aos meus Amigos, que não irei colocar os nomes, porque não quero passar de uma página de agradecimentos, sintam se abraçados e reconhecidos, e nada de cobrar depois dizendo: eu não vi meu nome nos agradecimentos da sua dissertação, pois vamos parar com essa viadagem hein, e o resto Deus Cuida!

Aos meus Seres preferidos dos Grupos de Pesquisas: Análise Documental e Formação e Atuação Profissional em Organização da Informação.

Nossa...esses agradecimentos estão parecendo aquele comercial de TV que faz um monte de agradecimentos para no fim chegar a marca de Sardinha Gomes da Costa rsrs palhaçada viu?

O meu muito obrigado, á todos que me acompanharam em mais essa fase da Minha Vida.

Amo Vocês Capetinhas, Sucessos sempre regado com muita Harmonia!

*Se você tem um sonho, tenha vontade suficiente para busca-lo,
Perseverança para conquista-lo, capacidade suficiente.
Para administra-lo e humildade o bastante para conserva-lo.
Autor: meu grande amigo Leandro Marques.*

*Menos de um segundo e eu já perco o ar
Quase um minuto, quero te encontrar
É um sentimento que preciso controlar
Porque você se foi
Não está aqui
Tudo que ficou
Mexe com meu interior
Isso afeta meus sentidos
Foi o seu cheiro que sumiu
Tudo acabou, interrompeu-se tudo que existiu
Partiu num dia qualquer
Sem ao menos dizer adeus
E o que ficou?
Um coração que sofre
Como quem espera a próxima entrada da estação
E o que separa o frio do calor
É a emoção de saber que vou
Poder te reencontrar um dia
Eternamente te encontrar
Eternamente encontrar você[s]
(Banda Rosa de Saron, Compositor Guilherme de Sá)*

*In memoriam de José Maria Cândido (Vovô); Orides Gomes (Vovô) e Maria
Aparecida de Oliveira Gomes (Vovô).
Amo vocês, SAUDADES.*

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. *A representação da informação do documento de arquivo: perspectivas metodológicas para elaboração de pontos de acesso*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2014.

RESUMO

O Percurso deste estudo é calcado na interdisciplinaridade, uma vez que busca apontar métodos que se encontram em outras áreas e campos de conhecimento, com intuito de proporcionar discussões teóricas e práticas, a partir de apontamentos metodológicos, sobre a Diplomática Arquivística, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido. Isto posto, o objeto deste estudo é o documento de arquivo em sua fase permanente em suporte de papel. Nesta fase, o documento de arquivo é submetido à descrição, na qual seu conteúdo é descrito para proporcionar o acesso e a recuperação da informação. Esta descrição é realizada tendo como base normas Internacionais, como a Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD (G)) e a Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR (CPF)), quanto a Nacional como a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE); essas propõem a padronização da descrição, partindo de elementos comuns, apresentadas em seus níveis de descrição. Estas normas incidem na elaboração de instrumentos de pesquisa, apresentando-os no formato de Guia, Inventário e Catálogo, permitindo o acesso e a recuperação da Informação na fase permanente, porém, estes podem ser utilizados nas outras fases documentais. Os instrumentos de pesquisa, da mesma maneira como a descrição, são aplicados na fase permanente. Contudo, acentua-se que as normas não se comprometem com as entradas ou saídas de dados, bem como os instrumentos de pesquisas ficam a cargo de cada instituição custodiadora por sua elaboração. Desta forma, o problema desta pesquisa, é *a falta do desenvolvimento de métodos que auxiliem o arquivista a representar e dar acesso à informação e o grau da necessidade em tê-los nessa área*. Assim, ao se buscar nas normas meios de representar os documentos de arquivo, depara-se com o termo *ponto de acesso*, que em uma compreensão geral, são termos extraídos do documento e compilados para proporcionar o acesso. Porém, como já foi enfatizado, nem uma das normas se compromete na elaboração de instrumentos de pesquisa, sendo que essa falta recai sobre a escassez de *métodos e discussões* de como elaborar estes pontos de acesso. Deste modo, se apresenta essas metodologias como hipóteses, sendo elas: Diplomática Arquivística, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido, essas três buscam identificar elementos essenciais para fazer a representação da informação. As metodologias apresentadas como hipótese têm como objeto de estudo o texto e seus elementos, deste modo podem se considerá-las auxiliares na resolução do problema apresentado, ajudando o arquivista a representar a informação do documento de arquivo ao complementar os elementos proporcionados nas normativas.

Palavras-Chave: Descrição, Análise Documental, Diplomática Arquivística, Percurso Gerativo de Sentido.

ABSTRACT

The course of this study is based by the interdisciplinarity, once it seeks to identify methods that are in other areas and fields of knowledge, with a view to provide theoretical and practical discussions, from methodological notes about the Diplomatics Archives, Document Analysis and Generative Trajectory of Meaning. Having that in mind, the object of this study is the document file in its permanent stage in the physical state. At this stage, the document file is submitted to the description in which its content is described to provide access and information retrieval. This description is realized/achieved taking as basis international standards such as the General International Standard Archival Description (ISAD (G)) and the International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families (ISAAR (CPF)), about the Brazilian Standard Archival Description (NOBRADE); these propose standardization of the description, from common elements, presented in their levels of description. These norms focus on the development of research instruments, presenting them in the Guide, Inventory and catalog format, enabling the access and the information retrieving in the permanent phase, however, these can be used in other documentary phases. The research instruments, like in the description, are applied in the permanent phase. However, it stresses that the norms do not commit to the input or output data, as well as research instruments are borne by each custodian institution for its elaboration. So, the problem of this research is the lack of develop methods that help the archivist to represent and provide access to information and the degree of the necessity to have them in this area. At this point, when we search in norms a way of represent the archive documents, we faced with the term access point, that in a general comprehension, are terms extracted from the document and compiled to proportion the access. However, as already emphasized, none of the rules is committed in designing research instruments, and this lack falls with the absence of methods and discussions of how developed these access points are. In this way, these methodologies are presented as hypotheses, namely: Diplomatics Archives, Document Analysis and Generative Trajectory of Meaning; these three seek to identify essential elements to make the representation of information. The methodologies presented as hypothesis have as its object of study the text and its elements, so we can consider that they give us a support in the troubleshooting presented, helping the archivist to represent the information of the archive document to supplement elements proportionated in norms.

Keywords: Description, Document Analysis, Diplomatics Archives, Generative Trajectory of Meaning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Documento: Lista de Frequência.....	115
Figura 02- Documento: Ofício de verba suplementar.	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- As discussões ocorrentes durante o processo de Normalização da Descrição no Canadá entre as décadas de 90 e 80.....	41
Quadro 02- Etapas de Elaboração da Norma de Descrição Arquivística Internacional.....	46
Quadro 03 - Etapas de elaboração da Norma de Pontos de Acesso na década 90.....	49
Quadro 04- Definições de Análise Documental.....	79
Quadro 05 - As Fases e os Processos da Análise Documental de Conteúdo (ADC).....	86
Quadro 06- Exemplificação sobre o que é um conceito, por meio dos enunciados.....	86
Quadro 07- Objeto de interlocução entres as metodologias no texto.....	106
Quadro 08- Interlocução de análise das metodologias na identificação dos conceitos do texto para representação da Informação.....	108
Quadro 09 - Interlocução entre a Diplomática Contemporânea e Percurso Gerativo de sentido.....	110
Quadro 10- Interlocução entre as metodologias na Seleção dos Conceitos.....	111
Quadro 11- Interlocução entre as metodologias na Representação e Controle dos Conceitos.....	112
Quadro 12- Aplicação das metodologias Diplomática Contemporânea e Análise Documental na Figura 01.....	116
Quadro 13- Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido e Análise Documental, na Figura 01.....	116
Quadro 14- Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido, Seleção dos Conceitos, na Figura 01.....	117
Quadro 15- aplicação das metodologias Diplomática Contemporânea e Análise Documental na Figura 02.....	119
Quadro 16- Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido e Análise Documental, na Figura 02.....	119
Quadro 17- Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido, Seleção dos Conceitos, na Figura 02.....	120

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise documental
BAD	Bibliotecários, Arquivista e Documentalista.
BCA	Bureau of Canadian Archivists.
CAP	Campo de Atuação Profissional/Campos de Autuações Profissionais.
CDS	Committee on Descriptive Standards.
CI	Ciência da Informação.
ICA	Intenational Council on Archives/ Conselho Internacional de Arquivo-CIA.
IFLA	International Federation of Library Associations.
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de registro de autoridade Arquivística para Entidades. Coletivas, Pessoas e Famílias.
LD	Linguagem Documentária.
LN	Linguagem Natural.
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística.
RAD	Rules for Archival descripton.
RDDA	Règles pour la description des documents d'archives.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. DELINEAMENTOS DO PROBLEMA	17
1.2. HIPÓTESES.....	19
1.3. OBJETIVOS	22
1.4. JUSTIFICATIVA.....	23
1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA	24
2. O DOCUMENTO DE ARQUIVO	25
2.2. CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO DE ARQUIVO	25
2.2.1. CONCEITO DE DESCRIÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO	35
3. INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EM ARQUIVO	44
3.1. DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO NORMAS INTERNACIONAIS ISAD (G) E ISAAR (CPF).....	45
3.1.2. NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO – NOBRADE.....	53
3.1.3. INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	56
3.1.3.1 PONTO DE ACESSO.....	59
4. PRODUTO DE REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EM ARQUIVO	63
4.1. DIPLOMÁTICA.....	65
4.1.1. CLÁSSICA E MODERNA	67
4.1.2. CONTEMPORÂNEA.....	70
4.2. ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO.....	79
4.2.1. FASE ANALÍTICA DA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO	84
4.2.2. FASE SINTÉTICA DA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO	87
4.3. PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO	89
4.3.1. PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS	89
4.3.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO.....	96
4.3.2.1. NÍVEL NARRATIVO	98
4.3.2.2. NÍVEL DISCURSIVO	101
5. PROCEDIMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EM ARQUIVO: PERSPECTIVA METODOLÓGICAS	104
5.1. INTERLOCUÇÕES ENTRE AS METODOLOGIAS POR MEIO DO OBJETO DESTAS O TEXTO.	105
5.1.2 INTERLOCUÇÕES ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA, ANÁLISE DOCUMENTAL E PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO POR MEIO DOS ELEMENTOS INTRÍNSECOS QUE ESSAS OBSERVAM NO TEXTO POR MEIO DE SUAS METODOLOGIAS.	107
5.1.2.1. APLICAÇÕES DOS PROCEDIMENTOS APRESENTADOS PELAS METODOLOGIAS, SOBRE DUAS ESPÉCIES DOCUMENTAIS ARQUIVÍSTICA.	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	125

1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI), como área interdisciplinar, é voltada para os estudos de fenômenos que estão presentes na produção, organização e uso da informação, permitindo com que se faça a elaboração de instrumentos e se estabeleçam metodologias que viabilizem a disseminação da informação, de modo a levá-la a grupos sociais diversificados, cumprindo, assim, o seu cunho social que é o de informar e dar acesso.

Dentre os autores da CI, alguns a reconhecem como área do conhecimento, que por vez abrange três subáreas, que podem ser chamadas de Campos de Atuação Profissional (CAP)¹, sendo elas: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, cada uma com seu objeto de estudo específico dentro do contexto ao qual está inserido.

Cada CAP possui um tratamento específico para a produção, organização e uso da informação, nos quais as características e especificidades são inerentes ao objeto que se apresenta em um determinado contexto.

Com isso, a CI proporciona interlocuções de suas metodologias para com outras áreas do conhecimento que, ou pertencem à Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas, ou como elas dialogam, como: Direito, Filosofia, Linguística, Sociologia, etc.

Alguns autores da CI, como Borko (1968); Brookes (1980); Foskett (1973); Le Coadic (1996) e Saracevic (1996) discorrem sobre essas inter-relações que a CI permite fazer com outras áreas do conhecimento, firmando assim, a sua interdisciplinaridade ao se emprestar métodos de outros CAPs.

Desse modo, este estudo tem o seu percurso calcado na interdisciplinaridade, ao apontar métodos que se encontram em outros CAPs, com intuito de proporcionar discussões teóricas e práticas, sobre a representação da informação do Documento de Arquivo, com base nos apontamentos metodológicos, sobre a Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido, fazendo assim jus ao termo dissertação ao expor e argumentar sobre a temática lançada no âmbito da Arquivologia.

¹ GUIMARÃES, J. A. C. Elementos para organização do conhecimento: Biblioteconomia, 31 de Outubro de 2013. Nota de Aula.

Isto posto, o objeto deste estudo é o documento de arquivo em sua fase permanente, cujo valor primário é o probatório; no entanto, nesta fase também lhe é permitido atribuir uma outra acepção que é o valor histórico, de forma secundária, pois este último, não menos importante que o primeiro, permite que se faça uma reconstrução do passado com a finalidade de auxiliar no futuro.

Evidencia-se, nesta parte do texto, que não há o intuito de discorrer sobre correntes teóricas que embasam o ciclo documental e muito menos discuti-las, uma vez que o ponto central deste estudo é fazer apontamentos de métodos que auxiliem o arquivista a complementar os instrumentos de pesquisas, com pontos de acesso concernentes ao documento, para fim de acesso e recuperação posterior.

Na fase permanente, o documento de arquivo é submetido à descrição, no qual o seu conteúdo é descrito para proporcionar o acesso e a recuperação da informação. As normas, que se apresentam nesta fase documental, foram elaboradas tendo como base suas funções genéricas na descrição.

Nesta fase comumente se utilizam de normas, tanto Internacionais como a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), quanto a Nacional como a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE); essas propõem a padronização da descrição, partindo de elementos comuns, apresentadas em seus níveis de descrição.

As normas de descrição de documento de arquivo se fazem usuais em arquivos permanentes, apesar de ressaltarem que a descrição do documento de arquivo pode ser aplicada em quaisquer fases documentais. Essas normas incidem na elaboração de instrumentos de pesquisa, apresentando-os no formato de Guia, Inventário e Catálogo, permitindo o acesso e a recuperação da Informação na fase permanente, porém, estes podem ser utilizados nas outras fases documentais.

Os instrumentos de pesquisa, da mesma maneira como a descrição, são gerados na fase permanente, como exposto na literatura deste CAP, sendo que cada instrumento de pesquisa cumpre a função a ele atribuída, apresentando aspectos distintos entre si, como Guia, Inventário e o Catálogo.

O Guia serve ao arquivo como instrumento de pesquisa, ao proporcionar que as pessoas conheçam o que ele mantém em sua custódia, ao fornecer um panorama de sua documentação e quais instrumentos de pesquisa que ele dispõe.

Em síntese, ele é um convite de entrada da instituição e um meio de divulgação de seus serviços.

Por sua vez, o Inventário descreve conjuntos documentais ou partes do fundo, apresentado as classificações realizadas no arranjo e os seus critérios, além de fornecer uma descrição da estrutura, com uma breve introdução histórica.

Já o Catálogo descreve, unitariamente, as peças documentais de uma série, ou mais de uma, de um conjunto de documentos, respeitando ou não a ordem que se encontra. Proporciona, ainda, a averiguação do conteúdo e a sua localização temporal, sendo que sua descrição abarca alguns critérios.

Portanto, se pode observar e evidenciar os aspectos distintos que cada instrumento de pesquisa contém, bem como sua serventia para com o arquivo e seus usuários.

Contudo, acentua-se que, as normas não apresentam entradas ou saídas de dados, bem como os instrumentos de pesquisas ficam a cargo de cada instituição custodiadora por sua elaboração.

Percebe-se que é neste ponto que emana o problema desta pesquisa, *a falta do desenvolvimento de métodos que auxiliem o arquivista a representar e dar acesso à informação e o grau da necessidade em tê-los nessa área, observa-se ainda que, não há articulação entre os instrumentos e os produtos, nem sequer se cogitam procedimentos.*

Assim, ao se buscar nas normas meio de representar a informação contida nos documentos de arquivo, depara-se com o termo *ponto de acesso*, que em uma compreensão geral, são termos extraídos do documento e compilado para proporcionar o acesso.

Porém, como já foi enfatizado, nenhuma das normas sugere a elaboração de instrumentos de pesquisa, sendo que essa falta recai sobre a escassez de *métodos* e *discussões* de como elaborar estes pontos de acesso.

Desta forma, se parte para delinear o problema deste estudo, com o intuito de responder as seguintes perguntas: Como? Para quê? Por quê? fazem-se os pontos de acesso nos arquivos e quais são as metodologias existentes que podem auxiliar na sua elaboração.

1.1. DELINEAMENTOS DO PROBLEMA

Deste modo, como ponderado até este momento, as normas não sugerem instrumentos de pesquisas ou sequer apresentam métodos para a sua elaboração, enfatizam apenas que a descrição pode auxiliar na elaboração de instrumentos de pesquisa. Subentende-se, deste modo, que os métodos de descrição não demonstram como elaborar pontos de acesso e nem os instrumentos de pesquisa, estes apenas apresentam elementos que auxiliam para que estes possam ser elaborados.

Contudo, deixa-se em evidencia que, as normas abordadas nesta pesquisa são estruturais e não de conteúdo, por esse motivo apresentam tal déficit ao não se envolver com os instrumentos de pesquisa.

Ao recuperar as normas de descrição, nota-se que a primeira a ser elaborada teve como intuito atender uma descrição geral, na qual os arquivistas pudessem se espelhar para descrever o documento de arquivo sendo esta a ISAD (G), sua primeira versão é datada de 1994; contudo esta não trouxe consigo sequer um título que enfatizasse os pontos de acesso ou métodos que auxiliassem na sua elaboração.

Alguns anos após a publicação da ISAD (G), o Conselho Internacional de Arquivo (ICA/CIA) se reuniu novamente, com o desígnio de contribuir com alguns elementos os quais a ISAD (G) não contemplava, elaborando assim a ISAAR (CPF), apresentada aos arquivistas em meados do ano 1996.

Esta norma trouxe consigo contribuições significativas à comunidade arquivística, sendo uma delas, o Título 5.1.2.Forma(s) Autorizada(s) do Nome, que veio a contribuir para compor os pontos de acesso, frisado na ISAAR (CPF) como de suma importância.

O título apresentado pela a ISAAR (CPF) demonstra que os pontos de acesso são elaborados com a finalidade específica de identificar uma entidade coletiva, pessoa ou família, ressaltando ainda que, os pontos de acesso têm como base alguns elementos da descrição.

Todavia, não demonstra quais métodos podem ser utilizados para elaboração de pontos de acesso, apresentando apenas aspectos que devem ser levados em

conta para a elaboração destes, como: data, nome, jurisdição, etc., deixando a desejar sobre esta temática.

Ao traspor essa temática para o âmbito nacional, evidencia-se que a NOBRADE se constituiu com base nas normas Internacionais, pois tanto a ISAD (G) quanto a ISAAR (CPF) abrem precedência para elaboração de normas nacionais e incentivam essa incumbência.

A NOBRADE, ao ser elaborada, buscou contemplar e se espelhar nas normas ISAD (G) e a ISAAR (CPF), para que fosse atendida de maneira significativa a descrição dos documentos de arquivo Brasileiros.

Assim como a ISAAR (CPF), a NOBRADE se preocupou em trazer em sua conjuntura a necessidade de se elaborar os pontos de acesso, abordando estes procedimentos no Título 8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos, cujo subtítulo é 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos.

Nesse subtítulo, a norma proporciona alguns procedimentos que devem ser seguidos para a elaboração dos pontos de acesso, partindo dos elementos de descrição, tais como: 1.2 título, 2.1 nomes(s) do(s) produtor(es), 2.2 História administrativa / biografia e 3.1 Âmbito e conteúdo.

Não obstante, esses procedimentos muito se assemelham aos aspectos que o ISAAR (CPF) proporciona para a descrição.

Além disso, a NOBRADE salienta que este elemento de descrição, exige estudo e a aplicação de política de como se dará a recuperação e a representação sistêmica das informações.

Ao delinear a problemática deste estudo deixa-se em evidencia que, nessas normas não há outra base procedimental para a elaboração de pontos de acesso, a não ser o de seguir os elementos de descrição evidenciados nas próprias normativas apresentadas.

Observa-se, assim, o déficit existente de *procedimento metodológico para a elaboração dos pontos de acesso que vão além de normas e convenções*, os métodos até então apresentados estão intrinsicamente ligados a estas que nem sequer apresentam outros meios para sua elaboração que viessem a colaborar efetivamente para a elaboração dos pontos de acesso.

Sendo assim, ressalta-se a necessidade de resposta sobre esta problemática abordada, visando a entender quais são as metodologias existentes que poderiam

vir a contribuir para elaboração dos pontos de acesso na representação da informação.

Com base nisso, surgem algumas hipóteses que podem contribuir para problemática apresentada a seguir.

1.2. HIPÓTESES

As hipóteses que aqui são levantadas têm como função responder a pergunta ensejada para dar início a esse estudo que se evidencia no problema, que é: *Quais são as metodologias existentes que poderiam vir a contribuir para elaboração dos pontos de acesso na arquivologia para representação da informação?*

Ao se fazer os levantamentos bibliográficos para esta pesquisa, deparou-se com metodologias cujo escopo é o *conteúdo do texto e os elementos inerentes que o compõem*, permitindo que essas sejam apresentadas como hipóteses, *que poderão vir ou não, a servir na elaboração dos pontos de acesso*.

Deste modo, se apresentam esses procedimentos metodológicos como Hipóteses, sendo eles: a Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido, essas três buscam identificar elementos essenciais para a realização da representação da informação.

Dois dos procedimentos metodológicos expostos vêm da Área de Ciência da Informação, e a outra, da Linguística. Porém, essas dialogam entre si ao criar uma convivência simbiótica, em que uma complementa a outra na análise e na extração dos elementos textuais.

A *Diplomática Contemporânea* é utilizada no CAP da arquivologia, como método que auxilia na identificação e verificação do contexto em que o documento foi elaborado, a análise do contexto ocorre por meio dos elementos intrínseco e extrínseco da estrutura textual e da forma do documento, que remete a etapas de sua elaboração.

Já *Análise Documental* (AD)² é mais acentuada pelo CAP da Biblioteconomia, em um primeiro momento sua utilização se dava para leituras de textos técnicos ou científicos, com a finalidade de se conhecer seu conteúdo para representá-los.

Essa metodologia se expõe em duas etapas de análise, a primeira etapa é a *Analítica* que permite reconhecer os elementos textuais por meio de técnicas de leituras, tendo como auxílio estratégias cognitivas e metacognitivas, que são procedentes da psicologia como os *bottom-up* (análise indutiva) e *topdown* (análise dedutiva). A segunda etapa é a sintática, que visa à seleção de conceitos (os enunciados de assuntos são ordenados de acordo com a sua categorização); condensação documentária (síntese do texto) e representação documentária (linguagem de indexação).

Assim como a Diplomática Contemporânea e Análise Documental, o Percurso Gerativo de Sentido também permite identificar os elementos textuais que virão a servir para a representação da informação, esta metodologia apresenta três níveis de análise, sendo eles: fundamental, discursivo e narrativo, todos são distintos em sua forma de análise, porém existe uma interdependência entre eles para que haja a construção de sentido do texto.

O *Percurso Gerativo de Sentido* entende essas estruturas como: profunda ou *fundamental* (categorias semânticas), *narrativa* (estrutura canônica) e *discursiva* (concretização de temas e figuras).

Neste primeiro nível, o *Fundamental*, se estabelece por uma relação de contrariedades, como por exemplo, no documento de arquivo podem ser identificados alguns casos pelos seguintes termos que apresentam essa contrariedade, sendo eles: Deferido x Indeferido, Ratificar x Retificar, Relevante x Irrelevante, Sobrestado x Trâmite, Outorgado x Revogado etc., com esta análise permite-se identificar traços simples e abstratos do texto, como sua oposição semântica.

No segundo nível, o *Narrativo*, ocorre por meio da interlocução entre o sujeito e objeto que se relacionam para sua identificação, contando assim um fato/história. Vale ressaltar que se entende o documento de arquivo como sendo descritivo, ou

² “O uso da expressão *análise documental* em vez de *análise documentária* deve-se ao fato de que a derivação dos adjetivos precedentes dos substantivos terminados em – *nto* (comportamento, monumento, departamento etc.), faz-se em nossa língua, mediante o sufixo – *al* (comportamental, monumental, departamental etc.). (GUIMARÃES; NASCIMENTO; MORAES, 2005, p. 135)”.

seja, objetivo ao descrever uma função e atividade isenta de subjetividade. Contudo, quando o arquivista age sobre o Documento de Arquivo com a intenção de interpretação para representá-lo, este se torna subjetivo, e assim se pode identificar a Manipulação, Competência, Performance e Sanção.

O terceiro nível, o *Discursivo*, identifica os elementos concretos do texto por meio dos termos que se remetem a temas e figuras, o tema contém características predicativas³ e interpretativas do mundo natural, já a figura representa o mundo natural por meio descritivo.

Contudo, neste estudo irá abordar apenas o segundo e o terceiro níveis do Percurso Gerativo de Sentido que permite identificar nos níveis Narrativo e Discursivo do texto os caracteres/elementos que auxiliam na representação do documento de arquivo. O nível Fundamental não será abordado sobre o documento de arquivo, uma vez que este nível busca auxiliar na identificação da ideia principal que não aparece de *forma explicita no texto*, por meio das oposições de asserção e negação que nos leva ao *aboutness* (temática). Desta forma, parte-se do pressuposto que o documento de arquivo traz expresso, por meio do contexto em que foi elaborado, a sua função e atividade, apresentando assim sua ideia principal de modo objetivo, sem apresentação de informação implícita, mais sim explícita. Visto que, qualquer informação que o documento de arquivo apresentar de forma implícita é alvo de contestação, invalidando assim seu ônus de prova.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos apresentados como hipóteses têm como objeto de estudo, o texto e seus elementos. Deste modo, podem se considerá-los auxiliares na resolução do problema apresentado, ajudando o arquivista a representar a informação do documento de arquivo ao complementar os elementos proporcionados nas normativas.

Por mais que o foco deste estudo esteja no documento físico (permanente), abre-se procedência para que estes procedimentos metodológicos sejam aplicados também em documentos de arquivo no formato digital, uma vez que, por mais que este só possa ser lido em meio eletrônicos, continuam contendo elementos intrínsecos e extrínsecos formais no seu contexto e forma.

Para melhor visualizar tais procedimentos metodológicos, propõe-se que, após as apresentações das interlocuções, seja realizada a aplicação destes

³ O *Predicativo* exprime um estado ou qualidade atribuídos ao sujeito ou ao objeto

procedimentos metodológicos sobre o documento de arquivo, o que torna esta pesquisa exploratória e aplicada, cujo intuito é comprovar a eficácia ou não destes procedimentos metodológicos na representação do conteúdo do documento de arquivo na elaboração de pontos de acesso.

Em vista disso, utilizaram-se duas Espécies Documentais⁴ que se encontram em sua fase permanente e que são pertencentes ao Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília – CEDHUM, as escolhas desses documentos se deram de forma aleatória, sendo que, um pertence ao Fundo Prefeitura Municipal de Marília, sendo: ofício. E o segundo documento é pertencente ao Fundo da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília, sendo: Lista de Frequência.

1.3. OBJETIVOS

GERAL:

- Busca-se verificar a utilização da Diplomática Contemporânea, da Análise Documental, e do Percorso Gerativo de Sentido como procedimentos metodológicos para auxiliar na representação da informação do documento de arquivo, além de contribuir para discussões e aprofundamento na área sobre a representação do documento de arquivo, ao se visar à elaboração de pontos de acesso.

ESPECÍFICO:

Emanam do objetivo geral os objetivos específicos, que são expostos de modo pontual, sendo eles os seguintes:

⁴ Espécie documental “Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme(2), folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTICA, 2005, p.85)”.

- Propor procedimentos metodológicos para a representação da informação do documento de arquivo na elaboração de pontos de acesso que vão além de normas e convenções.
- Demonstrar a interlocução entre as metodologias cujo elemento em comum é o texto
- Contribuir para a visualização das etapas do processo de representação da informação do documento de arquivo com a aplicação dos procedimentos metodológicos apresentados.

1.4. JUSTIFICATIVA

A justificativa deste estudo se dá por proporcionar um aprofundamento relevante sobre a representação da informação do documento de arquivo, de modo a contribuir para discussões teóricas.

Essas abordagens metodológicas apresentadas revestem-se de suma importância, uma vez que agem de modo a complementar as normativas que regem a descrição da informação do documento de arquivo.

Além disso, o estudo traz consigo que tanto as normas quanto as metodologias dialogam ao representar o documento de arquivo, entretanto, as normas apresentam níveis (diretrizes) que podem ser seguidas, já as metodologias demonstram uma leitura dinâmica que permite identificar os pontos de acesso inerentes ao conteúdo do documento de arquivo.

Expõe-se, ainda, que a temática abordada subsidia a necessidade que os arquivistas têm em conhecer métodos que auxiliem na representação da informação do documento de arquivo.

Relata-se, também, que o presente estudo carrega consigo certa reflexão ao ir além das normativas expondo outros métodos que podem ser visivelmente observados no cotidiano do Arquivista.

1.5. ESTRUTURA DA PESQUISA

Esta dissertação se apresenta dividida em cinco capítulos:

O primeiro capítulo apresenta o que é o *Documento de arquivo e a representação documental* – nesta parte do texto discorreu-se sobre as características do documento de arquivo e as qualidades que o diferenciam do documento não Arquivístico.

Já no segundo capítulo adentrou-se nos *Instrumentos de representação do documento em arquivo*, buscando entender e evidenciar o conceito de descrição para a comunidade arquivística e quais os meios utilizados por ela para descrever o documento de arquivo, para isso, se apresentam algumas normativas em âmbito nacional e internacional que se utilizam de seus caracteres/elementos para descrevê-lo, e do qual esses, se refletem na elaboração de instrumentos de pesquisa como guia, inventário e catálogo etc.

O terceiro capítulo apresentou os *Produtos de representação do documento em arquivo na elaboração de pontos de acesso* – os procedimentos apresentados têm objetivos em comum na análise do corpus do texto, ao buscar identificar elementos que sobressaem de seu conteúdo com intuito de representar a informação que aquele apresenta. Entretanto, cada método contém características próprias ao servir diferentes Áreas e CAPs, deste modo se apresentam os seguintes procedimentos como meio para elaboração dos pontos de acesso ao documento de arquivo, como: Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percorso Gerativo de Sentido.

No quarto capítulo se demonstram os *Procedimentos de representação documentos em arquivos: perspectivas metodológicas*, por meio da Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percorso Gerativo de Sentido. Num primeiro momento, se expõem as interlocuções que ocorrem entre elas, tornando-se admissível a sua aplicação na elaboração dos pontos de acesso ao documento de arquivo, cuja intenção é proporcionar a representação e acesso à informação.

No quinto capítulo se apresentam as interlocuções entre os procedimentos metodológicos, e a sua aplicação sobre o documento de arquivo com intuito de verificar a sua funcionalidade e se esses procedimentos atendem ou não à elaboração de pontos de acesso.

2. O DOCUMENTO DE ARQUIVO

Neste capítulo, são abordados alguns pontos relacionados à representação da informação do documento de arquivo, por meio de síntese dos pontos que serão percorridos. Ao demonstrar o objeto de estudo, o documento de arquivo, e o que lhe caracteriza como sendo tal, perpassa-se pelo Direito Romano ao se abordar aspectos de fé pública e memória perpétua, apresentando algumas definições.

Identificou também cinco elementos que são considerados como qualidades inerentes ao documento de arquivo, sendo elas: Imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relação/organicidade e unicidade, pelos referidos autores: Jenkinson (1922) e Duranti (1994).

Por conseguinte, através da identificação das qualidades do documento de arquivo pode-se adentrar sua estrutura, com o intuito de visualizar os caracteres/elementos interno e externo a ele. Após ter em vista a estrutura do documento de arquivo, passou-se a levantar os métodos existentes para sua representação, concluindo-se que a Arquivologia se utiliza do processo da Descrição do documento de arquivo, com intuito de representa-lo em instrumentos de pesquisa.

A descrição apresenta dois sentidos no âmbito arquivístico: *processo* e *produto*; processo ligado à análise do documento, e produto como instrumentos de pesquisa e acesso.

2.2. CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

A etimologia da palavra “Documento”, em *Latim Documentum*, derivado de *Docere* – ensinar, que evoluiu para significado de “prova”, e no início do século XIX passou a ter o sentido de testemunho histórico também (NUNEZ-CONTRERAS, 1981).

Na concepção de Duranti (1994a, p. 331), o conceito de prova do documento de arquivo está relacionado à ideia de memória perpétua⁵ e de fé pública oriundas do Direito Romano, essas características eram conferidas aos documentos, no momento qual, “a memória perpétua expressa à relação entre documentos de arquivo e os fatos que eles atestam, e que a fé pública expressa à relação entre os arquivos e a sociedade a que servem”.

O termo “fé pública” relaciona-se a outros dois conceitos que vieram deixá-lo mais compreensivo, apresentado por Duranti (1994a) como; “*Evidência (prova) e Documento antigo*”. O conceito de evidência (prova) atribui capacidade probatória aos documentos originais ou cópias autenticadas dos mesmos; já o conceito de Documento Antigo atribui a capacidade probatória aos documentos mantidos em custódia segura e confiável por um longo tempo.

Subentende-se, assim, que os documentos de arquivos atestam o valor de prova tanto para esferas públicas quanto privadas e também no âmbito público social, nos dias atuais, os tabeliões são investidos de fé pública de modo a atribuir o valor de prova aos documentos, como a título de exemplo: procuração, cópias autenticadas etc., que incide sobre o conceito de evidência (prova).

Já as instituições privadas e públicas o que lhes atribuem o valor de prova é a relação que os documentos de arquivo por elas produzidos têm para com a memória perpétua, ou seja, as relações que esses, ao serem produzidos, mantêm para com a instituição, ao comprovarem as funções e a atividades ocorridas, recaindo assim, sobre o conceito de Documento Antigo.

Ainda na concepção de Duranti (1994a) o conceito de memória perpétua que compõe o direito romano não está ligado à ideia de eternidade ou infinito, mas sim sobre a ideia de “continuidade (ou ausência de interrupções), a estabilidade (ou ausência de mudança) e resistência (ou ausência de conhecidos prazo) (p.331, tradução nossa)”.

Alguns teóricos apresentam percepções que vão ao encontro com a aproximação feita por Duranti (1994), ao utilizar o Direito Romano para caracterizar o documento de arquivo como meio de prova, de atividades institucionais (públicas ou privado) ou provocados por indivíduos sociais.

⁵ Memória perpétua é um conceito jurídico, segundo a qual os documentos preservados em um arquivo são autênticos e permanente evidenciando as ações passadas.

Dentre eles, estão alguns teóricos clássicos da arquivologia, tais como: Muller, Feith e Fruin, autores do Manual de Arranjo⁶ e Descrição de Arquivos da Associação dos Arquivistas Holandeses (1973, p.13) que consideram como documento de arquivo quaisquer: “escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário” como prova de atividades.

No entender de Jenkinson (1922), o documento para ser considerado como um documento de arquivo e para que ele possa dizer que é “[...] pertencente à classe do arquivo, ele deve ter sido elaborado e utilizado no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) para qual foi elaborado (1922, p. 11, tradução nossa)”.

Já os documentos de arquivo na compreensão de Schellenberg (2012, p. 41) são “[...] prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos”.

Compartilhando da percepção de Schellenberg (2012), Rousseau e Couture (1998, p.137) demonstram que o documento de arquivo “é um conjunto constituído por um suporte e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeitos de consulta ou como prova [...]”.

Deste modo, o valor de prova atribuído ao documento de arquivo está em registrar atividades rotineiras de uma administração (pública ou privada) ou de indivíduos sociais, além de proporcionar a identificar de quais foram os percursos realizados para a sua elaboração, apresentando, ainda segundo os autores, suportes variados para se fazer o registro da informação.

No entanto, Jenkinson (1922) vai além ao demonstrar que existem também, algumas qualidades que garantem e asseguram ao documento de arquivo o valor de prova, e que, segundo ele, são inerentes ao documento de arquivo, sendo essas qualidades: Imparcialidade e Autenticidade.

A qualidade de imparcialidade do documento de arquivo está relacionada à sua produção, que recai sobre a verdade (prova) dos atos administrativos, pois esses de acordo por Jenkinson (1922) são:

⁶ “o arranjo dado aos documentos pelos próprios órgãos criadores deve ser preservado no arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2006, p.206)”.

produzidos por propósitos infinitamente variados – o controle administrativo ou executivo de todas as espécies de empreendimentos humanos – [os documentos de arquivo] são potencialmente úteis para pesquisadores pela informação que [os documentos de arquivo] podem fornecer a respeito de uma série de assuntos totalmente variados, mas igualmente extensos: a única afirmação segura de fato, acerca de pesquisa aos quais o arquivo pode servir, é que, com uma exceção parcial, os propósitos contemplados não serão os pretendidos pelas pessoas que os produziram e o preservaram. O caso particularmente excepcional é aquele onde os documentos são examinados sob a luz que [documentos de arquivo] atiram sobre a história daquele ramo ou outro da administração pública ou privada – o ramo ao qual [documentos de arquivo] próprios pertenceram. É previsto, então, que o pesquisador entenda seu significado administrativo, os documentos não podem dizer-lhe nada, mais que a verdade. *A imparcialidade é uma qualidade que resulta da primeira parte da nossa definição de [documento de arquivo].* (1922, p. 12, tradução nossa).

Sendo assim, os documentos de arquivos são reflexos das funções realizadas pelas seções das instituições⁷ que o elaboraram, pois cumprem atos imensuráveis e variáveis de atividades, dos quais os assuntos abordados são amplos e peculiares a cada uma delas, e assim são imparciais em sua elaboração.

A imparcialidade do documento de arquivo permite demonstrar as particularidades dos atos institucionais que o elaboraram, como por exemplo, em que função ele se encaixava. Qual era a sua atividade exercida para com aquela seção, pois, ainda no entender de Jenkinson (1922), tanto os produtores dos documentos, quanto os pesquisadores, contêm interesses próprios sobre as massas documentais acumuladas.

Deste modo, a imparcialidade do documento de arquivo admite que tanto os pesquisadores quando os produtores dos documentos conheçam nada mais que a verdade por eles proporcionada, pois os documentos de arquivos não são elaborados com o objetivo de atender uma posterioridade, mas sim, há uma função/atividade imediata para o qual foi elaborado, tornando-se assim, fontes úteis para serem pesquisadas advindo de sua imparcialidade (JENKINSON, 1922).

⁷“É uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos”. Por meio de uma organização torna-se possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis para uma pessoa. Uma grande empresa ou uma pequena oficina, um laboratório ou o corpo de bombeiros, um hospital ou uma escola são todos exemplos de organizações (MAXIMIANO, 1992, p.44)”.

Duranti (1994a) ao explicar sobre a definição apresentada por Jenkinson (1922) a respeito da imparcialidade exhibe que esta:

É uma característica dos documentos de arquivo, e não dos seus criadores, os quais são naturalmente parciais quanto aos seus próprios interesses. Proteger a *imparcialidade* dos arquivos é proteger sua capacidade de revelar as *biases* e as *idiossincrasias* do seu criador. Eis porque é tão difícil garantir a guarda apropriada dos documentos correntes e intermediários pelos seus criadores, sejam eles nas organizações ou de indivíduos: isso não pode ser feito sem alertá-los para o valor inerente aos seus documentos, mas se os produtores são alertados muito intensamente para o poder dos seus documentos, eles podem começar a produzi-los ou alterá-los para o benefício da posteridade, e os documentos não poderiam ser um resíduo desinteressado da ação, mas o seu reflexo consciente (1994a, p. 334-335, tradução nossa).

A autora ressalta que a imparcialidade encontra-se intrinsecamente vinculada ao documento de arquivo e não a quem o gerou, e que protegê-los é permitir conhecer os *biases*⁸ e as *idiossincrasias* das instituições onde foi gerado; contudo, ela expõe um temor de que os produtores de documentos de arquivos passem a alterá-los, com o objetivo de atender a ações futuras.

Mas, ao contrário de Durante (1994a), Jenkinson (1922) expõe que isso dificilmente poderia viria ocorrer, já que os documentos são elaborados por meio da necessidade, ou seja, pelas funções desempenhadas dentro de uma instituição.

Tome-se, a título de exemplo, um documento utilizado em âmbito público e privado como a nota fiscal⁹ recebida por instituições públicas, se refere ao adiantamento de verba para pagamento de despesas urgentes, sem a necessidade de solicitação de empenho¹⁰.

⁸“*biases* figuram como problemas éticos (aqui entendidos como situações-problema que devem ser objeto de reflexões e de estudos éticos) que, no mais das vezes, levam à reflexão dos valores da área (Milani et al., 2009) na medida em que, como destaca Olson (2002), podem sinalizar para uma perda de “*autonomia cultural*”, o que causará danos ao acesso e recuperação da informação (MILANI; GUIMARAES, 2011, sem pagina)”.

⁹“Nota Fiscal: documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. Relação numerada na qual se especificam as mercadorias vendidas, indicando-se os preços unitários e o total, que obrigatoriamente as acompanha na entrega ao comprador (BELLOTTO, p. 59, 2008)”.

¹⁰“Para cada empenho será extraído um documento denominado Nota de Empenho, que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como a redução desta do saldo da dotação própria” (Art. 61 da Lei 4.320/64)”.

Imagine-se que o documento de arquivo, neste caso a nota fiscal, seja emitida por uma instituição privada, e recebida por uma instituição pública, por sua seção de administração cuja função é o pagamento de serviços prestados; porém, se a nota fiscal se apresenta tendenciosa sobre aquela atividade que comprova, mesmo assim ela continuará vinculada à seção que a elaborou, e à que recebeu, de modo a cumprir a sua função, podendo ela ser considerada como uma espécie documental específica daquela seção e detentora de característica de verdade sobre aquela atividade.

Contudo, quando essa nota fiscal for uma vez analisada por servidores da instituição, ou até mesmo por auditores fiscais naquele respectivo ano, de algum modo ela viria a apresentar os seus biases e as idiosincrasias por meio das contradições exibidas em seu conteúdo, abrindo-se assim procedência para que se reavaliasse a sua veracidade para com aquela atividade exercida na instituição, que nesta ocasião era comprovar o gasto e pagamento.

Entende-se deste modo, que a imparcialidade do documento de arquivo encontra-se relacionada com a sua organicidade¹¹, que se reflete nas funções desempenhadas pelas instituições, do qual seus atributos são *verdade da ação administrativa*.

A segunda qualidade apresentada por Jenkinson (1922) pertencente ao documento de arquivo é a autenticidade, que, segundo ele, esta relacionada à integridade, manutenção e preservação do documento de arquivo, de acordo com o autor:

os [documentos arquivos] foram preservados sob a custódia oficial e para a informação oficial, isso nos dá a sua segunda qualidade dele, que é a autenticidade. Observa-se que, [documentos de arquivo], não são apenas [autênticos] por sua origem, mas, por serem livres de qualquer suspeita de sua utilização para outras finalidades, ou quando disposto em relação aos interesses para o qual agora são utilizados: os [documentos de arquivo], também são causa da sua história subsequente, são igualmente livres de suspeita de terem sido falsificados por motivo daqueles interesses (JENKINSON, p.12-13, tradução nossa).

¹¹“as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas (BELLOTTO, 2006, p. 67)”.

Complementando a articulação realizada por Jenkinson (1922), Duranti (1994a, p.335, tradução nossa) destaca que os documentos de arquivos são autênticos por três razões:

são elaborados com credibilidade e confiabilidade por aqueles que precisam agir por meio deles; [documentos de arquivos] são mantidos como garantias adequadas para ações futuras por meio de suas informações; [documentos de arquivos] são definitivamente arquivados para a preservação quando tacitamente julgado digno de ser mantido pelo produtor ou por seu sucessor, com finalidade de escrever a memória do passado.

Diante disso, os documentos de arquivo são autênticos, porque são elaborados com base nas funções desempenhadas pelas instituições com objetivo de cumprir uma atividade que a ele é atribuída e após é resguardado com objetivo de preservar o passado, ao manter a mesma estrutura de como foi elaborado.

Portanto, essas são as duas qualidades apresentadas ao documento de arquivo por Jenkinson (1922) sendo elas, a imparcialidade e a autenticidade, a imparcialidade relativa à verdade da ação administrativa e autenticidade sobre a manutenção, integridade e conservação da estrutura do documento de arquivo.

No entanto, as qualidades dos documentos de arquivo não ficaram restritas apenas a essas duas apresentadas por Jenkinson, Duranti (1994a) apresenta mais três que são inerentes ao documento de arquivo, é o que o possibilita o também a manter o valor de prova, sendo elas: naturalidade, inter-relação/organicidade e unicidade.

A terceira característica dos documentos de arquivos é a naturalidade de como eles:

não são coletados artificialmente [...] porém, *são acumulados de forma natural* [...] para que se obtenha os resultados práticos a administração. O fato de que, os documentos de arquivos [...] são acumulados naturalmente, progressivamente, e de forma contínua [...] lhes fornece um elemento de coesão espontânea e ainda estruturado (DURANTI, 1994a, p.335, tradução nossa).

Entende-se assim, que naturalidade do documento de arquivo decorre de sua elaboração contínua como reflexo das funções realizadas pelas instituições, de modo a comprovar as suas atividades.

A quarta característica do documento de arquivo apresentado pela autora, se encontrar na inter-relação/organicidade deste:

os documentos de arquivo estão vinculados entre si, por uma relação que se inicia no momento de sua elaboração, isso é determinado pela razão em que são elaborados, do qual se faz necessário para a sua própria existência, para com a de capacidade de cumprir sua finalidade, o seu significado na atividade em que está inserido e sua capacidade de se fazer prova. Portanto, em um sentido muito fidedigno, *um arquivo é um inteiro de relações, bem como um conjunto de documentos* (DURANTI, 1994a, p.335).

Deste modo, a inter-relação/organicidade se dá na relação que cada documento tem para com as funções que o geraram, complementando Duranti (1994a) sobre inter-relação dos documentos de arquivo, Elio Lodoline (1993) nos expõe a existência de dois elementos que compõem o arquivo: “os conjuntos de documentos e as relações que existem entre eles (p.145, tradução nossa)”.

A quinta e última, característica do documento de arquivo é a unicidade, apresentada por Duranti (1994b, p.03) segundo a autora “a unicidade provém do fato de que cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence no seu universo documental”.

Dispõe-se como exemplo sobre a unicidade, as cópias de um documento de arquivo que pudesse ser “reaproveitado”, partindo-se deste pressuposto, encontrou-se um fato que poderia vir a ocorrer com um advogado, cuja espécie documental específica deste caso tem se o nome de *Laudo de Avaliação de Solo* emitido por um perito desta área, advindo da contaminação de um solo de certa cidade.

Partindo desta premissa, imagine-se que, uma cidade Z em que um bairro X teve seu lençol freático contaminada com chumbo, do qual a culpa desta contaminação recaiu sobre a empresa Y por não ter tratado de modo eficaz água por ela utilizada, descartando-a sem nem um tratamento em seu próprio terreno onde está instalada.

Tendo como base o acontecimento exposto, a prefeitura desta cidade pede a um analista de solo a avaliação daquele respectivo bairro, que emite um documento cujo nome é *Laudo de Avaliação de Solo* comprovando a existência de chumbo no lençol freático.

Após a divulgação do laudo, cem moradores deste bairro X resolvem entrar com ação judicial contra a empresa Y, alegando que o chumbo acarretou alguns males à saúde deles ao ingerir a água contaminada em questão.

Observa neste ponto que, o *Laudo de Avaliação de Solo* comprovando que a água esta contaminada, não será emitido cem vezes, para ser anexado ao processo que cada uma das pessoas do bairro Y irá mover contra a empresa, mas serão tiradas cópias que irão anexadas em todos os processos, sendo que cada cópia será única em cada processo movido contra a empresa, cunhando assim, uma relação única no processo em que se encontra, demonstrando a sua unicidade, pois em cada processo essa cópia receberá um número de página devidamente autenticada pelo serventário responsável pela Vara Judicial que esse auto tramita, assim lhe conferindo a dita singularidade no caso específico.

Na interpretação feita por Duranti (1994b, p.03) sobre unicidade, a autora completa que, as “cópias de um registro podem existir em um mesmo grupo ou em outros grupos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo das suas relações com outros registros é sempre único [...]”.

Compreende-se, assim, com as cinco características apresentadas sobre o documento de arquivo que qualquer atividade que compõe a gestão de arquivo, deve assegurar as especificidades dos documentos de arquivo, para que esses possam auxiliar na contextualização documental, e na manutenção do valor probatório dele recorrente.

Sendo assim, uma vez caracterizado o documento de arquivo, convém adentrar em sua estrutura tanto interna quando a externa. Na concepção de Cruz Mundet (1994) o documento de arquivo apresenta duas peculiaridades relacionado à sua estrutura, sendo elas: *Física (caracteres/elementos externos)* e *Conteúdo/Substantivo (caracteres/elementos internos)*.

Os caracteres/elementos externos e físicos estão relacionados ao: *gênero, tipo, formato, quantidade e forma do documento de arquivo*.

- *Gênero*¹² são os meios pelos quais se transmite a informação do documento de arquivo ele pode ser exposto por meio da Textualidade: texto escrito,

¹² No Brasil é conhecido como Gênero Documental, “reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso (1), como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos,

impresso, etc.; Iconográficos: como mapas, plantas, fotografias, etc.; Sonoros: fitas magnéticas, discos, etc.; Audiovisuais: imagem em movimento, etc.; Meios eletrônicos: disquetes, CD ROM, Pen Drive, HDs externos etc. (CRUZ MUNDET, 1994, p.101).

- *Tipo* vai além dos caracteres/elementos físico ou externo ao documento, e revela o conteúdo que este traz em sua estrutura ao ser decorrente de uma ação, ou seja, ele é nomeado de acordo com a sua atividade, de modo a deixar claro a sua relação com os outros tipos documentais, como por exemplo: “se é para legislar, será uma lei (CRUZ MUNDET, 1994, p.101)”.
- *Formato* é forma física de um suporte e de como ele foi confeccionado, por exemplo: folhas de A4, A5, caderno, papel de fotográfico etc. (CRUZ MUNDET, 1994, p.101).
- *Quantidade* é o número de unidade de documentos de arquivo por metro linear (CRUZ MUNDET, 1994, p.101).
- *Forma* pode ser conhecida também como tradição documental, que “representa em sua engenhosidade, a condição de original ou cópia e suas variantes (CRUZ MUNDET, 1994, p.101)” como: minuta, original, cópias.

Esses são os caracteres/elementos externos e físicos apresentados por Cruz Mundet (1994) ao documento de arquivo, esses caracteres/elementos apresentados pelo autor podem ser identificados ao primeiro contato visual com o documento.

Os caracteres/elementos internos e conteúdo substantivo são os: *entidade produtora, origem e funcionalidade, data e lugar de produção e conteúdo substantivo*.

- *Entidade produtora* é quem produz o documento de arquivo, podendo ser quaisquer pessoas física ou jurídica, ou instituições públicas ou privadas (CRUZ MUNDET, 1994, p.102).
- *Origem Funcionais*, é o porquê e para que, elaborar um documento de arquivo, tendo em consideração e nesta ordem, a sua: função, atividade e trâmite por ele realizado. Exemplo: “a gestão de recursos humanos tem como uma de suas funções, fazer a contratação de trabalhadores, isto é uma de

suas atividades, dentre outras, a elaboração de um contrato de trabalho é um procedimento específico por ela realizada (CRUZ MUNDET, 1994, p.102)”.

- *Data e lugar de produção* também “chamado com data tópica ou cronológico, é o datado do documento, que o coloca no tempo e no espaço” (CRUZ MUNDET, 1994, p.102).
- *Conteúdo substantivo* é o tema ou assunto de um documento, ou seja, as metas ou objetivos expressos em sua redação do textual, para que assim, ele possa atingir sua atividade (CRUZ MUNDET, 1994, p.102).

Como apresentado pelo autor, os caracteres/elementos internos e conteúdo substantivo são elementos encontrados na elaboração e na leitura do documento. Para a identificação destes elementos por ele exposto se faz necessário o manuseio do documento e a sua análise textual.

Neste sentido, os caracteres/elementos apresentados constituem a estrutura do documento de arquivo, proporcionando a identificação de sua substância, lugar e conteúdo, que recai sobre a sua especificidade, temporalidade e causalidade, refletindo a função e atividade em que esse foi elaborado (NUÑEZ CONTRERAS, 1981).

No tópico seguinte, serão abordados os conceitos de descrição do documento de arquivo, perpassando pelos marcos históricos que se sucederam até chegar à descrição proposta nos dias atuais por normativas.

2.2.1. CONCEITO DE DESCRIÇÃO NA REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO

Antes de submergir no conceito de descrição como sendo uma das representações do documento de arquivo, faz se necessário deixar em evidência o conceito que se tem sobre o termo *representação*.

No entendimento de Jacob; Debora (1998, p.146 tradução nossa) o termo *representação*, “é utilizado para se referir tanto ao *processo* quanto a *atividade de representar* um objeto(s) sendo produzidos por uma instância dessa atividade”. Com base nos referidos autores, pode-se entender a *representação* como um processo

ou produto, ou seja, as representações são os *produtos* de um *processo* de representação.

Desta forma, no âmbito da Arquivologia, as representações se referem aos processos de arranjos; descrição, como também na elaboração de instrumentos de acesso, tais como: guias, inventários, catálogos, índices etc., ou sistemas, como bancos de dados (YAKEL, 2003, p. 02 traduções nossa).

Vale deixar em evidência que o arquivista não realiza a descrição do documento de arquivo de “forma imparcial, neutra, ou objetiva, [pois], não há representação sem intenção e interpretação. [Sendo assim], a descrição conta uma história. A descrição é sempre ato de contar histórias - entrelaçando fatos com narrativas, observação com a interpretação (DUFF; HARRIS, 2002, p.276, tradução nossa)”.

Todavia, nesta pesquisa iremos abordar a representação direcionada à descrição Arquivística no que tange à elaboração de pontos de acesso à informação.

Assim sendo, o resquício mais antigo que se tem sobre registros, ao qual pudesse se remeter ao conceito de descrição arquivística, são os repertórios¹³ de documentos registrados em tabletes de argila, descobertos em arquivos privados de *Nuzi (Yorgan Tepe)* na *Assíria*¹⁴, datados de 1.500 AC¹⁵. (COUTURE & ROUSSEAU, 1998, p.51).

Sabe-se que a preservação destes documentos se deu em virtude de uso pela administração, e do qual a sua conservação era feita pelos seus produtores, em um primeiro momento a recuperação desses se dava com base em seu arranjo físico, principalmente por assunto, e em um segundo momento por ano (JENKINSON, 1922).

Desta maneira, a finalidade da descrição, neste período, não era orientar os usuários em suas pesquisas ou sequer auxiliar os arquivistas para uma recuperação rápida do documento de arquivo. Provavelmente, a razão para quais os repertórios foram compilados era que a utilização deste excluía a necessidade de consulta direta aos documentos de arquivo, além de favorecer a organização do acervo em

¹³ “[...]documentos que atendam a critérios temáticos, independentemente de sua posição do plano de classificação, podendo, inclusive, reunir documentos de fundos e arquivos distintos (LOPEZ, 2002, p.50)”. Sendo hoje reconhecido como catálogo.

¹⁴ A cidade de Nuzi é conhecida como Yorgan Tepe, e situa-se na Mesopotâmia.

¹⁵ AC: Antes de Cristo

caso da necessidade de deslocamento repentino devido à guerra, fogo, etc. (DURANTI, 1992, p.49, tradução nossa).

Já na Grécia e na Roma antigas, o termo descrição não se fazia conhecido, a não ser em sentido genérico do termo: copiar, visto que, os documentos eram copiados tanto por usuários ou por escribas¹⁶ para consulta interna e externa, sua recuperação se dava por meio de seu arranjo e a sua disposição física (DURANTI, 1992).

Com decorrer do tempo, no século XVIII, a descrição perpassa por mudança, ou seja, a essa é atribuída outras características. Em que, os documentos de arquivo começam a ser emitidos tendo como base o conceito de fé pública e memória perpétua, sendo esta a principal razão para a sua preservação e guarda, bem como para a descrição do material de arquivo, como instrumento de controle de acervo (DURANTI, 1992).

Logo, na segunda metade desse século, ocorre uma mudança considerável, devido ao desenvolvimento da história científica e o aumento do uso dos arquivos para fins culturais. É a partir deste momento em diante que os documentos de arquivos começam a ser descritos item por item, de modo que a sua descrição muitas vezes servia como um “substituto” para os documentos em si (DURANTI, 1992).

Como reflexo deste movimento na utilização dos documentos de arquivos no século XVIII para fins culturais, um século após é pelo mesmo motivo constatado a elaboração do primeiro manual de arranjo e descrição de arquivo, organizado por um trio de holandeses, e publicado em 1898, que segundo HORSMAN, P. KETELAAR, E. THOMASSEN, T. (2003) a elaboração deste manual teve como respaldo a “administração holandesa, quando ela começa a considerar os arquivos como fonte de conhecimento histórico de suas cidades e dos atos heroicos de seus antepassados (p.249, tradução nossa)”. Segundo ainda os autores, o manual de arranjo e descrição de arquivo é comumente referenciado como o início do desdobramento da teoria Arquivística e de sua metodologia.

A proposta de descrição apresentada pelo trio holandês incide na elaboração de instrumentos que proporcionassem acesso aos conteúdos dos documentos de arquivos, possibilitando a sua recuperação para consulta.

¹⁶ O escriba era aquele que na antiguidade dominava a escrita e a usava para copiar, redigir leis etc...

O manual de arranjo e descrição de arquivo apresentado pelos holandeses traz em seu capítulo III como descrever um documento de arquivo, evidencia-se neste trecho do manual que o termo *descrição* apresenta dois sentidos, podendo ser interpretado: descrição como *processo*; e a descrição como *produto*.

- O processo (descrição): é quando ato de descrever se torna pormenorizada, ou seja, minuciosa, aos caracteres/elementos internos e externos (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.136).
- O produto (instrumentos de pesquisas e acesso): são os resultados da descrição realizada, sendo eles: guias, inventários, catálogos etc. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.79).

Identifica-se ainda no manual de arranjo e descrição de arquivo, a utilização do inventário como instrumento de pesquisa, enfatizando que na descrição para a sua elaboração deve constar:

- a) o título antigo do item (se houver);
 - b) a descrição geral do conteúdo;
 - c) o ano ou anos abarcados pelo documento;
 - d) a indicação de que o item consiste de um ou mais volumes, pacotes, envelopes, maços, documentos ou cartas diplomáticas;
 - e) a indicação de documentos adicionais que se encontrem no mesmo
- (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.93).

Desta forma, a representação da descrição por meio inventário como instrumento de pesquisa permite conhecer o conteúdo do documento de arquivo e o acervo que o custodia. Para sua elaboração se faz necessário seguir uma linearidade, ou seja, respeitar a ordem em que esses foram organizados.

Nota-se neste momento, que o termo descrição não está mais relacionado ao termo “copiar”, ou seja, reproduzir na íntegra o documento de arquivo. Passando a ter um sentido de análise, que repercute na elaboração de instrumento de pesquisa que visa a auxiliar na recuperação e na difusão do conteúdo documental.

Alguns autores vão ao encontro com essa nova fase do termo descrição como análise de elementos externos e internos ao documento de arquivo, que são transportados para os instrumentos de pesquisa, que visam a auxiliar os usuários e os próprios arquivistas.

Para Schellenberg (1980) o termo descrição compreendia as atividades que exigiam a construção de instrumentos de busca. Segundo o autor, essa atividade

buscava enumerar os elementos intrínsecos e extrínsecos aos documentos, das quais, duas operações se faziam fundamentais na descrição: a “primeira consiste em identificar a unidade documentaria a ser descrita; a segunda, em enumerar as qualidades ou atributos essenciais [ao documento de arquivo] (p.199)”.

Compartilhando desta concepção de Schellenberg (1980), Heredia Herrera (1991, p.300, tradução nossa) completa que o termo descrição em sentido amplo:

[...] é a enumeração das qualidades e de elementos fundamentais de uma pessoa ou de um objeto, de tal forma que a pessoa que realizou, vos leva ao conhecimento das características determinantes que identificam o que é descrito. *A descrição é a análise realizada pelo arquivista sobre os fundos de documentos arquivados agrupados natural ou artificialmente*, a fim de sintetizar e condensar a informação neles contida para oferecê-la aos interessados. Isso equivale a dar ao documento de arquivo ou grupos a sua identidade, ou seja, características que os definem como precisão (selecionando os elementos que o melhor identifica), que permitem e facilitam a comunicação (acesso e recuperação).

Na observação feita por Heredia Herrera (1991) sobre o termo descrição em seu sentido amplo, seria quando se descreve alguém ou um objeto com riquezas de característica a ele inerente com a finalidade de identifica-lo, por exemplo: é uma mulher cantora, morena, com olhos castanhos claros, cabelos longos lisos com mechas marrons e avermelhadas, é famosa por suas belas pernas, canta e dança muito no palco, é carismática, é casada com rapper e tem uma filha. Descrevendo Beyoncé, de acordo com a autora são essas riquezas caracteres/elementos de descrição tanto interna quanto externa que proporciona a sua identificação de pessoas quanto de objetos.

Deste modo, o ato de reproduzir as características de certo indivíduo ou de um objeto, é um ato de descrição sendo ele realizado ou não com riquezas de detalhes. Por isso que a utilização da descrição na arquivologia se faz de suma importância, pois ela permite que o documento de arquivo se comunique com os usuários da instituição e até mesmo para com o próprio arquivista ao facilitar a sua recuperação e difusão da informação.

Sendo assim, a descrição do ponto de vista da autora, é uma ponte que auxilia os usuários em sua busca pela a informação, quanto mais minuciosa for a descrição, mais caracteres/elementos de recuperação ela proporciona ao usuário.

Deste modo, esta análise do documento fica a cargo do arquivista, ao elaborar instrumentos de pesquisa que permitem a recuperação da informação.

Heredia Herrera (1991) complementa que a descrição se faz necessária tanto para arquivo administrativo quanto histórico, por mais que a prática nestes possam apresentar algumas variações.

Para referida autora, a análise aplicada ao documento de arquivo, deve ser objetiva de modo a criar subsídios para sua recuperação, respeitando o seu conteúdo e sendo a ele o mais fiel possível. Para a autora, a descrição deve ser:

Exato/Preciso, na medida em que, como documento de arquivo não são imprecisos, mas sim testemunhos únicos e específicos.
Suficiente para a unidade que está relatando [...], sem oferecer mais do que o necessário, ou seja, excesso.
Oportuna em termos que refletem um programa linguagem que marque uma hierarquia de informações (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 301, tradução nossa).

Subentende-se, deste modo que, o Exato/Preciso se faz no sentido que cada documento é único, e carrega consigo caracteres/elementos intrínsecos a ele, deste modo, sua representação deve ser idêntica ao que foi analisado, logo, esta análise se torna suficiente, pois os caracteres/elementos extraídos para o representar, serão somente os necessários para proporcionar o acesso a ele, de modo a evitar excessos que geram erro para o recupera-los, se refletindo assim oportuno, por demonstrar sua hierarquia dentro do acervo, ou seja, o modo de como foi organizado e a linguagem utilizada para o representar.

Ainda na concepção da autora, o arquivista, ao recolher esses caracteres/elementos quando analisando o documento de arquivo para sua descrição, iria assumir dois objetivos: “fornecer informações para outras pessoas e facilitar o monitoramento do arquivista (1988, p.301, tradução nossa)”.

Complementando Heredia Herrera (1991), no entender de Cruz Mundet (1994) a descrição do documento de arquivo se “constitui a parte culminante do trabalho arquivístico, que coincide exatamente a sua finalidade com a própria documentação que é: informar (p.255, tradução nossa)”.

Para o autor mencionado, assim como para Shellenberg (1980) e Heredia Herrera (1991), a descrição é o processo que auxilia na divulgação da informação por meio dos instrumentos de pesquisa, sejam eles quais forem.

Todavia, ressalva-se que, antes das normalizações da descrição, ou seja, da elaboração de normas internacionais e nacionais, os argumentos utilizados por alguns autores aqui mencionados, tinham respaldo em três elementos básicos, que se fizeram expostos pelo manual dos holandeses (1973) e recuperado por Bonal Zazo (2002, p.155) como:

a atividade (a resenha de caracteres/elementos internos e externos dos documentos);
o resultado da atividade (instrumentos de descrição);
o objetivo da descrição (fornecer acesso ao conteúdo dos documentos).

Esses argumentos penduraram até a elaboração de normas de descrição internacionais e nacionais, as quais trazem consigo um sentido a mais, ao conceituar a descrição no campo da Arquivologia.

A primeira discussão propulsora que se tem notícia sobre a normalização da descrição se deu na década de 1980 no Canadá, sendo que o esforço iniciado nesta década se deu por influência das bibliotecas, visto que estas apresentavam algumas normas que auxiliavam os bibliotecários em suas tarefas de controle, acesso e difusão da informação. No Quadro 1, se apresenta de forma sintetizada os estágios da busca pela normalização da descrição, com as discussões que acercavam:

Quadro 1- As discussões ocorrentes durante o processo de Normalização da Descrição no Canadá entre as décadas de 90 e 80

Ano	As discussões
1980	Ainda nessa década a eclosão da automação ¹⁷ impulsiona ainda mais a necessidade de se ter uma norma de descrição de documento de arquivo, pois, o que era até então controlado por mecanismo humano passa a ser executado por técnicas computadorizadas.
1987	O processo de normalização desenvolvido no Canadá sucedeu com o início do <i>Bureau Canadien des Archivistes (BCA) Planning Committee on Descriptive Standards</i> (Departamento de Arquivistas Canadenses - Comitê de Planejamento de Normas de Descrição). A sua formação se realizou pela fusão de duas associações de arquivistas canadenses, sendo elas: <i>Association des archivistes du Québec</i> – AAQ (Associação de Arquivistas Quebec), <i>Association of Canadian Archivists</i> – ACA (Associação de Arquivistas Canadenses).
1986	É apresentado o primeiro livro técnico intitulado de <i>Les normes de description en</i>

¹⁷ “Automação é a aplicação de técnicas computadorizadas ou mecânicas para diminuir o uso de mão-de-obra em qualquer processo, especialmente o uso de robôs nas linhas de produção. A automação diminui os custos e aumenta a velocidade da produção (LACOMBE, 2004, p.55)”.

	<i>archivistique: une nécessité</i> (As normas de descrição em arquivística: uma necessidade) que fornecia padrões nacionais para a descrição de documentos de arquivo, e que segundo eles se aplicam a todos os materiais documentais.
1990	O grupo faz apresentação da Norma para os arquivistas canadenses, nomeada como <i>Règles pour la description des documents d'archives – RDDA/RAD</i> (Normas para a descrição do documento de arquivo –RDDA/RAD) no qual sua revisão mais recente é datada de 2008.

Fonte: Elaborado pelo autor, Adaptado de BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES (2008, tradução nossa).

A norma arquivística canadense afirma que o ato de descrição do documento de arquivo consiste em “identificar, explicar o *contexto* e o conteúdo do documento de arquivo, a fim de facilitar o acesso a ele (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008, p.24, tradução nossa)”.

Até este momento, o que foi apresentado pelos autores supracitados não evidencia a relação do documento de arquivo com seu contexto como apresentado pela RDDA/RAD, ou seja, com sua proveniência¹⁸, sendo esta, a relação que o documento tem para com o arquivo, ou melhor, para com o seu produtor.

Atenta-se, assim, que o termo descrição agora passa a conter acoplados quatro sentidos no âmbito da arquivologia que foram identificados, estabelecendo assim, o conceito de descrição, sendo eles: contexto, atividade, resultado e objetivo.

- Atividade: processo de análise dos caracteres/elementos internos e externos ao documento de arquivo.
- Contexto: onde foi elaborado, quem é o produtor do documento de arquivo.
- Resultado: instrumento de pesquisa que foi elaborado com base no processo de análise realizado, sendo esses produtos: guias, inventários, catálogos.
- Objetivo: promover o acesso ao documento de arquivo, tanto para o usuário quanto para o arquivista.

Deste modo, se apresenta a contribuição que a norma dos arquivistas canadenses (2008) proporcionou para o conceito de descrição na arquivística,

¹⁸ Princípio da proveniência apresenta duas vertentes que a define-se como o “[...] princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outras proveniências e devem ser conservados segundo sua ordem primitiva, caso exista “ou o princípio segundo o qual cada documento deve ser colocado no fundo donde provém e, nesse fundo, no seu lugar de origem “. Tanto de um ponto de vista teórico como de um ponto de vista prático, a aplicação do princípio da proveniência garante, por um lado, a ordem estritamente administrativa que preside à organização dos documentos nas unidades e que estes devem conservar e, por outro, o valor de testemunho que alguns deles têm (COUTURE; ROUSSEAU, 1998, p. 82)”.

complementando, o que foi apresentada primeiramente pelo manual dos holandeses.

Entretanto, a busca por uma normalização da descrição sobre o documento de arquivo não havia chegado ainda ao fim, mas estava apenas começando, pois, ainda se fazia necessária uma norma internacional, sendo esta motivada pela norma dos arquivistas canadense – RDDA/RAD e automação crescente da época.

3. INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EM ARQUIVO

A Descrição, antes das normativas¹⁹, representava-se pela atividade (análise), resultado (instrumento) e objetivo (acesso). Após a elaboração da norma RDDA/RDA é introduzida à utilização do contexto (produtor).

Tendo-se como embasamento as *Normas para a descrição do documento de arquivo* (RDDA/RAD), a Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD(G) foi elaborada com o objetivo de auxiliar os arquivistas. No entanto, quando esta se encontrava em elaboração, percebeu-se que não se podia levar em conta apenas a descrição do documento de arquivo em si, mas também quem o produziu. Como resposta a esta indagação é elaborado a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias ISAAR(CPF), para controlar a elaboração destes *pontos de acesso* relativos ao registro de autoridade, porém a própria ISAAR(CPF) explica que os pontos de acesso não estão condicionados apenas ao registro de autoridade.

Com a publicação destas normas de descrição, o ICA começa incentivar que fossem elaboradas normas nacionais para cada país. Seguindo este conselho, elabora-se, no Brasil, através do Arquivo Nacional, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que, de certa maneira, originou-se com base na ISAD(G) e ISAAR (CPF), abrangendo elementos de ambas as normas internacionais em sua descrição por multinível.

As normas apresentadas anteriormente partem de elementos comuns na descrição, cujo intuito é prover o intercâmbio de informação entre as instituições, enfatizando, ainda, que alguns elementos são obrigatórios na descrição do documento de arquivo.

Vale ressaltar que apenas a ISAAR (CPF) e NOBRADE dispõem de nível de descrição para a elaboração de *pontos de acesso*; ambas enfatizam, ainda, que alguns níveis da norma são obrigatórios para elaboração de instrumentos de pesquisa, contudo há outros, de acordo, com elas, facultativos.

Dentre os instrumentos de pesquisa apresentam-se os seguintes: *Guia*, *Inventário*, *Catálogo*, sendo cada um peculiar ao outro em sua elaboração.

¹⁹ RDDA; ISAD (G); ISAAR (CPF); NOBRADE.

Guia é um instrumento geral que busca abarcar informações variadas sobre o fundo; o inventário sumário descreve o fundo ou partes que o compõem, respeitando a sua ordenação sem pular documento; no catálogo, a descrição ocorre unitariamente seguindo, ou não, a ordem dos documentos de arquivo.

Esses instrumentos de pesquisas são complementados pelos *pontos de acesso* que, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.85) são elementos de informação que *permitem identificar, localizar e recuperar o documento de arquivo*, e são elaborados tendo como base a análise do documento de arquivo.

Sendo assim, todos os instrumentos de pesquisa trabalham com *pontos de acesso, pois permitem identificar, localizar e recuperar o documento de arquivo*.

Deste modo, essa é uma síntese dos eixos abordados neste capítulo.

3.1. DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARQUIVO NORMAS INTERNACIONAIS ISAD (G) E ISAAR (CPF)

Como resposta à busca dos arquivistas canadenses pela normalização da descrição do documento de arquivo em 1987, alguns especialistas da *International Council on Archives*²⁰ - ICA, foram a Ottawa-Canadá em 1988, entre os dias 04 a 07 para estudá-la e vivenciar assim, as experiências proporcionadas pelos estudos desenvolvidos pelos canadenses aplicados em seus arquivos (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2013, tradução nossa).

Como resultado deste estudo e com a publicação da RDDA/RDA no Canadá em 1990, no mesmo ano na Polônia, é formada uma comissão de caráter permanente, que buscava desenvolver um padrão de norma geral de descrição arquivística internacional.

As etapas que se sucederam durante a elaboração da norma na década 90, são apresentadas em síntese no Quadro 02, como pode ser visualizado:

Quadro 02- Etapas de Elaboração da Norma de Descrição Arquivística Internacional

²⁰ Conselho Internacional de Arquivo.

Ano	Etapas de Elaboração
1990	A primeira reunião desta comissão se deu na cidade de Horh-Grenzhausen na Alemanha, onde um projeto relacionado à <i>Declaração de princípios</i> , apresentado por <i>Hugo Stibbe</i> foi debatido e alterado, e posteriormente enviado para revisão.
1992	A segunda reunião da Comissão se realizou em Madrid-Espanha, em que se analisou o projeto que já havia sido apresentado, tendo como ponto de pauta os comentários recebidos após a revisão, alterando basicamente o documento ao rever a primeira versão da <i>Declaração de Princípios Arquivísticos</i> .
1992	Após este processo de revisão da <i>Declaração de Princípios</i> , ainda no mesmo ano em Montreal-Canadá, é declarada oficialmente adotada pela assembleia geral da ICA, aprovada no XII Congresso Internacional de Arquivos.
1993	Em Estocolmo – Suécia, a comissão se reuniu e por meio dos comentários realizados durante o XII congresso internacional de arquivo em Montreal, utilizando-se das anotações ali cunhadas, revisaram novamente o projeto que iria servir como norma de descrição arquivista.

Fonte: Elaborado pelo autor, e adaptado de STIBBE, 1998; CONSELHO INTERNACIONAL DE AQUIVOS. ISAD(G); INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013.

Depois das revisões realizadas, a ICA a publica sob o título adaptado em Madrid-Espanha como *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*, e depois adaptada também pela comissão de *Norma de Descrição* apresentada em 1994 como versão final aprovada pela ICA em Ottawa-Canadá. Esta norma trouxe em seu prefácio que ocorreria uma revisão depois de 5 anos, sendo esse um período de teste e supondo que a sua utilização apresentaria resultado e novos conselhos para a revisão (STIBBE, 1998).

Após, a conclusão da ISAD(G) e a sua publicação, pode-se identificar que a norma foi elaborada perseguindo alguns objetivos, sendo eles:

- Assegurar a criação de descrições uniformes, relevantes e explícitas.
- Facilitar a investigação e o intercâmbio de informações sobre arquivos.
- Permitir o uso de autoridades de registros públicos.
- Possibilitar a integração de descrições de diferentes arquivos em um sistema unificado de informação (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, P.11).

Para que esses objetivos apresentados pela ISA(G) fossem atingidos, eles foram subdivididos em multinível de descrição contendo 7 áreas e 26 elementos, sendo apresentado da seguinte forma:

- 3. ELEMENTOS DE DESCRIÇÃO
 - 3.1 *ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO*
 - 3.1.1 Código(s) de referência
 - 3.1.2 Título
 - 3.1.3 Data(s)
 - 3.1.4 Nível de descrição
 - 3.1.5 Dimensão e suporte
 - 3.2 *ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO*
 - 3.2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
 - 3.2.2 História administrativa/Biografia
 - 3.2.3 História arquivística
 - 3.2.4 Procedência
 - 3.3 *ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA*
 - 3.3.1 Âmbito e conteúdo
 - 3.3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade
 - 3.3.3 Incorporações
 - 3.3.4 Sistema de arranjo
 - 3.4 *ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO*
 - 3.4.1 Condições de acesso
 - 3.4.2 Condições de reprodução
 - 3.4.3 Idioma
 - 3.4.4 Características físicas e requisitos técnicos
 - 3.4.5 Instrumentos de pesquisa
 - 3.5 *ÁREA DE FONTES RELACIONADAS*
 - 3.5.1 Existência e localização dos originais
 - 3.5.2 Existência e localização de cópias
 - 3.5.3 Unidades de descrição relacionadas
 - 3.5.4 Nota sobre publicação
 - 3.6 *ÁREA DE NOTAS*
 - 3.6.1 Notas
 - 3.7 *ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO*
 - 3.7.1 Nota do arquivista
 - 3.7.2 Regras ou convenções
 - 3.7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
- (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, P.6-7).

A descrição apresentada pela a ISAD(G) se configura em uma aplicação de descrição multinível ao documento de arquivo, visando à representação do contexto e da estrutura hierárquica do fundo e de seus componentes. De acordo com ISAD(G) o fundo poderia ser “descrito como um todo numa única descrição ou representado como um todo e em suas partes em vários níveis de descrição”, partindo do nível de informação mais alto ao nível mais detalhado (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000, P. 12).

A ISAD(G) expõe ainda que a descrição do documento de arquivo se constitui pela:

elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G), 2000, p.14-15).

Tendo como subsídios a contextualização apresentada sobre a descrição pela ISAD(G), pode-se apontar algumas considerações sobre os caracteres/elementos descritivos que ela apresenta, ao propor a descrição do documento de arquivo.

- A ordem e a numeração da ISAD(G) são indicativas e não prescritivas: indicativas, no sentido que permitem identificar alguns caracteres/elementos, que poderão servir de auxílio aos arquivistas na descrição.
- Em seus níveis de descrição nem um é considerado obrigatório devido à peculiaridade de cada arquivo.
- Todavia, seis elementos formam o núcleo essencial para o intercâmbio internacional de informação como apresenta a norma: “código de referência; título; produtor; data(s); e) dimensão da unidade de descrição e nível de descrição, sendo eles: Fundo (um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, Série (documentos relativos a uma mesma função) etc. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G) 2000p. 15).

Contudo, quando a ISAD(G) estava sendo elaborada surge uma observação, sobre a descrição arquivística relacionar-se não apenas ao documento de arquivo, mas também com quem o produziu. Ao se levar em conta esta observação, levantou-se a necessidade de “*pontos de acesso*”²¹ que fossem elaborados aos seus produtores (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; STIBBE, 1998).

Por mais que a ISAD(G) trouxe exposto, na área de contextualização, no nível de nome(s) do(s) produtor(es), elementos para elaboração de “*pontos de acesso*”. No entanto, reconheceu-se que os *pontos de acesso iriam ser de suma importância para o controle e colaborariam posteriormente como termo de pesquisa, ao proporcionar o acesso à descrição realizada do documento de arquivo* (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G) 2000, p. 24).

²¹“Ponto de acesso (*access point*). Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, inclusive registros de autoridade (ISAAR (CPF)2004, p. 14)”.

Como reflexo desta indagação, na redação do prefácio do ISAD(G), consta a ressalva que a comissão estava desenvolvendo uma norma de descrição padronizada para os *registros de autoridades*, a consideração da importância de *controlar a forma autorizada de nome e o conteúdo de pontos de acesso*, os levou a propor o desenvolvimento de um padrão para o controle em sistemas de informação de arquivo (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013).

Em um primeiro momento, os pesquisadores imaginaram que este padrão, poderia vir a ter alguns pontos em comum com os padrões utilizados por bibliotecas²² para o controle de autoridade, no entanto, observou-se que estes padrões se faziam distintos na medida em que o documento de arquivo possuía informações em seu conteúdo relacionado ao título do registro de autoridade. (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCIVES,2013; NORMA GERAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. ISAD(G), 2000).

Sendo assim, durante a década 90 ocorreram algumas movimentações a respeito da indagação levantada, cujo intuito era a elaboração de uma Norma de descrição de controle de autoridade, que viesse a contribuir com a elaboração e controle dos pontos de acesso.

De forma sintetizada, o Quadro 03, proporciona a observação sobre essa busca pela normalização dos pontos de acesso:

Quadro 03 - Etapas de elaboração da Norma de Pontos de Acesso na década 90

Ano	Etapas de elaboração
1992	A criação de um subgrupo que tinha como função investigar meios que viessem a auxiliar na elaboração de registros de autoridade. A determinação deles teve com inspiração cursos sobre o registro de autoridade ministrados no Canadá e nos Estados Unidos, bem como o registro de autoridade internacional que tinha sido elaborado pela <i>International Federation of Library Associations</i> (IFLA) entre as décadas de 70 e 80, como diretrizes para a autoridade e entradas de referência.
1994	O subgrupo apresenta um projeto no plenário da comissão de normas em uma reunião ocorrida em Haia-Holanda. Após a apresentação do projeto, ele foi divulgado a comunidade arquivística internacional para que houvesse comentários sobre o assunto, e para que assim se fizesse a sua revisão.
1995	Posterior à revisão, em Ottawa-Canadá, é apresentada a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR(CPF), em sua versão final aprovada

²² Os catalogadores normalmente utilizam o controle de autoridade focado nos autores e títulos.

	pela ICA e preparada pela comissão de normas.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, e adaptado de IFLA, 1984; INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; STIBBE, 1998.

A conclusão desta norma se deu simultaneamente com a segunda revisão da ISAD(G) ambas financiada pela UNESCO²³, e apresentadas no XIII Congresso Internacional de Arquivo em Pequim-China em 1996. Neste Congresso ocorreu uma assembleia na qual foi montada uma Comissão de Norma, um *committee on descriptive standards*²⁴ (ICA/CDS), que ficou responsável pela manutenção das normas que ocorreriam de 5 em 5 anos (ICA/CDS) (INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES, 2013; CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004.

Sendo assim, a ISAAR(CPF) é apresenta contendo em sua estrutura 4 áreas e 27 elementos, sendo elas:

5 ELEMENTOS DE UM REGISTRO DE AUTORIDADE

5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

5.1.1 Tipo de entidade

5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome

5.1.3 Formas paralelas do nome

5.1.4 Formas normalizadas do nome de acordo com outras regras

5.1.5 Outras formas do nome

5.1.6 Identificadores para entidades coletivas

5.2 ÁREA DE DESCRIÇÃO

5.2.1 Datas de existência

5.2.2 História

5.2.3 Locais

5.2.4 Status legal

5.2.5 Funções, ocupações e atividades

5.2.6 Mandatos/Fontes de autoridade

5.2.7 Estruturas internas/Genealogia

5.2.8 Contexto geral

5.3 ÁREA DE RELACIONAMENTOS

5.3.1 Nomes/Identificadores das entidades coletivas, pessoas ou famílias relacionadas

5.3.2 Categoria do relacionamento

5.3.3 Descrição do relacionamento

5.3.4 Datas do relacionamento

5.4 ÁREA DE CONTROLE

5.4.1 Identificador do registro de autoridade

5.4.2 Identificadores da instituição

5.4.3 Regras e/ou convenções

5.4.4 Status

5.4.5 Nível de detalhamento

²³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

²⁴ Comitê de normas de descrição.

5.4.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência

5.4.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita

5.4.8 Fontes

5.4.9 Notas de manutenção

(CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF) 2004, p. 06).

A descrição do documento de arquivo por meio da sua estrutura da ISAAR(CPF) busca a “representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar [...] contexto e sistemas de documentos que os produziram (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.14)”.

Deste modo, de acordo com a ISAAR(CPF) sua descrição sobre o documento de arquivo abrange o fornecimento de informações sobre as circunstâncias de sua produção, logo que os registros de autoridade consistem na “forma autorizada do nome combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade nomeada e pode remeter para outros registros de autoridade relacionados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004)”.

O objetivo de sua elaboração é propor regras gerais que auxiliem na normalização da descrição arquivística, sobre os seus produtores e o contexto de produção do documento, permitindo assim que fosse possível:

- Fornecer identificação precisa dos produtores do documento.
- Proporcionar aos usuários o entendimento do contexto da produção e uso do documento de arquivo.
- Padronização dos termos utilizados como *pontos de acesso* em descrições arquivísticas com a finalidade de promover o acesso a eles.
- Promover o intercâmbio desses dados entre instituições por meio de sistemas (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004).

Ressalte-se ainda que, assim como na ISAD(G), a ordem e a enumeração da ISAAR(CPF) são indicativas, apontando somente alguns caracteres/elementos que podem vir a servir na representação do documento.

Pode-se identificar que esta também apresenta um núcleo essencial para a descrição que viesse ser realizada com ISAAR (CPF), podendo ser executada por meio: “tipo de entidade (pessoa jurídica, pessoa ou família), forma(s) autorizada(s)

do nome, datas de existência, Identificador do registro de autoridade (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF) 2004, p.15)”.

Com a utilização do ISAAR (CPF) se pode descrever uma entidade coletiva, pessoa, ou família como unidades dentro de um sistema de descrição arquivístico, além de contribuir para fins de controle na elaboração e no uso de *pontos de acesso*, proporcionando também pela relação entre diferentes produtores de documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF) 2004).

Percebe-se que os *pontos de acesso*, no esboçar da ISAAR (CPF), se restringia ao controle de registro de autoridade, todavia depois de sua publicação, define e apresenta como *pontos de acesso*, “Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser usado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas, *inclusive registros de autoridade* (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF) 2004, p.14)”.

Isto posto, entende-se que os pontos de acesso não estão mais somente vinculados e restritos ao registro de autoridade, mas, a todos os caracteres/elementos que contribuem para recuperação e localização da informação por meio da descrição do documento de arquivo.

Contudo, se faz necessário relatar que, de acordo com Stibbe (1998), algumas suposições importantes apresentadas na declaração de princípios devem ser mantidas em mente ao analisar o ISAD(G) e a ISAAR (CPF):

- Primeiro ponto: a comissão de normas reconhece que os caracteres/elementos de informação sobre o documento de arquivo são necessários em cada fase de sua gestão, seja ela: corrente, intermediário ou permanente (p. 135 tradução nossa).
- Segundo Ponto: a descrição serve como representação definitiva do documento de arquivo, como sendo necessária para estabelecer o controle intelectual e promover o acesso a informações de seu conteúdo, ou seja, a comissão tinha em mente o documento de arquivo selecionado para a preservação permanente e organizado (p.136 tradução nossa).
- Terceiro ponto: é a definição de descrição mais restrita apresentado pela declaração de princípios para atender o documento permanente, sendo ela a “criação de uma representação precisa dos fundos e de seus componentes pelo processo de captura, coleta, análise e organização de qualquer

informação que sirva para identificar o documento de arquivo, explicar o seu contexto e registros de sistemas que os produziram (p.137 tradução nossa)”.

Sendo assim, as normas foram elaboradas com a finalidade de atender os documentos de arquivo em sua fase permanente, com intuito de proporcionar o acesso e a difusão de seu conteúdo.

A divulgação destes pontos por Stibbe (1998) recupera a primeira aceção apresentada pelo Manual de Arranjo e Descrição (1973), sendo que sua elaboração se deu com base nos fatos históricos da cidade de Amsterdam, sendo comprovado pelos documentos de arquivo que, além de seu valor probatório, assumiu também o seu valor histórico, como a finalidade cultural de memória.

Identifica-se, também, que com ambas normativas estudadas abrem procedência para elaboração de normas nacionais, que possa vir a agir em conjunção com estas em busca de um bem comum, tanto a ISAD(G) quanto a ISAAR(CPF) não se manifestam quanto à entrada ou saída de dados, e nem com a *elaboração de instrumento*, ficando a cargo de cada instituição decidir por si, entretanto, alguns elementos de descrição nelas contidos são obrigatórios constar nos instrumentos.

3.1.2. NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO – NOBRADE

No Brasil tais normas ISAD (G) e ISAAR (CPF) não se faziam ainda conhecidas pelos arquivistas, pois elas não haviam sido impressas no país, e a única tradução em idioma português era a publicada na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivista e Documentalista (BAD) com uma pequena circulação no Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006).

Contudo, como havia a necessidade destas normas pelos arquivistas brasileiros, o Arquivo Nacional assume essa responsabilidade traduzindo-as, e em 1998 são publicadas as primeiras versões das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR (CPF) em Português do Brasil que são distribuídas pelo país. Neste mesmo ano, aconteciam as discussões da 2ª edição da ISAD(G), e o Brasil acabou participando da revisão da ISAAR(CPF), realizada entre os anos de 2000 a 2004,

que depois de revisadas foram traduzidas e publicadas pelo Arquivo Nacional do Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006).

Após os resultados obtidos com as normas internacionais o *committee on descriptive standards*²⁵ (CDS) começa-se a incentivar que os países desenvolvam sua própria norma de descrição, uma vez que, segundo CDS a ISAD(G) e ISAAR(CPF) apresentam-se em um âmbito geral demonstrando uma macroestrutura, “deixando a definição quanto a procedimentos específicos para outras esferas de decisão, nacionais ou institucionais (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006, p.09)”.

O Brasil responde a esse fato, em 2001, ao fundar uma Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA) pela portaria n.º 56, de 30/09/2001, por meio do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq) cuja finalidade foi propor normas de acordo com ISAD(G) e ISAAR (CPF), que após serem discutidas pelos profissionais fossem aprovadas no Conarq e adotadas como normas brasileiras (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006).

O primeiro trabalho iniciado pela CTNDA consistiu em promover um diagnóstico sobre as condições de “normalização dos procedimentos técnicos adotados no tratamento de arquivos em território nacional, buscando identificar equipes que já tivessem tido contato com a ISAD(G) e a ISAAR (CPF) e as aplicassem (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006, p. 09)”.

Como resultado desta pesquisa, é elaborada uma publicação específica para descrição no Brasil, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), cuja versão prévia foi submetida à consulta pública em 2006, além de realizações de oficinas em alguns estados do país, e no mesmo ano é apresentada sua versão final (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006).

A NOBRADE expressa que o seu objetivo é “estabelecer diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR (CPF)”, visando a proporcionar o “acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006, p.10)”.

²⁵ Comitê de normas de descrição.

A NOBRABE foi apresentada seguindo as normas internacionais por meio da descrição em multinível, do qual sua estrutura contém 8 áreas e 28 elementos, dispostos da seguinte maneira:

- 1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO
 - 1.1 Código de referência
 - 1.2 Título
 - 1.3 Data(s)
 - 1.4 Nível de descrição
 - 1.5 Dimensão e suporte
 - 2 ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
 - 2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
 - 2.2 História administrativa/Biografia
 - 2.3 História arquivística
 - 2.4 Procedência
 - 3 ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA
 - 3.1 Âmbito e conteúdo
 - 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade
 - 3.3 Incorporações
 - 3.4 Sistema de arranjo
 - 4 ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO
 - 4.1 Condições de acesso
 - 4.2 Condições de reprodução
 - 4.3 Idioma
 - 4.4 Características físicas e requisitos técnicos
 - 4.5 Instrumentos de pesquisa
 - 5 ÁREA DE FONTES RELACIONADAS
 - 5.1 Existência e localização dos originais
 - 5.2 Existência e localização de cópias
 - 5.3 Unidades de descrição relacionadas
 - 5.4 Nota sobre publicação
 - 6 ÁREA DE NOTAS
 - 6.1 Notas sobre conservação
 - 6.2 Notas gerais
 - 7 ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO
 - 7.1 Nota do arquivista
 - 7.2 Regras ou convenções
 - 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
 - 8 ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS
 - 8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos
- (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006, p. 5-6).

Dentre os 28 elementos de descrição apresentado pela NOBRADE, apenas 7 são por ela considerados essenciais, sendo eles: “código de referência; título; produtor; data(s); dimensão da unidade de descrição e nível de descrição (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006, p.19)”.

A NOBRADE acentua, que a sua elaboração se deu como base na ISAD(G) e ISAAR (CPF), e que assim com essas normas, não se compromete com entrada de

dados ou saída, enfatiza também que os instrumentos de pesquisa que serão utilizados ficam sobre a decisão de quem custodia, porém, todas estruturam a informação partindo de elementos de descrição comuns para o intercâmbio das informações.

Evidencia-se ainda que a elaboração da NOBRADE constituiu-se por uma reflexão da ISAD(G) e ISAAR (CPF), do qual essa abarca em seu contexto elementos de ambas no sentido de apresentar procedimentos que possam ser realizados na descrição do documento de arquivo brasileiros.

Assim como a ISAD(G) e ISAAR (CPF), a NOBRADE apresenta alguns elementos obrigatórios que devem estar inclusos na descrição do documento de arquivo.

Destaca-se, também, que apenas a ISAAR (CPF) e a NOBRADE oferecem os *pontos de acesso*, ambas expõem que esses podem vir a serem complementados com outros elementos por escolha do arquivista, que por consequência repercutir sobre a política da instituição e da ética do arquivista ao disponibilizar a informação para acesso.

Deste modo, o ato de descrição do documento de arquivo é composto por procedimentos que visam a auxiliar na elaboração dos instrumentos de pesquisa, por meio da extração de caracteres/elementos internos e externos ao documento, para sua posterior recuperação.

Cabe ressaltar que as normas apresentadas contribuíram para as indagações na *elaboração do problema desta pesquisa*, visto que o discorrido até este momento apresenta o processo de elaboração de *pontos de acesso vinculado às normativas*, sem sequer apresentar o *auxílio de uma metodologia* que pudesse oferecer um suporte para essas extrações caracteres/elementos na representação da informação do documento de arquivo, permitir assim se conhecer a sua estrutura interna e externa.

3.1.3. INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a elaboração dos instrumentos de pesquisa no âmbito arquivístico são levados em conta alguns caracteres/elementos extraídos e descritos por meio da

aplicação das normas internacionais a ISAD(G); ISAAR (CPF) e norma nacional a NOBRADE.

Esses são elaborados com a finalidade de atender à pesquisa dos usuários internos e externos da instituição no acesso à informação do documento de arquivo, além disto, auxilia o próprio arquivista a localizar e controlar a entrada e saída de dados.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta o instrumento de pesquisa como sendo um “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contida (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p.108)”.

Como constatado nas normas, a usabilidade destes instrumentos de pesquisa é mais ocorrente em arquivos permanentes, no entanto, isso não impede que esses sejam também elaborados nas outras fases na gestão documental.

Os instrumentos de pesquisa são os seguintes: *Guia, Inventário, Catálogo*.

O *Guia* é o instrumento de pesquisa mais abrangente e referenciado como o popular, no sentido que ele é a carta de entrada de qualquer arquivo, sua linguagem é simples e objetiva para que possa atingir o público, se fazendo entender por todos e não somente pelos administradores e pesquisadores (BELLOTO, 2006; CRUZ MUNDET, 1994; HEREDIA HERRERA, 1991; LOPEZ, 2002, PAES; 2004). Este tem por sua finalidade, assegurar uma visão dos serviços de arquivo, permitindo que todos saibam quais são os fundos que ele custodia, sendo esse um instrumento de pesquisa descritivo, assim como todos que são elaborados pelo arquivista (BELLOTO, 2006; CRUZ MUNDET, 1994; HEREDIA HERRERA, 1991; LOPEZ, 2002, PAES; 2004).

Além disso, o guia se constitui com os seguintes dados: histórico da instituição e de sua conservação, nível de descrição, nomes dos produtores, datas, extensão do acervo, condições de acesso, serviços complementares, endereço, telefone, horário de funcionamento, localidade, dentre outros escolhidos pela instituição (BELLOTO, 2006; CRUZ MUNDET, 1994; HEREDIA HERRERA, 1991; LOPEZ, 2002, PAES; 2004).

O Inventário, em uma compreensão genérica do termo, é um instrumento de pesquisa que descreve as séries documentais que compõem o fundo. Para sua elaboração deve seguir a ordem apresentada pelo arranjo, reproduzindo assim a sua estrutura (BELLOTO, 2006; HEREDIA HERRERA, 1991).

Existem alguns tipos de inventários como *sumário* e *analítico*, contudo, de acordo com Heredia Herrera (1991) essa última é própria do catálogo e não do inventário. Segundo a autora, a “qualidade analítica enquanto individualidade e detalhamento da informação, não são convenientes de ser aplicada ao inventário, mas sim ao catálogo (p.346, tradução nossa)”, Assim como Heredia Herrera (1991), o manual de arranjo e descrição arquivo apresenta que “tal descrição, peça por peça, acarreta considerável desperdício de espaço e é *inteiramente* desnecessária, já que não contribui de *maneira alguma* para dar à pessoa que usa o inventário qualquer imagem mais clara do conteúdo do arquivo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p.85)”.

Observa-se, assim, que não há um consenso entre os pesquisadores sobre o inventário analítico, pois o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo (1973) e as autoras Heredia Herrera (1991) seguida por Bellotto (2006) discordam que o diagnóstico analítico ocorra no inventário, devido à característica que este apresenta. No entanto, Schllenberg (2006) e Cruz Mundet (1994) apresentam termo analítico como aplicável ao inventário como instrumento de pesquisa.

Por acreditar que o diagnóstico analítico é decorrente do catálogo, optou-se por seguir o conceito apresentado pelo Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo (1973) e por Heredia Herrera (1991), adotado por Bellotto (2006).

Sendo assim, o inventário sumário descreve o coletivo, ou seja, a composição do fundo por meio de uma descrição das quantidades de documentos das séries ou parte dela, sua utilização não permite que se pule um documento que seja, seguindo assim a ordem do arranjo. Depois de elaborado este serve também como controle do acervo e localização da informação, deste modo, o inventário pode ser considerado como guia do acervo (BELLOTO, 2006; HEREDIA HERRERA, 1991 Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo, 1973).

Na sua elaboração deve constar: produtor, data limite, quantidades, código de classificação, observação quanto ao arranjo quando houver (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973; BELLOTO, 2006; HEREDIA HERRERA, 1991).

Diferente do inventário em que a descrição ocorria visando a um conjunto de documento de arquivo respeitando sua ordem, o catálogo se detém na descrição unitária, ou seja, de peça por peça de uma série ou mais, seguindo ou não sua

ordenação, a descrição se torna exaustiva ao proporcionar caracteres/elementos intrínsecos ao conteúdo analisado para a recuperação da informação.

Na concepção de Heredia Herrera, o catálogo é um “instrumento que descreve ordenadamente e de forma individualizada as peças documentais, ou as unidades arquivísticas de uma série, ou um conjunto de documentos que guardam entre si uma relação à unidade tipológica, assunto ou institucional (1991, p.360, tradução nossa)”.

Para a elaboração do catálogo, Heredia Herrera (1991, p. 360-361) apresenta alguns pontos que por ela são considerados essenciais no desenvolvimento do catálogo e que ele deve contemplar, sendo eles: caracteres/elementos internos, externos ao documento de arquivo, como: ano, mês, dia, lugar, autor, destinatário, atividade e função, nível de descrição e tipologia documental.

Deste modo, esses são os instrumentos de pesquisa existentes em arquivos que, quando elaborados, permitem conhecer o seu conteúdo e a localização do documento de arquivo.

3.1.3.1 PONTO DE ACESSO

Pode-se observar que o termo *ponto de acesso* surge por meio da automação, vindo a substituir os termos que eram até então utilizados, com sendo: *entrada principal e secundaria de título*.

No entanto, tais termos – entrada principal e secundaria de título, nunca foram utilizados pela arquivologia, uma vez que, Stibbe (1992, p.110 tradução nossa) enfatiza que, nem na primeira e muito menos na segunda edição do *Dicionário de Terminologia Arquivística*²⁶ elaborado pelo ICA continham tais termos, tampouco no Livro *Glossário Básico para Arquivistas, Curadores de Manuscritos e Gestores de*

²⁶ International Council on Archives, *Dictionary of Archival Terminology = Dictionnaire de terminologie archivistique* [English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish] 2 ed rev. ed. (München, New York, etc., 1988). (ICA Handbooks Series, Volume 7.).

*Registros*²⁷, elaborado pelos autores Frank B. Evans et al. e publicado na *Journal American Archivist* (*Revista do Arquivista Americano*) em julho de 1974.

A ausência destes termos nos léxicos arquivísticos ocorre em um primeiro momento, segundo Stibbe (1992), porque esses termos estão relacionados com os padrões de descrição, como regras ou códigos de catalogação. Esses padrões se encontravam ainda em discussões no âmbito Arquivístico.

Contudo, na biblioteconomia os padrões de descrições se apresentam bem mais desenvolvidos e discutidos, durante a década de 1960 ocorrem as primeiras divulgações de normas que vinham auxiliar na descrição de modo a proporcionar o acesso, tais como: a Norma *Anglo American Cataloguing Rules* – AACR (Código de Catalogação Anglo-Americano) e a norma *Machine-Readable Cataloging* - MARC (Catalogação Legível por Máquina). Com automação crescente, os termos que eram referenciados como *entrada títulos* passaram a ser denominado de *pontos de acesso*, esse termo é oriundo da ciência da computação, que foi vinculado ao AACR em um primeiro momento como sinônimo à *entrada principal*, mas que com o passar do tempo assumiu característica própria como elementos necessários para a identificação do registro bibliográfico.

No domínio arquivístico, não ocorreu de forma diferente a busca pela normalização da descrição, também sendo propulsionada pela automação. Entretanto, isso só ocorreu entre as décadas de 1990 e 1980 por meio da Norma dos arquivistas canadenses, nomeada como *Règles pour la description des documents d'archives*²⁸, essa trouxe consigo o conceito de *entrada principal* e os mesmos problemas de sinônimos também ocorreram sobre o termo *ponto de acesso*, como visto no AACR e MARC, no entanto, adaptados para a descrição Arquivística.

Na Arquivologia, os respectivos termos se apresentavam da seguinte forma, o termo *título* foi substituído pelo termo *acesso*, ficando:

Acesso Principal: nome pelo qual um fundo e todas as suas partes podem ser pesquisadas e identificadas (Ponto de acesso primário).
Acesso Secundário: nome, palavra ou frase em adição à categoria

²⁷ Frank B. Evans, "A Basic Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers," *The American Archivist* 37 (July 1974), pp. 415-433. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/j878233943216107/fulltext.pdf>>. Acesso em: 15 de Jun. 2014.

²⁸ *Normas para a descrição do documento de arquivo—RDDA*

principal de acesso, em que descrição Arquivística pode ser pesquisada e identificada (Ponto de acesso secundário) (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES 2008, s/n, tradução nossa)".

O termo *ponto de acesso* na arquivologia só assume um significado mais coeso com as Normas de Descrição Internacionais que são a ISAD(G) e ISAAR (CPF), que reconhecem como ponto de acesso, quaisquer elementos de informação que proporcionam a identificação e a localização da informação.

Compreende-se assim que, a representação da informação e os instrumentos de pesquisa, no âmbito do arquivo, se realizam por meio da descrição do documento de arquivo, que segundo as normas ISAD (G) e ISAAR (CPF) e a nacional NOBRADE, apresenta níveis que devem ser seguidos para elaboração da descrição do documento de arquivo, sendo alguns deles elementos obrigatórios.

Todavia, apenas a ISAAR (CPF) e a NOBRADE apresentam nível que proporciona a elaboração e o tratamento de *pontos de acesso*, elas demonstram que esses podem se basear no uso de qualificadores quando são julgados essenciais ou não para recuperação.

A descrição dos documentos de arquivo se reflete na elaboração dos instrumentos de pesquisa que buscam proporcionar o acesso e a difusão da informação, apresentando caracteres/elementos que são intrínsecos ao conteúdo do documento descrito, permitindo a elaboração *pontos de acesso* que são apresentados pelos os instrumentos, seja ele: guia, inventário ou catalogo etc.

Pois segundo o dicionário de terminologia arquivística brasileiro, os *pontos de acesso* são os *caracteres/elementos de "informação, termo ou código que, presente em unidades de unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de identificação documentos* (Arquivo Nacional (Brasil) 2005, p.134, grifo do autor)".

Sendo assim, os instrumentos de pesquisa são elaborados por meio da descrição do documento de arquivo e são contemplados com os *pontos de acesso*, pois permitem identificar o fundo, localizar, recuperar e controlar o documento de arquivo, cada um dentro de sua peculiaridade ao servir como instrumento de pesquisa.

Deixa em evidencia também, que segundo a definição apresenta da pelo ISAAR (CPF) os *pontos de acesso* não estão restritos apenas ao controle do registro

de autoridade, mas a todos os caracteres/elementos que contribuam para o acesso e recuperação da informação.

Na elaboração dos *pontos de acesso*, não se deve repetir termos e eles devem ser controlados, com intuito de aumentar a eficácia e diminuir a imprecisão no momento da busca da informação.

Com base nestas argumentações apresentadas, no capítulo que sucede a este, demonstra-se as metodologias de análise que podem vir agir em conjuntura com as normas auxiliando na elaboração de pontos de acesso aos instrumentos de pesquisa, se tornando assim um processo rápido na elaboração de *pontos de acesso* ao documento de arquivo.

4. PRODUTO DE REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EM ARQUIVO

No capítulo que antecede adentrou-se no universo do objeto desta pesquisa que é o documento de arquivo, perpassando pela identificação de suas qualidades e a sua descrição antes da normalização e após a ela. Mostrou-se também, quais são os instrumentos de pesquisa usuais em arquivos e como eles são elaborados.

Já no que tange aos pontos de acesso, para os quais neste trabalho se busca um método mais consistente a sua elaboração, também se fizeram se presentes. Com isso se concluiu o assunto anterior identificando que, na descrição do documento de arquivo a elaboração por meio de normas ISAAR (CPF) e NOBRADE, alguns caracteres/elementos por elas expostos têm cunho obrigatório e outro facultativo.

Os pontos de acesso, em um primeiro momento, foram discutidos tendo como intuito fazer o controle de autoridades, contudo, após a publicação da ISAAR (CPF) o que era até então restrito passou a abarcar outros caracteres/elementos.

Entretanto, por mais que a descrição esteja relacionada aos instrumentos de pesquisa, as normas não se manifestam com relação a sua elaboração, e nem com entrada ou saída de dados.

Com isso, observou-se que a representação da informação do documento de arquivo está restrita a normas, e que estas não apresentam qualquer metodologia que viesse a auxiliar no trabalho do arquivista na extração de caracteres/elementos para representação da informação do documento de arquivo.

Sendo assim, dando sequência ao levantamento bibliográfico identificou-se três metodologias que têm como objeto de estudo o texto, sendo elas: *Diplomática*, *Análise Documental* e *Percurso Gerativo de Sentido*. Estas buscam identificar alguns traços que se sobressaem no texto, contudo, cada uma com a sua peculiaridade.

Deste modo, neste tópico apresentam as três metodologias identificadas, com intuito de que no capítulo três possa se fazer interlocução entre essas.

Desta forma, a Diplomática será apresentada, perpassando pelos seus três períodos, sendo eles: Clássico, Moderno e Contemporânea demonstrando-se o marco que cada um teve de acordo com o tempo em que se encontrava, além de se

evidenciar que seu surgimento está ligado à análise do documento, com a finalidade de atribuir a qualidade de autêntico ou falso.

A segunda metodologia a ser apresentada é da Análise Documental, em suas duas vertentes: Analítica e Sintética. Na fase analítica, por meio da leitura técnica, se busca identificar quais são os pontos mais importantes do texto com objetivo de extrair termos condizentes com o texto analisado para representá-lo. Por sua vez, a fase sintética transforma os termos que foram extraídos em uma linguagem documental, como o vocabulário controlado, tesouros, etc.

E a última metodologia a ser apresentada é o Percurso Gerativo de Sentido que emerge dos estudos de Greimas. Seu intuito é o de conduzir o leitor sobre o entendimento geral do texto que foi analisado, e se divide em três patamares sendo eles: *fundamental*, *narrativo* e *discursivo*.

O *patamar narrativo* é a transformação entre dois estados sucessivos e diferentes que garantem uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final. Porém, os textos são bem mais complexos, pois emitem uma série de enunciados de estado (fazer e ser) que são denominados de sequência canônica, sendo esta por: manipulação, competência, performance, e sanção.

Já no *patamar discursivo*, as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de concretude, ou seja, o discurso que enriquece o texto por meio de temas e figuras.

Sendo assim em síntese, este serão os pontos principais percorridos a seguir.

4.1. DIPLOMÁTICA

Em uma contextualização geral sobre a história da Diplomática Clássica, Moderna e Contemporânea, evidencia-se que estas estavam relacionadas à análise dos documentos, como intuito de identificar se houve ou não alteração em seu conteúdo. Deste modo, a Diplomática em sua concepção condiz em atestar se um documento tem a qualidade de autenticidade, ou não, levando a se relacionar como ato de prova jurídica e de fé pública.

Os primeiros indícios da necessidade da Análise Diplomática dos documentos ocorreram na época da Antiguidade, entendida em um primeiro momento como estudos dos diplomas, aos quais se atribuíam qualidade de autenticidade unicamente porque esses eram depositados em um templo específico.

Porém, com o passar do tempo se constatou que esse único requisito não era suficiente para essa finalidade, pois se inseriram nestes lugares documentos falsos e desta situação surge a necessidade de se introduzir normas para redigi-los e sanções, no caso de seu descumprimento.

Há que se destacar o problema gerado por essa falta de critérios de apuração de veracidade e falsidade dos documentos, pois alguns desses que não condiziam com a realidade serviram para sustentar fatos ocorridos entre as pessoas, isso se deu em maior escala no período da Antiguidade à Idade Média. Nessa época os documentos eram alterados com objetivo de subverter um fato inicial tido como certo, a interesses particulares, como por exemplo, a posse sobre um imóvel que, a princípio, não pertencia ao proprietário atual, mas por causa de uma falácia este o adquiria.

É neste período que emergem alguns estudos sobre a diplomática, nos quais se começam buscar métodos para reconhecer a falsidade ou autenticidade do documento.

Aponta-se com um destes estudos de início a análise diplomática, a análise crítica realizada pelo Bispo São Gregório de Tours (538-594), que ao investigar a autenticidade de um diploma de doação do rei merovíngio Chidelberto II (570-595), apresentado pelo Bispo de Reims, que ao ser analisar a assinatura do diploma, o bispo de Tours conclui que o diploma é falso (GIRY, 1894, p.869).

O referido autor ainda apresenta uma segunda ocorrência de análise diplomática, em que se buscava a validação da autenticidade de um diploma pertencente a Conrado II, reunido por Henrique V - um grupo o analisou e constatou que esse apresentava diferença na data e no título do imperador, o declarando assim falso. Esse método de análise crítica utilizado pelo grupo reunido por Henrique V, consistia em que a data ao ser preservada remete o diploma a uma linha cronológica temporal, que pode identificar o império, o reinado, e o ato para qual foi elaborado, por meio das contraposições entre data e o ato (GIRY, 1894).

Com o exemplo exposto, recupera-se a apresentação feita no capítulo anterior, quando Cruz-Mundet (1994) exhibe alguns caracteres/elementos internos e externos ao documento de arquivo. Observa-se com isso, que alguns caracteres/elementos internos se mantiveram ainda inerentes à elaboração textual do documento, sendo esses, também conhecidos como caracteres/elementos formais da redação textual do documento de arquivo, que traz: data, lugar, assinatura, autor dentre outros. Sendo assim, a leitura crítica se consolida com princípio do questionamento aos caracteres/elementos internos do texto, quando estes são colocados em contraposição entre si mesmos no documento resulta em um processo de averiguação de sua autenticidade.

Entretanto, enquanto na Antiguidade a qualidade de autenticidade era atribuída ao documento advindo do local em que este fosse depositado, na Idade Média, havia autoridades que se faziam responsáveis por atribuírem essa qualidade.

Deste modo, as alterações nos documentos durante a Idade Média são decorrentes dos membros da igreja e imperadores que por ganância queriam enriquecer para aumentar seu poder e prestígio, fazendo com que milhares de documentos fossem falsificados.

Todavia, após a apresentação da Diplomática por Mabillon²⁹, das propostas anteriores, quase nada se aproveitou. De acordo com Tognoli (2013, p.25), somente no século XVII que começa a surgir algumas;

formulações críticas e teóricas sobre o exame dos documentos, notadamente na Alemanha e na França. Os constantes episódios de discussão sobre a autenticidade e falsidade de diplomas que comprovavam direitos de propriedade enriqueceram o período com

²⁹ Jean Mabillon foi um monge beneditino, erudito e historiador francês considerado o fundador diplomática, disciplina auxiliar da história naquela época.

obras sobre a crítica dos documentos. Esses casos ficaram conhecidos como guerras diplomáticas (*bella diplomatica*³⁰).

Em uma dessas disputas por bens e por privilégios solicitou-se a presença do Professor Hermann Conring (1606-1681), historiador, com intuito de desvendar se o documento que estava sendo apresentado pelos requerentes sobre alguns bens era autêntico ou falso (TOGNOLI, 2013).

Em síntese, essas são as primeiras acepções sobre a diplomática, e a contraposição de caracteres/elementos para a identificação do que é autêntico ou falso. Convém neste momento recuperar que foi discorrido no tópico sobre o que é documento de arquivo para se fazer uma correlação com a autenticidade da diplomática, que também se faz presente ao primeiro no que tange à integridade, manutenção e a preservação do conjunto de caracteres/elementos que o documento de arquivo deve ter para se manter fidedigno com a sua função/atividade.

Deste modo, o que era de valia no início do estudo diplomática, ainda é aplicado aos documentos modernos sobre a sua qualidade de autenticidade e por causa da sua importância se continuará desvelar o seu desenvolvimento nos próximos tópicos.

4.1.1. CLÁSSICA E MODERNA

Alguns teóricos que contribuíram para a estruturação da diplomática se encontravam ligados à igreja católica, eram monges e deles vieram grandes contribuições para a iniciação de tal técnica por meio dos métodos de análise dos documentos.

Como os volumes da *Acta Sanctorum*, que foram elaborados com base na crítica sobre a vida dos santos da igreja com intuito desmitificar o fato da lenda. Isso foi escrito por Jean Bolland (1596-1665), mas após a sua morte outros monges

³⁰ “O termo *bella diplomatica* foi primeiramente introduzido por Joahann Peter Von Ludewig na obra *Reliquiae manuscriptorum*, de 1720, para designar as constantes “guerras” travadas entre o jesuíta Papebroch e o beneditino Mabillon, em razão da crítica dos documentos da ordem de Saint-Maur. Segundo Bresslau (1998, p. 27, tradução nossa), inicialmente distinguíam-se a *bella diplomatica litteraria* da *bella diplomatica forensia*. Posteriormente o termo passou a designar somente a segunda (TOGNOLI, 2013, p.25)”.

assumiram a elaboração dos volumes que viriam a ser escritos, sendo eles Henschenius Godfrey e Daniel van Papebroch, contudo quem desenvolvia de fato o trabalho de análise, era o comumente chamado na época, Papebroch que emitia ao documento a qualidade de autêntico ou falso (TESSIER, 1952, p. 10-11).

O trabalho de Papebroch se destaca pelo fato de apresentar regras de cunho axiológico do documento, sem apresentar qualquer objetivo “prático-jurídico de verificar a autenticidade de diplomas visando à legitimação de direitos e privilégios (TOGNOLI, 2013, p.27)”. Segundo autora citada, por mais que o modelo apresentado por Papebroch não seja o melhor exemplo de fazer análise crítica, há de ser considerado e revisitado pelos estudiosos de Diplomática.

O segundo teórico que vem em ascensão e contribuiu de modo pontual com o desenvolvimento da diplomática é o monge Jean Mabillon devido a sua publicação de *De re diplomatica libri VI*. De acordo com Marc Bloch (2001), Mabillon enfatizava que assim como existiam diplomas alterados, havia também os autênticos.

O seu método de análise sobre os diplomas consistia em uma análise comparativa, “uma vez que interpreta o documento inserido em uma série cronológica ou em um conjunto específico de documentos de uma determinada época ou lugar, que serão confrontados e analisados com base nesse contexto pré-estabelecido (TOGNOLI, 2013, p.35)”.

Observa-se assim que, a principal contribuição de Mabillon tem relação com a ideia de que se pode distinguir a autenticidade do que é falso, quando se adotam métodos objetivos, aliando-se a isso, a utilização da dúvida constante com a devida coerência e cuidado, o diferenciando então de Papebroch que se galgava no juízo de valor exclusivamente.

Deste modo, Mabillon foi o autor mais importante da Diplomática Clássica ao utilizar o método de contraposição caracteres/elementos de um documento original com outro que está sendo analisado, contribuindo assim para outros estudos que foram desenvolvidos na época (TESSIER, 1952, p10).

Já na Diplomática Moderna, pode se apontar os autores Sickel e Ficker que marcaram época ao contribuir para a Diplomática.

Theodor Von Sickel era um historiador, que ficou conhecido como pesquisador da Diplomática Moderna, seus estudos foram realizados acerca dos diplomas pertencentes aos reis e imperadores que durante a Idade Média se enriqueceram. Além de um vasto conhecimento sobre a diplomática, ele também era

um ótimo conhecedor da paleografia, e uniu as duas técnicas com o objetivo de reconhecer a autenticidade ou a falsidade dos diplomas (TOGNOLI, 2013)

A proposta de Sickel é diferente da de Mabillon, enquanto este propôs que a averiguação da autenticidade se fazia por meio da contraposição de um documento original com o que estava sendo analisado, Sickel trazia um método que era variável, dependendo do local, período, pessoa e transação de fatos de natureza jurídica, a verificação da autenticidade do documento ocorria por meio do confronto entre as escritas da mesma pessoa que o produziu, neste caso o notário da época (DURANTI, 1995, p. 14).

As diferenças entre os métodos de Mabillon e Sickel são evidentes, enquanto o método de Mabillon consistia em confrontar caracteres/elementos sobre a escrita, demonstrando assim, a sua variação de acordo com cada época, a proposta apresentada por Sickel em seu estudo, mostrava que a autenticidade poderia ser averiguada pela análise crítica da escrita, pois essa frequentemente iria ser diversificada entre os notários.

Ressalta-se ainda que Sickel foi o “primeiro a dividir o documento em *texto* e *protocolo*, partição e nomenclaturas até então inexistentes na análise diplomática e que, após seus estudos, são considerados as partes principais de qualquer documento diplomático (TOGNOLI, 2013, p.53)”.

Assim como se deve a Sickel a responsabilidade pela introdução de nomenclaturas-chave na análise crítica do documento, a Julius Ficker se atribui a distinção entre o momento da ação e da criação do documento.

O estudo desenvolvido por Ficker sobre os diplomas constatou várias contradições, entre a data da transação da negociação jurídica e data de sua redação (DURANTI, 1992).

Deste modo, Sickel e Ficker contribuíram e muito para o desenvolvimento da diplomática moderna e, segundo Tognoli (2013, p. 90)

O método de Sickel e, posteriormente, sua junção com o de Ficker, representa o *turning point* da Diplomática clássica para a moderna. Nesse momento, a arte começa a deslocar seus estudos da simples análise de diplomas falsos/autênticos, para a relação dos documentos diplomáticos – ou seja, aqueles redigidos segundo formas determinadas que lhes conferem força probatória e fé pública - e seu contexto de criação. Aqui, novos elementos foram incorporados ao estudo dos documentos e à sua partição,

expandindo seu uso aos demais países da Europa, como Itália e França.

Desta forma, esses são os marcos iniciais sobre o estudo da diplomática, primeiro por Papebroch pelo seu juízo de valores aplicado à análise do documento, depois por Mabillon ao contrapor caracteres/elementos entre um documento reconhecido como autêntico e outro que estava sendo analisado, sendo ele marcado como berço clássico da diplomática.

Logo, o tempo moderno da diplomática está relacionado a Sickel e Ficker, sendo que Sickel fazia a análise crítica tendo como base nos documentos escritos pelo mesmo notário, seu método consistia por meio da análise da grafia, quando havia alguma dúvida ele fazia contraposição entre as escritas do mesmo para averiguar sua autenticidade. Já a análise crítica de Ficker está relacionada ao contexto em que o documento foi produzido, ou seja, sua gênese do ato e de sua redação.

4.1.2. CONTEMPORÂNEA

Estes fatos contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da Diplomática até a contemporaneidade.

Até então, observa-se que a Diplomática nestes primeiros trajetos estava voltada a documentos medievais, a aproximação da Diplomática na Arquivologia emerge dos estudos realizados por Robert-Henri Bautier (1922-2010) no Século XX. De acordo com Togonoli (2013, p.105), isso ocorre “uma vez que Bautier foi o primeiro autor a colocar as duas disciplinas em contato”.

A contribuição de Bautier à Diplomática Contemporânea se faz de suma importância, em consequência de seu questionamento de não haver razão alguma para que a diplomática rejeite seu campo. Os documentos “administrativos que não sejam aqueles entendidos em sentido estrito” (BAUTIER, 1961, p. 208, tradução nossa).

Para Bautier, se fazia necessário que os Diplomatas entendessem os documentos administrativos nos seus dois sentidos e não o excluísse do estudo da

Diplomática. Com isso o autor enfatiza que os Diplomatas deveriam aprender identificar os documentos elaborados em uma administração, de modo a compreender e distinguir dois tipos, sendo eles, os atos administrativos e documentos administrativos:

podem-se chamar de *atos administrativos* aqueles documentos que têm como intenção regulamentar ou notificar uma decisão ou ainda, são fontes de direitos ou de obrigações. Já os outros documentos, que vamos nos referir de modo geral pelo nome de *documentos administrativos*, não são atos no sentido estrito, isto é, elaborado para demonstrar um direito: às vezes eles foram escritos para a preparação, da notificação ou a execução de uma decisão, às vezes se destinam a informar à própria administração, no desempenho de uma função ou um mandato. No primeiro caso, temos a maioria das correspondências administrativas: práticas na gênese do ato, eles não podem ser negligenciados pela Diplomática; no segundo caso, podemos incluir relatórios, contas, etc. Em ambos os casos, estes documentos são ou podem ser direta ou indiretamente, fonte de direitos e de obrigações para a administração em si ou para terceiros: vemos assim realmente, que a administração os conservam como arquivos, pois o vê como prova em potencial (BAUTIER, 1961, p. 208, tradução nossa).

Com essa apresentação de Bautier, sobre os documentos de arquivos e sua relação orgânica para com quem o elaborou, apresenta-se uma nova fase na Diplomática, que permite que ela assuma uma relação mais ampla, no sentido de que, a gênese documental também começa a ser observada, a que até então estava restrito aos caracteres/elementos internos referentes à redação documental.

Deste modo, para Bautier, o documento de arquivo não pode ser compreendido em sua plenitude sem o contexto em que foi elaborado, sendo assim, os diplomatas também deveriam entender essa relação entre o documento de arquivo e o seu contexto.

Na concepção de Bautier, “A Diplomática é a soma dos conhecimentos do que é relevante para o documento, enquanto a Arquivística é a técnica que trata organização dos fundos de arquivo” (BAUTIER, 1961, p. 211, tradução nossa).

As aproximações realizadas por Bautier entre Arquivística e a Diplomática trouxeram discussões sobre uma nova diplomática, cujo:

os métodos da diplomática contemporânea seriam de extrema relevância tanto para o arquivista quanto para o administrador, já que ambos têm interesses pelo que chamamos hoje de “*archives en*

formation”, ou “*record management*”, cujos os estudos se apresentam avançados nos Estados Unidos e podem vir a influenciar diretamente sobre a técnica da administração e sua eficácia. (BAUTIER, 1961, p. 223, tradução nossa).

Contudo, Tognoli (2013) ressalta que, a proposta exposta por Bautier não está relacionada diretamente aos documentos contemporâneos, mas sim sobre os documentos do século XVII e XIX.

A vista disso, a consolidação da Diplomática Contemporânea vem somente a partir dos estudos apresentados por Paola Carucci e Luciana Duranti, a Diplomática recebe novos afazeres, retornando aos documentos particulares referentes à administração auxiliando assim a consolidação da Arquivologia.

Paola Carucci foi a primeira a contribuir com as ideias apresentada por Bautier, apresentado respaldo da Diplomática Contemporânea sobre Arquivística, segundo a autora:

A diplomática é, caracterizada como a disciplina que estuda o documento único, ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, documento, mas também fascículo, registro, analisando, sobretudo, seus aspectos formais a fim de definir a natureza jurídica dos atos, seja quando diz respeito à sua formação, seja quando diz respeito aos seus efeitos (CARUCCI, 1987 apud TOGNOLI, 2013, p.112).

Observa-se assim que a Diplomática Contemporânea rompe o que até então se restringia a identificar a autenticidade e falsidade do documento de arquivo por meio da escrita, ela se encontra agora mais ampla ao identificar o contexto em que o documento foi elaborado.

Diferente dos manuais modernos que apresentavam definições e especificavam quais eram os elementos internos e externos analisados pela Diplomática, Carucci deixa isso em aberto, já que para análise do documento contemporâneo, segundo a autora não se fazia relevante à matéria ou tipo de escrita, de acordo com Carucci:

Quando se fala em elementos que constituem o documento na diplomática, devemos nos referir, em primeiro lugar, ao *modo de redação do documento*: Caso se trate de atos jurídicos, o diplomata deverá referir-se à elaboração doutrinária dos juristas e, portanto, considerar a forma, isto é, a veste sob a qual o ato se apresenta ao mundo externo, enquanto os outros elementos

constitutivos do ato jurídico, o assunto, a vontade, a causa e o objeto adquirem, em sua forma, perspectiva de relevância à medida em que contribuem para determinar uma forma diferente: isto é, de um ponto de vista metodológico, para o diplomata, a individualização da natureza do conteúdo jurídico do ato baseia-se no modo de redação do documento (CARUCCI, 1987, apud TOGNOLI, 2013, p.115).

Desta maneira, o entendimento proporcionado por Carucci sobre a Diplomática Contemporânea não está mais estritamente ligada à análise da escrita, mas à forma pela qual o documento de arquivo se constitui, recaindo assim sobre a espécie documental, ou seja, o estilo da redação apresentada pelo documento de arquivo ao ser registrado, como por exemplo, o ato jurídico mencionado pela autora (TOGNOLI, 2013).

O termo *forma* trabalhado no âmbito da diplomática consiste em enfatizar as regras utilizadas para transmitir uma mensagem, ou seja, como os caracteres/elementos de um documento de arquivo podem evidenciar determinados assuntos particulares, pessoais ou de instituições. O termo se divide em dois sentidos, sendo o *físico* referente à composição externa do documento, e o *intelectual* que se refere às suas articulações, é conjunção destes, que nos permite identificar a forma que foi e que dá origem à espécie documental (DURANTI, 1991).

Subentendesse assim que, tanto o arquivista quanto o diplomata, devem ser capazes de identificar a espécie documental do documento de arquivo pelo ato que o elaborou, com intuito de mais a frente, analisar os outros elementos, como função, atividade etc. (TOGNOLI, 2013).

Sendo assim, essa é a contribuição de Carucci para a Diplomática Contemporânea, ao fazer adaptação de método antigo para ser aplicado na análise do contexto do documento contemporâneo.

Luciana Duranti como seguidora de tais ideias apresentadas por Carucci se tornou autoridade, quando o assunto é a Diplomática Contemporânea, ela foi a primeira a elaborar um método de análise do documento contemporâneo com o intuito de demonstrar os caracteres/elementos intrínsecos e extrínsecos a ele, de modo a prover a identificação de seu contexto.

De acordo com Duranti (1991) os elementos extrínsecos da forma documental são aqueles que o constituem, como o material do documento e sua aparência externa. Segundo a autora alguns elementos extrínsecos que eram utilizados na

diplomática clássica e moderna caíram em desuso, não se fazendo mais aplicado sobre o documento contemporâneo.

Ainda na concepção da autora, enquanto alguns elementos caíram no desuso, outros aparecem como as anotações, enfatizados por ela como as partes mais relevantes para o documento contemporâneo, que podem ser apresentadas em três categorias, sendo elas:

- 1) anotações incluídas em um documento após a sua compilação como parte da fase de execução de um procedimento administrativo;
- 2) anotações incluídas em um completo e eficaz documento no curso da execução das etapas subsequentes da operação em que o documento participa; e
- 3) as anotações adicionados a um documento pelos registros e/ou arquivos de serviços que os responsáveis pela sua identificação, como parte de um grupo de documentos (arquivo, série) e para a sua manutenção e recuperação (DURANTI, 1991, p.04).

A primeira remete à anotação como autenticação, podendo ser referida com base em assinaturas, no documento ou cópia dele, ou quando ocorrer a atribuição de um registro por um notário. Estes caracteres/elementos têm como propósito assegurar que são autênticos por quem o elaborou. A segunda anotação é referente às “marcas” feitas no documento de arquivo durante o seu curso, sendo elas colocadas ao lado do texto, podendo ser, pontos de interrogações, setas indicadoras, data ocorrente da leitura, locuções tais como, “Urgente”, “Importante”, e assim por diante. A terceira anotação são as atribuições realizadas pelo arquivo no documento, como, o protocolo, código de localização, ou quando o item documental é o processo, suas páginas são numeradas e rubricadas etc.

Deste modo, Duranti apresenta esses caracteres/elementos como extrínsecos, em suma, de acordo como identificado por ela por meio da análise da forma documental:

Meio: formato/preparação para receber a mensagem / layout, paginação, formatação /tipo(s) de roteiro(s)/ escritas diferentes, caracteres tipográficos ou tintas/parágrafos.

Escrita: pontuação/abreviaturas e siglas/rasuras e correções/ software de computador/fórmula [roteiros]

Linguagem: vocabulário/ composição/ estilo

Sinais especiais: sinais de escritores e assinantes/ sinais de chancelarias e serviço de registro.

Selos: material/forma e tamanho/ legenda ou inscrição/ método de fixação/ *incluída na fase de execução:* autenticação/registo

Anotações: incluída na manipulação de fase: incluída na fase de gestão/ autenticação/registo/sinais ao lado de texto/ações anteriores ou seguintes/ datas de audiências ou leituras/ notas de transmissão /disposição/assunto/ “Urgente” / “Trazer para frente” / Incluídos na fase de gestão: número de registo/ número de classificação/ referências cruzadas/ data e escritório de recepção/ identificadores de arquivístico (DURANTI, 1991, p.05).

Essa é a categorização realizada por Duranti com o objetivo de evidenciar os caracteres/elementos extrínsecos da forma do documento de arquivo.

Já os elementos intrínsecos da forma documental são componentes de articulação intelectual e os modos existente para a apresentação do documento, sendo eles: *Protocolo e Fórmulas iniciais* têm contexto de ação administrativa, ao fazer indicativo de pessoas envolvidas, apresentando tempo, lugar e assunto. Logo o contexto de ação do *Texto* inclui a apresentação de considerações e o motivo para o qual o documento foi elaborado, advindo de qual é sua função que se reflete em sua atividade, *Escatocolo e Fórmulas finais*, seu contexto de ação esta relacionado à validação e indicação de responsabilidade pelo registo do ato (DURANTI, 1991, p.06).

Sendo assim, de acordo com Duranti (1991, p.07, tradução nossa) os “*elementos intrínsecos da forma documental que compõe o núcleo do texto de um documento de arquivo, narrando a expressão da vontade do autor e da ação do registo*”, ou seja, “*o texto é a parte central do documento, onde se encontra a manifestação da vontade do autor, a prova do ato, ou a memória dele*”.

Deste modo, pode se considerar o texto como sendo a parte principal do documento de arquivo, em que nele se encontra a manifestação da vontade do autor, a prova do ato, ou a memória dele. Sendo de um ponto vista administrativo, jurídico ou histórico, o texto se faz como parte de suma importância no documento, pois é nela que se encontra a sua substância, ou seja, a razão para a qual o documento foi elaborado (DURANTI, 1991).

Contudo, para os diplomatas, o texto em um todo não oferece mais material para a crítica do documento, o texto que era até então utilizado na antiguidade de modo amplo, passa a ter os pontos certos para fazer análise crítica.

Com isso, Duranti (1991, p.15) identifica que os caracteres/elementos intrínsecos da forma documental referente ao texto são eles:

PROTOCOLO

Timbre: contém o nome, título, competência e endereço da pessoa física ou jurídica que emitiu o documento.

Título do documento: contrato, testamento, escritura, acordo, minuta.

Data tópica e cronológica: quando e onde o documento foi escrito, ou a ação que ele documenta foi executada.

Invocação: ou seja, a menção ao Deus presente em alguns documentos religiosos.

Subscrição [cabeçalho]: nome do autor do documento e/ou da ação – confunde-se hoje com o nome no timbre

Inscrição: pode ser nominal referindo se a uma pessoa específica, ou geral referindo a entidade, como: os cidadãos, os estudantes etc. ou seja, a inscrição é o endereço do destinatário da ação ou do documento.

Saudação: forma de cumprimento, que, nos documentos modernos, aparece no escatocolo.

Assunto: declaração sobre aquilo de que se trata o documento

Formula Perpetuais: É uma frase declarando que os direitos postos em existência no documento não são circunscritos pelo tempo: em perpetuum (para sempre), ad perpetuum rei memoriam (em memória contínua), orpp. (Abreviatura de perpetuum). Que estavam presentes nos documentos medievais e em alguns documentos modernos.

Precação: nos documentos contemporâneos aparece como uma pequena expressão no escatocolo e conclui o documento. Ex.: as palavras "olhando para frente", "Eu aprecio", "Eu espero que".

TEXTO:

Preâmbulo: é a considerações gerais do documento, que expressa a motivação do ideal de sua ação. Contudo ele não dá a razão concreta e imediata para o qual o documento foi elaborado.

Notificação: expressar que o ato relatado no documento é um comunicado a todos aqueles que têm interesse nele, e assim sendo todos os interessados devem estar cientes de seu conteúdo.

Exposição: narração das circunstâncias concretas e imediatas que geraram o ato e /ou documento

Dispositivo: expressão de vontade e julgamento do autor do documento ou do ato, a qual é expressamente anunciada por meio de um verbo, como ex.: Autorizar, promulgar, decreto certificar etc., esses são capazes de comunicar a natureza da ação e da função do documento.

Cláusulas finais: são fórmulas cujo objetivo é garantir a execução do ato, evitar sua violação, garantir sua validade, preservar os direitos das partes, atestar a execução de certas formalidades e indicar os meios empregados para dar aos documentos valor probatórios. Podendo ser essas cláusulas de injunção; proibição; derrogação; exceção; obrigação; renúncia; advertência por sanções espirituais e penais.

ESCATOCOLO: *Corroboração:* anuncia os meios para validar o documento e garantir sua autenticidade.

[Datas]

[Precação]

[Saudação]

Cláusula complementar: fórmula que expressa respeito, como: atenciosamente, sinceramente etc.

Atestação: subscrição das partes que participaram da feitura do documento (autor, escritor) e das testemunhas a promulgação ou assinatura.

Qualificação de assinatura: menção do título e da capacidade do signatário, ou seja, de quem assina o documento.

Notas secretariais: iniciais do digitador, a menção de recintos, indicação de que o documento é copiado para outras pessoas, etc. Mas usualmente ele também constitui o último elemento intrínseco da forma documental.

Subentendesse assim com Duranti (1991) que as combinações entre os caracteres/elementos tanto internos quanto externos que determinam as formas documentais, ou seja, são eles que permitem a identificação do contexto documental.

Desta forma, segundo Duranti (1991), a crítica diplomática provém da forma do ato iniciado ou referido pelo documento de arquivo, a análise crítica deste, tem como desígnio compreender o seu contexto jurídico, administrativo e processual para o qual o documento analisado foi elaborado.

Sendo assim, a estrutura da análise diplomática se dá em um procedimento sistemático, indo do específico para o geral. Isso permite que, quando realizada, possa identificar o contexto do documento em que tais procedimentos estão sendo aplicados. Conseqüentemente, a crítica diplomática elaborada por Duranti (1991, p.12) dá os seguintes procedimentos para análise do documento contemporâneo:

Elementos extrínsecos: meio/ escrita/ linguagem/ sinais especiais/ selos/ anotações;

Elementos intrínsecos: Protocolo (subseções) / texto (subseções) / Escatocolo (subseções);

Pessoas: Autor do ato/ autor do documento/ destinatário do ato/ destinatário do documento/ escritor/ pessoa que autentica/ testemunhas;

Qualificação das assinaturas: títulos e competências das pessoas envolvidas;

Tipo do ato: simples/ contratual/ coletivo/ múltiplo/ continuativo/ complexo ou processual;

Nome do ato: venda, autorização, requerimento;

Relação entre o documento e o procedimento: especificação da fase do procedimento geral ao qual o documento relaciona-se; e, se o documento resulta de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento específico;

Tipo de documento: nome (carta, escritura) / natureza (público ou privado) / função (dispositivo, probatório) / estado de transmissão (original, esboço, cópia);

Descrição diplomática: contexto (ano, mês, dia, lugar) / ação (pessoas, ato) / documento (nome da forma, natureza, função, estado, meio quantidade);

Comentários conclusivos: qualquer comentário que remete para o documento como um todo e não a um elemento específico de forma documental ou componente de análise diplomática

Com base na apresentação dos procedimentos esquematizados por Duranti (1991) para a realização da análise diplomática do documento contemporâneo, Tognoli (2013) ressalta que a análise apresentada por ela se constitui mais abrangente do que aquelas observadas nos manuais modernos de Diplomática. De acordo com Tognoli (2013, p.124) isso é devido a complexidade estrutural da “forma do documento contemporâneo”, que é um reflexo “da complexidade dos sistemas jurídicos nos quais os documentos são gerados no século XXI”.

De acordo com Duranti (1991, p.12) “o esforço de incluir os elementos reais dos documentos no âmbito da análise diplomática é um prelúdio necessário para a descoberta e conhecimento”, ou seja, a “Diplomática é uma mentalidade, uma abordagem, uma perspectiva, uma forma sistemática de pensar sobre os documentos de arquivo”.

Após essa apresentação da Diplomática, deixa-se em evidência que este estudo tem seu interesse na diplomática no que se refere à análise dos caracteres/elementos que ela proporciona identificar por meio de sua sistematização, mais a diante no terceiro capítulo busca fazer a interlocuções desta com as outras metodologias que ainda serão expostas.

A próxima metodologia a ser apresentada é a Análise Documental de Conteúdo, em suas duas partes, sendo elas: Analítica e Sintética, essas também nos permitem analisar o conteúdo do documento, entretanto, sua aplicação é diferenciada da diplomática que também faz análise do conteúdo para atingir o seu objetivo que é verificar autenticidade por meio do contexto do documento.

4.2. ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO

A Análise documental (AD) é comumente utilizada por bibliotecários para a representação da informação. Contudo, vem sendo, ainda que timidamente, discutida no âmbito do arquivo como auxílio na representação do documento de arquivo.

AD tem como berço teórico a linha francesa, esta é uma das vertentes de um “universo epistemológico do TTI [Tratamento Temático da Informação], ao lado da *indexação* (de tradição inglesa, com ênfase nos instrumentos de tratamento temático) e da *catalogação de assunto* (de tradição norte-americana, cuja ênfase recai sobre o catálogo enquanto produto desse tratamento) (MORAES, 2011, p.26)”.

Na linha francesa, as discussões teóricas advêm de alguns pensadores como: CHAUMIER 1971; COYAUD, 1966; GARDIN et al. 1981; CUNHA 1987; RUIZ PEREZ, 1992; GARCIA GUTIERREZ, 1984; GUIMARÃES, 1994, 2003; PINTO MOLINA, 1993; CLAUSO GARCIA. A 1993, dentre outros. As discussões sobre AD são mais acentuadas pelas escolas Brasileira e Espanhola.

Apresenta-se assim de forma sucinta, a concepção que cada autor tem sobre o que é a Análise Documental por meio do quadro 04, esse foi estruturado tendo como parâmetro os autores citados:

Quadro 04- Definições de Análise Documental

Autor	Definições
GARDIN et al.1981	Um conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação (p. 29).
GARCIA GUTIERRES, 1984	É uma operação e aplicação de técnicas intelectuais específicas e normalizadas de análise a um coletivo documentário, com finalidade de se fazer o controle e utilização na recuperação. Com o foco no tratamento global tanto de análise quanto de recuperação, centrando no direcionamento de uma atividade metódica, sistemática e dinâmica em um fundo documental, por meio da análise como meio de organização e controle, que potencializa a recuperação posterior (p.77-78).
COYAUD, 1966	Uma operação ou conjunto de operações que venham a representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente do original, para facilitar a consulta e posterior recuperação. Um documento de qualquer tipo, não pode ser registrado em um sistema documentário em sua forma

	primária, por causa de seu tamanho, complexidade e apresentação. Sendo assim, esse deve ser transformado, como uma estrutura de um modelo geral para um dado sistema, afim de que as operações de armazenamento e busca possa ser realizada (p.5).
CHAUMIER,1971	A análise documental é uma operação, ou um conjunto de operações, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original, a fim de facilitar a consulta ou a referenciarão num estágio anterior. Um documento, seja ele qual for, não pode ser registrado num sistema documental sob a sua forma primária, em virtude do seu comprimento, complexidade e apresentação. Deve ser transformado no âmbito de um modelo geral, para um dado sistema, a fim de as operações de memorização e procura poderem ser efectuadas. A análise documento é uma operação intelectual, mais ou menos complicada, consoante o grau de elaboração e subtilidade, que dá origem a um subproduto ou documento secundário (secundário relativamente a informação, denominada documento primário), subproduto diversificado de acordo com o método de análise utilizado (p.15).
RUIZ PEREZ, 1992	Conjunto de operações que tende a representar o conteúdo de um documento, de forma distinta do original. Sua segunda acepção se estabelece em extrair do documento um conjunto de termos que se sirva para a representação e condensação do mesmo (p.56).
PINTO MOLINA, 1989	É constituída por um conjunto de operações (sendo algumas de ordem intelectual, outras mecânicas e repetitivas) que afetam o conteúdo e a forma dos documentos originais, os reelaborando e os transformando em outros de carácter instrumental ou secundário, com o objetivo de facilitar ao usuário a identificação precisa, a recuperação e disseminação (p. 328).
CLAUSO GARCIA, 1993	É um conjunto de operações distintas, que buscam representar o conteúdo e a forma de um documento, com o objetivo de facilitar sua consulta e recuperação (p.11).
GUIMARÃES, 2003	Visa à aplicação de critérios de natureza descritiva (física) ou temática (de conteúdo) aos distintos suportes informacionais, de modo a que os mesmos possam ser localizados (no primeiro caso) e acessados em termos de assunto (no segundo caso) (p.102).
CUNHA,1987	Comumente a Analise Documentaria (AD) e definida como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação (p.38).
PINTO E GALVEZ,1999	Processo duplo de identificação e representação do texto/documento (p.31).

Sendo assim, pode se compreender a AD como um conjunto de procedimentos, que são executados com a finalidade de expressar o conteúdo dos documentos, cujo intuito é facilitar o acesso e a recuperação da informação destes.

Essa pode ser entendida ainda, como uma operação intelectual que busca identificar as informações no conteúdo do documento, sem fazer nem uma interpretação explícita ou crítica, extrai-se por meio da leitura caracteres/elementos concisos e precisos ao conteúdo, que se reflete na indexação e condensação, cujo objetivo é permitir o armazenamento, recuperação e disseminação da informação.

Com isso, pode se apontar algumas funcionalidades inerente a AD, enfatizadas por Pinto Molina (1992), sendo elas: *Identificativa*, técnica que assessora na elaboração diversificada de operações que auxiliam na identificação e localização de qualquer documento, além de permitir conhecimento de seu conteúdo por meio de termos que o representa e resumos; é *Transformativa*, pois promove o processamento e o reprocessamento do documento original em outros secundários de tipos informativos; *Recuperativa*, no sentido em que favorece a recuperação do documento, que só pode ser realiza por meio de uma técnica rigorosa e sólida analítica; sendo também *Intermediadora*, já que AD não é um fim em si mesma, mas sim, um meio cujo resultado final é a consubstância de uma variedade de produtos documentários, tais como: catálogo, índice e sumário, etc. Do qual esses se fazem utilizados, de modo a facilitar a busca e o acesso ao documento, desta forma AD deve atender dois requisitos básicos, sendo: a objetividade e normalização; e com isso AD se torna *Difusora* (p.86 traduções nossa).

Guimarães (1994) complementa a prospecção de Pinto Molina (1992) apresentando os processos da AD que ressaltam as funções de tal técnica ao ser aplicada, sendo: *Processo de comunicação*, quando a recuperação e difusão da informação; o *Processo de transformação*, no momento que o documento é analisado, há conversão de seu conteúdo para uma linguagem documental, que tem como finalidade torna-lo mais acessível, e terminando no *Processo analítico – sintético*, quando a informação estudada passa a ser interpretada e sintetiza de modo minucioso para representar o conteúdo do documento de forma precisa.

Para a Escola Espanhola, que tem como base as perspectivas Otleniana, a AD pode ser divida em Análise Documental de Forma e Análise Documental de Conteúdo:

Níveis de análise estão em relação direta com os elementos dicotômicos que compõem o documento: conteúdo (mensagem) e a forma (suporte), distinguindo assim entre análise de forma documental (ADF) e análise documental de conteúdo (ADC), ambos têm seus campos teóricos e âmbito próprio de ação. O primeiro é realizado no conteúdo, recipiente ou suporte documental, e a segunda refere-se à mensagem do documento (PINTO MOLINA 1993, p.99, tradução nossa).

Já a escola Brasileira compartilha das premissas gardinianas, ao trabalhar com a Lógica / Linguística. Desse modo, a Análise Documental na concepção Brasileira é a reflexão teórica, que se correlaciona com a linguística para o tratamento temático da informação. Sendo assim, “análise documentaria passa a ser uma modalidade de leitura de texto que leva em conta, além do próprio texto, as condições de produção e consumo (SMIT, 1989, 10)”.

Complementando Smit (1989), Guimarães (2003, p.103) ao explanar sobre a AD, referencia que os seguidores da metodologia de Gardin a compreendem, enquanto uma área como um *todo*, em que a indexação é uma *parte*, que se reflete em representação documentária, ou seja, a fase final do tratamento, no qual se utilizam dos instrumentos documentários de *linguagens*, para a elaboração de produtos documentários, como índices, vocabulários, etc.

Sendo assim, em síntese, a AD consiste para fins de tratamento temático da informação, por meio de um conjunto de procedimentos analítico-sintético, que envolve o conteúdo dos documentos por meio de sinopse, condensação, e da representação pelas linguagens documentais, cujo objetivo é assegurar a recuperação precisa pelo usuário (GUIMARÃES, 2003).

Tendo como base os procedimentos analítico-sintético, pode se ressaltar alguns elementos, como tal técnica é reconhecida no Brasil:

-*processos*: o conteúdo da área se dá por meio de uma sequência indicada de procedimentos;

-*análise*: a decomposição de um todo em seus elementos constitutivos, buscando um sentido informativo;

-*conteúdo temático*: o conjunto de elementos documentais que refletem a dimensão informativa (a função original) do documento;

-*documentos*: aqui entendidos em sua concepção mais ampla, enquanto suportes informacionais de qualquer ordem;

-condensação: reconstrução do documento de forma abreviada, destacando seus pontos ou passagens de maior expressividade temática;

-representação: processo similar à tradução, no qual o conteúdo temático passa a ser expresso de maneira padronizada conforme parâmetros previamente estabelecidos;

-linguagem documentaria (também denominadas linguagens de indexação): conjunto de instrumentos ou ferramentas para a representação padronizada do conteúdo temático dos documentos. Tradicionalmente, consistem nos sistemas de classificação, nas listas de cabeçalhos de assunto ou nos tesouros;

-recuperação da informação: objetivo básico de toda a atividade de tratamento documental, uma vez que permite que o conteúdo informacional chegue até o usuário ou cliente; (GUIMARÃES, 2003, p.104).

Observa-se assim que, a AD é um meio de comunicação entre o documento que foi representado e quem o procura, pois ela proporciona meios que tornam possível a recuperação da informação e a sua disseminação (GUIMARÃES, 2003).

Deste modo, essa pesquisa se utilizará da Análise Documental de Conteúdo (ADC) da vertente Brasileira, que se faz subdividida em duas fases a analítica e a sintética, para uma melhor visualização se apresenta a fases e os processos da ADC no quadro a seguir:

Quadro 05 - As Fases e os Processos da Análise Documental de Conteúdo (ADC)

Fase	Processo
Analítica	<i>Leitura Técnica Documental</i> : Quando o analista documentalista identifica a estrutura do texto e começa identificar o conteúdo do documento.
	<i>Identificação dos Conceitos</i> : Quando são identificadas as partes mais relevantes do documento, visando a construção do enunciado.
Sintética	<i>Seleção dos Conceitos</i> : os enunciados são categorizados em; primários, secundários e periféricos do documento, e ordenados logicamente
	<i>Condensação Documental</i> : redução do documento original por uma síntese.
	<i>Tradução dos Conceitos</i> : em linguagens indexação, ou seja, a padronização das linguagens.

Fonte: elaborado pelo autor e adaptado de GUIMARÃES (2003).

Sendo assim, essas são as divisões presentes nas fases e no processo da AD, que serão aprofundadas nos capítulos subsequentes a este, com a finalidade de melhor elucidar esse método.

4.2.1. FASE ANALÍTICA DA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO

A Análise Documental de Conteúdo (ADC), segundo Guimarães (1994), exerce sua função por meio da leitura técnica do documento, que visa identificar a estrutura textual das partes mais relevantes do texto, para que se possa chegar ao seu conteúdo.

De acordo com Guimarães (1994), a ADC segue alguns procedimentos, tais como: a *etapa analítica*, que se inicia com a *leitura técnica* do documento identificando a sua estrutura textual, da qual sobressaem as partes mais importantes que exibem seu conteúdo temático, utilizando para isso, as estratégias metacognitivas, que têm como objetivo *identificação dos conceitos* para construir enunciados de assuntos.

Contudo, para que ocorra a compreensão da estrutura textual do documento, bem como o entendimento das partes mais relevantes, devem ser levadas em conta as estratégias metacognitivas de leituras e técnicas para a identificação da temática.

Ao considerar o conhecimento prévio como estratégia de leitura, leva-se em conta que a leitura é um processo interativo no qual se reconhece que essa envolve muito mais que elementos visuais, que compõem o texto se admitindo, que os aspectos cognitivos se correlacionem com conhecimento prévio do leitor e aos seus comportamentos específicos durante o processo de leitura (CINTRA, 1987).

As estratégias metacognitivas são elaboradas por meio do conhecimento adquirido ou vivenciado no desenvolvimento de uma determinada tarefa, de modo a possibilitar outra vez a sua execução, isso possibilita se resguardar durante a atividade de leitura documentária, com o propósito de evitar erros e incompreensões. (SILVA; FUJITA, 2004, p. 148).

As estratégias cognitivas e metacognitivas estão relacionadas, além disso, com os objetivos que serão refletidos no decorrer da leitura documentária, dos quais

seus aspectos são abordados por Pinto Molina (1993, p. 162-163), quando enfatiza que:

As estratégias desenvolvidas durante o período de leitura dependem não só do leitor e do texto, mas também dos objetivos documentários. Concebido como ações mentais estruturadas, que podem ser agrupadas em duas categorias: cognitiva, que compreende a interpretação como comportamento automático e inconsciente; e metacognitivo, que supõem atividades desautomatizadas, em que o leitor tem a consciência de como está lendo. A legibilidade de um texto exigirá uma aplicação equilibrada de ambos os tipos de estratégias (tradução nossa).

As estratégias de leituras seguem atribuições conceituais linguísticas e cognitivas, que se desenvolvem por meio da aplicação contínua e do processamento de informação, os chamados *bottom-up* e *topdown*, que são considerados como procedentes da psicologia cognitiva, conforme Pinto Molina (1993) nos demonstra:

1) Ascendentes/ guiados pelos dados/ "botton-up" / indutiva /, no qual a leitura é do tipo linear, indo das partes ao todo textual, que se baseia exclusivamente na estimulação visual.

2) Decrescente / conceitualmente orientados / "top-down"/ dedutivo/ em que se caminha de forma inversa, do todo para as partes, aproveitando-se do "conhecimento prévio" ou "esquemas" do leitor. A experiência nos diz que a compreensão/interpretação de uma passagem escrita envolve a contínua inserção de uma grande dose de conhecimento extralinguístico convencional ("conhecimento prévio"). Por conseguinte, o leitor não necessita utilizar todos os dados textuais, pois então o processo começa se aproveitando da informação extratextual para levantar hipóteses ou previsões que facilitam a compreensão/interpretação. Qualquer autor pressupõe que seus leitores têm o nível adequado de tal conhecimento prévio (PINTO MOLINA, 1993, p. 161, tradução nossa).

Considera-se, de acordo com a autora, que os métodos de leitura são dinâmicos e ocorrentes de interpretações, do qual sua compreensão se estabelece pelo processo de significação, de modo a se adequar a *análise semântica* e *análise de conteúdo*.

Deve-se relatar quem além da leitura metacognitiva alguns autores propõem métodos para identificação do conceito por meio de um modelo de leitura, que realça pontos estratégicos do texto, durante o processo de leitura, sendo esses:

- Chaumier (1988, p.65): Relata uma leitura diagonal, ou seja, uma leitura rápida que busca os meios de pontos de acesso do texto, como: título e subtítulo, intertítulos, introdução, conclusão, frases introdutórias de parágrafos e capítulos, legendas de ilustrações, gráficos, tabelas, informações em negrito, etc. Identificar as informações.
- Tálamo (1987, p.14): utilizou-se para identificação da estrutura do documento, um mecanismo de perguntas e respostas: Quem (Ser)? O quê (tema), Como (modo)? Onde (lugar)? e Quando (tempo)? Método para identificar o tema.
- Kobashi (1994, p.85): Método analítico por meio das perguntas Who? [Quem], What? [Que], When? [Quando], Where? [Aonde/onde], Why? [Por quê/ Por que].
- Fujita (2003,s/n): Propõe metodologia que combina a estrutura textual e a identificação de conceitos por meio de um Modelo de Leitura, com perguntas interrogativas, tais como: O que aconteceu? (Ação); a que ou a quem isto aconteceu (objeto da ação-sistema chave); o que ou quem fez isto? (Agente da ação); onde aconteceu? (Local).

Sendo assim, por meio da estratégia de leituras pode se identificar os conceitos dos enunciados, mas o que é um conceito, de acordo com Dahlberg (1978, p.102) os conceitos são “enunciados que fazem referência a alguns dos elementos [características] do conceito”. Segundo ainda a respectiva autora, cada enunciado verdadeiro remete a um determinado elemento do conceito.

Observa-se no Quadro 06 a exemplificação do que é um conceito por meio dos enunciados utilizados no exemplo proposto por Dahlberg (1978) e adaptado pelo autor:

Quadro 06 – Exemplificação sobre o que é um conceito, por meio dos enunciados.

Conceitos de Universidade por meio dos enunciados (Objeto geral)	Enunciados sobre a UNESP- Marília (Objeto individual)
<ul style="list-style-type: none"> • Pode ser pública ou privada • Possuem setores administrativos • Possuem setores acadêmicos • Recebem pessoas que terminaram o ensino médio. • Seus cursos têm durações variadas • Localizadas em determinado lugar 	<ul style="list-style-type: none"> • É uma instituição • Situada em Marília-SP • É mantida pelo governo do estado de São Paulo. • Proporciona curso de ensino superior. • Contêm cerca 2.000 estudantes aproximadamente.

Fonte: Teoria do conceito de Dahlberg (1978, p.102, tradução de Astério Tavares Campo), adaptado pelo autor.

Deste modo, se verifica com base em Dahberg (1978) que o conceito são elementos que se articulam por meio de uma unidade estruturada de enunciados. O

conceito geral, tais como: os peixes, as livrarias, os museus etc., no sentido literal da palavra remete também a enunciados amplos. Já os *Conceitos Individuais*, por exemplo: tubarão branco, Livraria Cultura, Museu de Arte Brasileira, são conceitos direcionados a um objeto, logo os enunciados que o descrevem são individuais.

Ressalta-se assim que se pode *compreender os conceitos* como sendo um conjunto compilado de enunciados verdadeiros que se referem ao um determinado objeto (DAHBERG, 1978).

Contudo, há que se ter uma preocupação com a definição correta do conceito, pois, como a linguagem é dinâmica e sempre surgem novas, ou adaptações de termos e conceitos, dos quais o domínio nem sempre é fácil se manter.

Observa-se se assim que, essa etapa é caracterizada pela a leitura dinâmica que a AD proporciona tendo com base as estratégias metacognitivas ou modelos de leituras, que possibilitam a identificação dos conceitos por meio dos enunciados, para próxima fase da AD.

4.2.2. FASE SINTÉTICA DA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CONTEÚDO

Nessa fase denominada de *sintética* se constitui por meio da *seleção de conceitos*: em que os enunciados de assunto são categorizados e ordenados de forma lógica, perante os parâmetros estruturais, funcionais e de uso; a *condensação documentária* corresponde à redução do documento por meio de síntese; e a *representação documentária*, consiste na tradução do conteúdo temático (GUIMARÃES, 1994). Esses irão ser representados por meio de Linguagem Documentária (LD).

A seleção do conceito acontece no momento em que, os enunciados são categorizados em: principais, secundários e periféricos, e ordenados de forma lógica, em que se têm como parâmetros a estrutura, a função e os usos, (Guimarães, 2003 p.112).

Deste modo, sobre a perspectiva de Cunha (1987), após a seleção dos conceitos (termos), para evitar a ambiguidade e imprecisão, há a necessidade confrontação dos termos com vocabulários técnicos, glossários ou dicionários das áreas de conhecimento envolvidas, cuja finalidade é evitar sinonímia como exemplo:

casa, moradia, lar, esses termos passam a ideia do local onde se mora, ou seja, um conceito geral que pode gerar a imprecisão na recuperação da informação, e homonímia, tais como: manga (fruta), manga (camisa), palavras que contêm a mesma grafia mais significados diferentes, isto é conceitos individuais que quando não discernidos corretamente causam imprecisão também.

O controle desses conceitos (termos) se faz necessário em razão de sua importância, devido que os conceitos selecionados e extraídos do documento, poderão ser condensados, ou seja, transformados em resumos ou até mesmo utilizados pelos Sistemas de Recuperações da Informação como pontos de acesso ao documento por meio da Linguagem Documental (LD).

Desta forma, Chaumier (1988, p.65) levanta uma indagação que o documentalista/analista deve se fazer, será que “se um usuário fizer uma pergunta sobre esse conceito, e se esse documento lhe for fornecido, será pertinente aos olhos daquele usuário? Essa questão é a chave de toda a indexação no que concerne à seletividade”.

Além disso, nesta fase também são abordadas algumas questões sobre a profundidade da análise do documento e suas vertentes, tais como: a exaustividade e a especificidade (Guimarães, 2003).

Em síntese pode se apontar que, a exaustividade está relacionada aos números de conceitos utilizados na indexação para representar a informação, e a especificidade, é a exatidão com que esses conceitos representam o conteúdo daquele respectivo documento.

Como consequência disso, ocorre a tradução dos conceitos em termos de Linguagens Documentais (LDs) que são utilizadas como produtos que proporcionam a pesquisa e o acesso a informação.

A LD é a Linguagem Natural (LN) controlada, ou seja, a LN é aquela apresentada pelo conteúdo do documento que quando controlada se transforma em uma LD, podendo ser: vocabulário controlado, tesouro, ontologias, dicionários, sistemas de classificação decimal, dentre outros.

Complementando esta explanação, Lima; Bocatto (2009, p.132) demonstram que “as linguagens documentárias são construídas de acordo com os princípios e métodos estabelecidos pela terminologia, de modo a propiciar a compatibilidade entre as linguagens do usuário e a utilizada pelo sistema de recuperação”.

Segundo Gardin (apud Cintra et al, 2002, p.35) as LD são um conjunto de termos, utilizados para a representação dos conteúdos de documentos, que têm como propósito a classificação ou a busca da informação.

Observa-se assim que o controle terminológico ocorre por meio da LD, deste modo, além de proporcionar o acesso e recuperação da informação, esta também proporciona o controle do termo na representação da informação, assegurando que haja menos imprecisão e mais eficácia na recuperação.

Desta forma, as LDs atuam como representações documentais, que podem ser “[...] vistas como linguagens de comunicação entre a informação documentária e o usuário que dela necessita” (DODEBEI, 2002, p. 56). Essas são utilizadas também para fim de recuperação da informação, pois são, “construídas para indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos.” (CINTRA et al, 2002, p. 33).

Conclui se assim, que AD por meio de sua forma analítica nos permite por meio da leitura estratégica identificar os pontos principais do texto analisado, logo sua análise sintética nos permite extrair termos de uma LN para a LD tendo como propósito de condensar, representar e recuperar a informação.

Ressalta-se ainda que, o processo de TTI “assume algumas dimensões multifacetadas, cujos conteúdos são construídos, a partir de distintos diálogos realizado com outras disciplinas, tais como; Administração, Lógica, Diplomática, [Percurso Gerativo de Sentido], etc. (GUIMARÃES, et al 2007, p. 05)”. Atenta-se assim, que AD é um método que possui características variadas e peculiares de acordo com o diálogo realizado com as outras disciplinas.

4.3. PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

4.3.1. PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS

O Percurso Gerativo de Sentido vem ganhando espaço na Biblioteconomia para a análise de textos de ficção e técnico-científicos, com objetivo de auxiliar na

identificação dos termos que melhor representem o conteúdo do documento analisado, para fins de recuperação e disseminação da informação. Podendo, assim, apontar alguns autores, que estão contribuindo para com estes estudos, tais como: Cândido; Lima; Moraes, 2013: Cândido, Moraes, 2013; Moraes, 2011 e 2012; Moraes; Guimarães; Guarido, 2007; Moraes; Damazo; Lara, 2008; Moraes; Guimarães, 2008: Guarido; Moraes, 2009: Moraes; Alves, 2009; Garcia-Marco; Moraes; Garcia-Marco; Guimarães, 2010: Izquierdo, 1999, 2003a, 2003b, 2004: Sabbag, 2008, 2013; Sabbag; Moraes, 2009, 2010, 2012.

Contudo, constata-se que a sua utilização por meio da Arquivologia não acontece, por mais que, esta metodologia apresente traços que possam ser observados no documento de arquivo como o narrativo e discursivo.

O Percurso Gerativo de Sentido advém da teoria de Greimas, no entanto, faz-se necessário apresentar alguns autores que contribuíram indiretamente na sistematização de sua metodologia, tais como PROPP, 2001; SAUSSURE, 1959.

As contribuições conceituais de Vladimir Propp (1895-1976) para a análise da estrutura narrativa tiveram como objeto de estudo os contos populares (Folclóricos) russos, com destaque para obra *Conto Maravilhoso*, cujos procedimentos utilizados buscavam identificar quais eram as relações comuns entre os contos analisados, buscando evidenciar os elementos constantes (invariantes). (PROPP, 2001).

Os métodos utilizados por Propp eram próximos ao Formalismo Russo, ou Crítica Formalista, que teve como objetivo, o estudo da linguagem poética como entidade autônoma. Todavia não há como se afirmar tal fato, pois quando Propp apresenta o seu estudo, tal escola teórica se apresentava decadente (PROPP, 2001).

Entretanto, os métodos empregados por Propp (2001) proporcionaram uma nova perspectiva, *sob a qual a linguagem não é autônoma, mas sim, procedente de uma ação, como enfatizado, nas suas análises de contos populares (Folclóricos)*, de modo a abrir procedência a uma nova forma de análise literária destes.

Esta análise, contudo, não seria apenas uma novidade na área da literatura, mas também, influenciaria a semiótica estruturalista moderna, do mesmo modo que os estudos de Ferdinand de Saussure, em seu livro *Cours de Linguistique Generale* também influenciaram.

Para Saussure, a língua seria um sistema, do qual todos os elementos só podem ser definidos pelas suas relações de equivalência ou de oposição, que se

mantém com outros elementos, ou seja, uma relação lógica, de modo a se refletir em uma estrutura, demonstrando assim, o que ele considerava como signo linguístico, sendo constituído por *significado e significante* (SAUSSURE, 1959).

Ambos teóricos apresentados tiveram grande influência sobre os estudos semânticos de A. J. Greimas. Para este autor, podem-se encontrar, nos estudos semânticos, três níveis: *fundamental, narrativo e discursivo*, sendo que estes se apresentam distintos em suas formas de análise. Todavia, há uma interdependência entre estes, para que ocorra o pleno entendimento do texto, indo da análise mais simples a mais complexa (GREIMAS, 1973).

Percebe-se que, os modelos de análise de estrutura narrativa entre os autores seguem alguns pontos em comum, como a estruturação lógica e linguagem dinâmica pela qual essa é formada. Contudo, a análise deles se diferencia entre si, pois Saussure (1959), a linguagem, é uma rede de relações, paradigmáticas e sintagmáticas, expressa por termos de oposição; na perspectiva de Propp (2001) a linguagem não é autônoma, e são esses elementos constantes e invariantes que consolidam o processo narrativo; para Greimas (1973) o *Percurso Gerativo de Sentido* baseou-se na gramática gerativa, partindo dos elementos mais abstratos aos mais concretos.

A contribuição de Ferdinand de Saussure para com o *Percurso Gerativo de Sentido* operou de forma pontual para a consolidação do nível profundo, também conhecido como fundamental que compõe o *Percurso Gerativo de Sentido*, no qual:

O mérito de Saussure consiste em lançar as bases para a compreensão do conceito de estrutura, palavra-chave para o desenvolvimento do pensamento linguístico e das ciências sociais, a partir da década de 40. A ideia difundiu-se a ponto de constituir o fulcro da tendência conhecida por Estruturalismo (RAMAZINI, 1990, p. 25).

Ferdinand Saussure (1959) firmou sua base no estruturalismo ocupando-se, do estudo sincrônico da Língua. Pode-se dizer que esse estudo determina a descrição de um dado momento no tempo.

Na visão de Saussure (1959), não há um valor intrínseco nas palavras, ou seja, a importância só é construída a partir da confrontação com outros termos, como ele coloca:

Da mesma forma, uma palavra pode ser trocada por algo similar, uma ideia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza, outra palavra. O seu valor não é, portanto, estabelecido como uma afirmação, mas pode ser “trocado” por um dado conceito, isto é, pode ter esta ou aquela significação: pode-se também compará-lo com valores similares, com outras palavras que estejam em oposição a ele. Seu conteúdo é realmente dado pela recorrência de tudo que existe além dele (SAUSSURE, 1959, p.115).

Esta perspectiva de confrontação pode ser expressa na oposição presente na estrutura fundamental. Entende-se que, esta abarca as categorias semânticas que colocam em ordem a forma geral e abstrata dos conteúdos do texto conhecido como aboutness, sendo esse o conteúdo intrínseco ao documento que representa a sua parte imutável.

De acordo com Fiorin (1999), essa categoria semântica do nível fundamental demonstra:

O elemento mais simples e abstrato de ordenamento dos múltiplos conteúdos do texto. O discurso ecologista articula-se em torno da oposição semântica /civilização/ vs /natureza/. Estabelecer a categoria semântica de base não é, porém o objetivo último da análise. É apenas apreender a articulação mais geral do texto. Para compreender, no entanto, toda a sua complexidade é preciso ir remontando aos níveis mais concretos e complexos do percurso (FIORIN, 1999, p. 4).

Sendo assim, para que ocorra a compreensão do texto por inteiro, se faz necessário ir do elemento mais simples ao abstrato, remontando os níveis, para que se possa entender a sua complexidade.

Saussure (1959) enfatiza que a linguagem, é uma rede de relações, paradigmática, no âmbito da semântica, expressa por termos de oposição da estrutura fundamental do Percurso Gerativo de Sentido. No qual as línguas:

Apresentam relações paradigmáticas ou associativas que dizem respeito à associação mental que se dá entre a unidade linguística que ocupa um determinado contexto (uma determinada posição na frase) e todas as outras unidades ausentes que, por pertencerem à mesma classe daquela que está presente poderiam substituí-la nesse mesmo contexto (COSTA, 2008, p.121).

Como se trata de um percurso, este nível não funciona de forma isolada, mas por meio do encadeamento com os demais. Moraes (2011) enfatiza que a oposição

básica é o que o fundamenta, responsável por expressar, efetivamente, os temas dos textos narrativos de ficção, é mais fácil de ser encontrada tendo como base anterior as estruturas discursivas e narrativas.

Logo os subsídios apresentados por Propp para a análise da estrutura narrativa têm como base seus estudos sobre Conto Maravilhoso. Por princípio, o autor reconhece que o estudo diacrônico (histórico-genético) deveria ser precedido de uma descrição sincrônica rigorosa. (PROPP, 2001, p. 91). Assim, obtém como resultado uma morfologia, isto é, uma descrição do Conto Maravilhoso segundo as partes que o constituem, e as relações destas partes entre si e com o conjunto. (PROPP 2001, p. 16).

Deste modo, Vladimir Propp (2001), parte da ideia de que são esses elementos constantes e invariantes que consolidam o processo narrativo, de modo a constituírem as estruturas dos Contos Maravilhosos.

As estruturas narrativas, de acordo com Vladimir Propp (2001) podem ser indicadas por funções que se agrupam de forma lógica e que segundo ele, são determinadas por algumas *esferas*.

Essas esferas são contempladas em sete classes de personagens (Agentes), que emergem de sua análise morfológica, na qual os personagens são divididos segundo a sua esfera de ação, sendo eles:

- 1-Esfera - O Antagonista (ou Malfeitor)
- 2-Esfera - O Doador
- 3-Esfera - O Auxiliar
- 4-Esfera - A Princesa e o Pai
- 5-Esfera - O Mandante
- 6-Esfera - O Herói
- 7-Esfera - O Falso Herói (PROPP, 2001, p. 44).

Entretanto, esta distribuição das esferas não ocorre de forma uniforme, deste modo, essas não devem definir os personagens, pois, além disso, “existem personagens especiais para a ligação das partes (os queixosos, os delatores, os caluniadores) e também transmissores particulares para a função” (PROPP, 2001, p. 44).

De acordo com Propp (2001), os contos se iniciam com a apresentação de uma determinada situação inicial, não caracterizada como função, mas é um elemento morfológico importante.

Posteriormente a esta situação inicial, o enredo segue esquema de funções narrativas, evidenciado pelo autor em *Trinta e uma Funções Narrativas*, sendo:

- 1 afastamento
 - 2 proibição
 - 3 transgressão da proibição
 - 4 interrogatório
 - 5 informação sobre o herói
 - 6 embuste
 - 7 cumplicidade,
 - 8 dano (ou carência)
 - 9 mediação
 - 10 início da reação
 - 11 partida
 - 12 primeira função do doador
 - 13 reação do herói
 - 14 recepção do objeto mágico
 - 15 deslocamento no espaço
 - 16 combate
 - 17 marca do herói
 - 18 vitória
 - 19 reparação do dano ou carência
 - 20 regresso do herói
 - 21 perseguição
 - 22 socorro
 - 23 chegada incógnito
 - 24 falsas pretensões
 - 25 tarefa difícil
 - 26 tarefa cumprida
 - 27 reconhecimento
 - 28 desmascaramento
 - 29 transfiguração
 - 30 castigo
 - 31 casamento
- (PROPP, 2001, p. 93).

Observa-se assim que, os Contos analisados por Propp (2001) não continham necessariamente todas as funções acima, entretanto invariavelmente seguiam essas sequências.

Diante disso, pode-se relacionar que, a busca pelas invariantes narrativas, como um marco inicial da ideia de *Percurso Gerativo de Sentido*, uma vez que:

A noção do *Percurso Gerativo De Sentido* radica-se no trabalho de Propp sobre a narrativa. Este busca as invariantes narrativas, os elementos que fazem que uma narrativa seja uma narrativa. Num procedimento semelhante ao do fonólogo, que se indagavam, diante da imensa variedade da realização dos sons, como os falantes compreendiam sempre a mesma unidade fônica da língua, Propp

desejava revelar as regularidades subjacentes à imensa variedade das narrativas; procurava apreender, em meio à diversidade imensa de modos de manifestação da narrativa (oral, escrita, gestual, pictórica, etc.), de tipos de narrativa (mitos, contos, romances, epopéias, tragédias, comédias, fábulas, etc.) e de realizações concretas, as invariantes narrativas. (FIORIN, 1999, p. 3).

Assim, as invariantes narrativas podem se manifestar em qualquer meio de expressão (escrita, pintura, etc.), ou por tipos de narrativas, como fábulas, artigos científicos, dentre outros.

De acordo com Moraes; Guimarães (2008), essas invariantes narrativas manifestam-se expondo as regularidades presentes nas narrativas, das quais elas colaboram diretamente para a formação do *Percurso Gerativo de Sentido*, na medida em que, no âmbito da estrutura narrativa, há, por exemplo, uma sequência canônica, essa sequência, pode ser vista como a sistematização das trinta e uma funções narrativas apresentadas por Vladimir Propp (2001), e das quais estão englobadas quatro fases: manipulação, competência, performance e sanção.

Entende-se que essa forma de disposição expressa uma regularidade, pois busca sistematizar os elementos da estrutura narrativa seguindo uma sequência lógica que só é possível a partir da sua concretude que ocorre durante o percurso.

Contudo, tal sequência canônica, não possui um formato pré-definido nas quais os textos narrativos devem se moldar, podendo em determinadas partes apenas serem pressupostos (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO 2007, p. 97).

Observa-se que a sequência canônica apresenta uma regularidade, porém ela em si, não está condicionada a ser uma regra inflexível, na qual toda narrativa deva se encaixar.

Destaca-se com Fiorin (1999) que:

[...] certos textos dão mais ênfase a uma fase que a outras. Por exemplo, o programa *Aqui e agora* e uma novela policial do tipo inglês narram crimes. No entanto, a diferença da abordagem dos dois textos reside no fato de que aquele acentua a performance (como agiu o assassino, qual foi seu procedimento para matar a vítima, etc.), enquanto este evidencia a sanção (a descoberta da identidade do assassino pelo detetive). Em terceiro, cabe lembrar que uma narrativa complexa é constituída de inúmeras sequências que se articulam por parataxe ou por hipotaxe, ou seja, uma pode-se colocar ao lado de outra ou estar subordinada a outra. (FIORIN, 1999 p. 5).

Por conseguinte, os textos contêm suas próprias peculiaridades narrativas advindas dos tipos textuais, nas quais a ênfase dada sobre a fase narrativa que se sobressai com base no que ele representa e para quem, como posto por Fiorin (1999) ao fazer a comparação com o programa policial e uma novela policial. Por mais que a temática principal seja a mesma, a ênfase narrativa se difere entre esses, de sobremodo, como frisa os autores Moraes, Guimarães e Guarido (2007), não há como a estrutura canônica ser aleatória, pois a lógica que rege a estruturação da narrativa não tem como ser pré-definida.

4.3.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO

O Percurso Gerativo de Sentido emerge dos estudos de Greimas (1976), e é formada por três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Todos são distintos em suas formas de análise, no entanto, há uma interdependência entre eles, para que ocorra o pleno entendimento do texto, indo da análise simples a mais complexa.

O Percurso Gerativo de Sentido está embutido vincula-se à Semântica Discursiva, sendo que esta, para Greimas, deveria ser “Gerativa, Sintagmática e Geral”. Em relação a esses aspectos Fiorin (1999) pontua que:

É uma teoria gerativa, porque concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, num processo de enriquecimento semântico. Isso significa que vê o texto como um conjunto de níveis de invariância crescente, cada um dos quais suscetível de uma representação metalingüística adequada. [...] É uma teoria sintagmática, porque seu escopo é estudar a produção e a interpretação dos textos. Aqui se produz o primeiro deslocamento produzido pela Semiótica. Sua totalidade não é o plano de conteúdo das línguas naturais, mas o texto [...] *É geral, porque se interessa por qualquer tipo de texto, independentemente de sua manifestação* [...] (FIORIN, 1999, p. 2 grifos do autor).

Pode-se dizer que com a Semântica Discursiva de Greimas a noção de Percurso Gerativo de Sentido passa a ter uma perspectiva mais concreta na medida em que pontua elementos de forma sistemática em uma estrutura que possui níveis de invariância crescente:

Designamos pela expressão percurso gerativo a economia geral de uma teoria semiótica (ou apenas linguística), vale dizer, a disposição de seus componentes uns com relação aos outros, e isso na perspectiva da geração, isto é, postulando que, podendo todo objeto semiótico ser definido segundo o modo da sua produção, os componentes que intervêm nesse processo se articulam uns com os outros de acordo com um "percurso" que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 232).

De acordo com Fiorin (2011), no nível profundo está o elemento semântico que dá base para a construção do texto. Tais elementos tem como alicerce uma relação de oposição.

Greimas; Courtés (2008) caracterizam a relação de oposição como o quadrado semiótico. Essa oposição é expressa por duas operações que se relacionam: negação e asserção.

Barros (2005. p.11) demonstra que “a semiótica tem como objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”.

Segundo Floch (2001, p. 15), o Percurso Gerativo é uma representação dinâmica da produção do sentido:

[...] é a disposição ordenada das etapas sucessivas pelas quais passa a significação para se enriquecer e, de simples e abstrata, tornar-se complexa e concreta. Compreende-se a escolha do termo “percurso”. Mas por que “gerativo”? Porque todo objeto significante, para a semiótica, pode – e deve – ser definido segundo seu modo de produção, e não segundo a “história” de sua criação: “gerativo” se opõe assim a genético.

Fiorin (1999) enfatiza que o Percurso Gerativo de Sentido se constitui de três níveis:

O percurso gerativo é constituído de três patamares: as estruturas fundamentais, as estruturas narrativas e as estruturas discursivas. Vale lembrar que estamos no domínio do conteúdo. As estruturas discursivas serão manifestadas como texto, quando se unirem a um plano de expressão no nível da manifestação. Cada um dos níveis do percurso tem uma sintaxe e uma semântica (FIORIN 1999, p.17).

O Percurso Gerativo de Sentido vai do mais simples ao de complexidade maior, o fundamental (ou profundo), o narrativo e o discursivo, são níveis composto de uma sintaxe e de uma semântica como apresentado pelo autor.

De acordo com Fiorin (1999, p. 14), a semiótica se atenta para o Percurso Gerativo de Sentido como “[...] um simulacro metodológico, para explicar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo”. Deste modo, entende as estruturas profunda ou fundamental (como categorias semânticas), narrativa (como estrutura canônica) e discursiva (com concretização de temas e figuras) (FIORIN, 1999).

No entanto, para a construção dos percursos temático e figurativo, se faz necessária à utilização da *isotopia*, que segundo Greimas e Courtés (1986 apud MORAES; GUIMARÃES, 2006), “[...] constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto, uma vez que ela permite elidir ambiguidades”. De acordo com os autores, ao se levantar as isotopias se identificam as continuidades semânticas que tornam o texto num conjunto coerente (MORAES; GUIMARÃES, 2006, p.07).

Ainda na concepção de Moraes e Guimarães (2006, p.07), na etapa das “*estruturas discursivas*, os resultados obtidos nesta fase devem remeter à etapa inicial, ou seja, às *estruturas fundamentais*”, isto é, no percurso lógico da construção do texto coerente.

Deste modo, é possível afirmar que a contribuição pontual de Greimas para o Percurso Gerativo de Sentido baseou-se na gramática gerativa, que de acordo com Moraes (2011) é expressa partindo dos elementos mais abstratos aos mais concretos.

Na sequência será apresentado com mais pontualidade o percurso por meio dos níveis narrativo e discursivo que serão objeto de interlocução entre as metodologias até aqui apresentadas.

4.3.2.1. NÍVEL NARRATIVO

A sintaxe do nível narrativo é ato de contar um fato que apresenta o seu início e o final, Fiorin (2000, p.21) define a narratividade como sendo a “transformação

situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final”.

Na sintaxe narrativa podem ser encontrados dois tipos de enunciados elementares, o enunciado de estado e o enunciado de fazer, que segundo Fiorin (2000, p.12) são:

a) *enunciados de estado*: são os que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto (no enunciado “Técnico de informática” é “Contratado”, há uma relação de conjunção, indicada pelo verbo ser, entre um sujeito “Técnico de informática” e um objeto “Contrato de serviço”; em o “Técnico de informática não é contratado”, há uma relação de disjunção, revelada pela negação e pelo verbo ser, entre um sujeito “Técnico de informática” e um objeto “Contrato”);

b) *enunciados de fazer*: são os que mostram as transformações, os que correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro (no enunciado “O técnico de Informática foi contratado”, há uma transformação de um estado inicial “não contratado” num estado final “contratado”).

Adaptado pelo autor, fazendo referencia a um documento arquivo.

Na narrativa, Fiorin (2000) apresenta que existem duas espécies mínimas pelo qual pode ocorrer, sendo caracterizada pela privação e a de liquidação de uma privação. Na privação, o estado conjunto existe e passa a um estado final disjunto, como, por exemplo: homem rico que fica pobre, em um primeiro momento da narrativa o sujeito aparece em conjunção (posse) com a riqueza, no final em disjunção (privação) com ela, observa-se que neste enunciado narrativo há transformação entre os dois estados entre ser rico e ficar pobre. Logo na liquidação da privação há uma inversão entre o estado inicial o disjunto e o final conjunto, como, por exemplo: homem pobre que fica rico, nota-se que, no enunciado narrativo, há transformação entre os dois estados o sujeito esta em disjunção (privação) a riqueza, no final em conjunção (posse) com a riqueza, sendo identifica-se uma transformação entre dois estados ser pobre e ficar rico.

Todavia, segundo Fiorin (2000, p. 22), nas funções dos papéis narrativos, não se deve confundir o termo *sujeito* como sendo pessoas e o termo *objeto* como sendo coisas, pois esses são papéis narrativos “que podem ser representados por um nível mais superficial por coisa, pessoas ou animais”. Por exemplo, em uma narrativa de

perseguição aos leões a serem aprisionados, são aos leões o “objeto com que o ser que captura deve entrar em conjunção”. No entanto, “quando se diz o tapete voador pousou no terraço da casa”, temos uma transformação cujo estado final tem como sujeito “tapete voador” e como objeto “terraço da casa” (FIORIN, 2000, p. 22-23)”.

Entretanto, os textos não são compostos somente de narrativa mínima, mas sim por narrativas complexas, que emitem uma série de enunciados de estado (fazer e ser) que são organização de forma hierárquica, e que tem como composição a sequência canônica, que é caracterizada por meio de etapas esquematizada do padrão narrativo, e pode ser compreendida em quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção (FIORIN, 2000; TATIT, 2003).

Deste modo, com base em Fiorin (2000, p. 22-23-24) descreve as quatro sequências canônicas:

Manipulação: um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa, ou seja, há o manipulador e o manipulado. São vários os tipos de manipulação, aqui foram identificados alguns como: tentação, intimidação, sedução e provocação.

Competência: o sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa e dotado de um saber e/ou poder fazer.

Performance: e a fase em que se dá a transformação (mudança de um estado -a- outro) central da narrativa. Libertar a princesa presa pelo dragão e a performance de muitos contos de fada. Encontrar o pote de ouro no fim do arco-íris, ou seja, passar de um estado de disjunção com a riqueza para um estado de conjunção com ela pode ser uma performance. O sujeito que opera a transformação e o que entra em conjunção ou em disjunção com um objeto pode ser distinto ou idêntico.

Sanção: Nela ocorre a constatação de que a *performance* se realizou e, por conseguinte, o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Eventualmente, nessa fase, distribuem-se prêmios e castigos.

A sequência canônica pode ser exemplificada sobre o *Documento de Arquivo*, por meio da interpretação que ocorre desse, ou se fazer a sua representação por meio da descrição, assim tem-se a *Manipulação* no documento de arquivo expressada pelo ato (ideias) para o qual foi elaborado; já a *Competência*, expõe o ato para o qual esse foi elaborado, ou seja, a condição que esse tem de informar a todos aqueles que dele se ocupam; para que assim haja a *Performance* que pode ser identificada por uma transformação que gera outros atos ao documento,

podendo ser de conjunção ou disjunção sobre esse; logo a *Sanção* é constatação do que houve na *Performance*, isto é, o momento em que se expressa a vontade ou julgamento do ato do documento.

Contudo, algumas destas fases podem ser apenas pressupostas ou uma delas obter mais destaque que a outra, demonstrando assim que, a sequência canônica não se faz por uma estrutura pré-definida, que se apresentará da mesma forma em todos os textos (MORAES; GUIMARÃES; GUARIDO, 2007, p. 97).

Deste modo, se conclui o nível narrativo, passando neste momento para o nível discursivo.

4.3.2.2. NÍVEL DISCURSIVO

No nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo “são *revestidas* de termos que lhe dão concretude” por meio de temas e figuras. Assim, “tematização e figurativização são dois níveis de concretização do sentido. Todos os textos tematizam o nível narrativo e depois esse nível temático poderá ou não ser figurativizado (FIORIN, 2002. p.64-65)”.

Ainda para o autor, a figura é o termo que nos remete a algo de um mundo natural: pássaro, lua, brincar, professor, comer etc. Desta forma, a figura se remete a qualquer língua natural ou algum sistema de representação que se corresponda compreensível no mundo natural. Logo o “tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural”, ou seja, o tema são categorias que ordenam, organizam e categorizam os elementos do mundo natural, como: elegância, trabalhar, medo, raciocinar, orgulho, etc. (FIORIN, 2000, p.65).

Contudo, quando se fala em figura, não há restringe apenas ao mundo natural em si, esse mundo natural pode também ser construído, como ocorre em textos de ficção, exemplo: científica, contos de fadas, dentre outros. Como no caso, a título de exemplo, um texto de ficção científica em que surja um ser que de seus olhos é disparado raios, o que seu corpo se regenere etc. Sendo assim, esse ser é uma figura de um mundo natural só que construído (FIORIN, 2000).

Deste modo, os esquemas figurativos elaboram uma consequência sobre a realidade por meio de um simulacro que busca representar o mundo. Logo os temáticos procuram explicar essa realidade, por meio da classificação e organização, constituindo uma relação e dependência. Sendo assim, Fiorin (2000, p.65) nos apresenta que os “discursos figurativos tem uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa”.

Desta forma, “quando tomamos um texto figurativo precisamos descobrir o tema subjacente às figuras, pois para que estas tenham sentido precisam ser a concretização de um tema, que, por sua vez, e o revestimento de um esquema narrativo (FIORIN, 2000. p. 65-66)”. Porém, “como encontrar esse tema? Para que, um conjunto de figuras ganhe um sentido, precisa ser a concretização de um tema, que, por sua vez, e o revestimento de enunciados narrativos (FIORIN, 2000, p.70)”.

Diante do exposto, o discurso nada mais é, que a narrativa “enriquecida” “por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (BARROS, 2005, p.53)”.

Sendo assim, segundo Fiorin (2005) o encadeamento entre figura e temas, designa ao nome de percursos temáticos e figurativos, em que, ambos devem manter a coerência interna do texto. Contudo, quando isso não ocorre e há uma quebra na coerência, esses se tornam contraditório, mais “pode também criar determinados efeitos de sentido (FIORIN, 2005, p.73-74)”.

De acordo com Moraes (2011) é “essa coerência entre as figuras torna-se essencial, de modo que o leitor, ao ter contato com um texto, possa através desse jogo de figuras ou conexões, entender o contexto em que se insere o mesmo, e a partir daí extrair os temas”.

Consequentemente os temas estão nos textos cobertos pelas figuras, “a reiteração dos temas e a recorrência das figuras no discurso denominam se isotopia. A isotopia assegura, graças à ideia de recorrência, a linha sintagmática do discurso e sua coerência semântica (BARROS, 2005, p.71)”.

Fiorin (2000, p.81) enfatiza que, na análise do discurso, a isotopia é a repetição do mesmo traço semântico no decorrer de um texto. “Para o leitor, a isotopia oferece um plano de leitura, determina um modo de ler o texto”. “A recorrência de traços semânticos estabelece a leitura que deve ser feita do texto.

Essa leitura não provém da fantasia do leitor, mas está inscrita no texto (FIORIN, 2000, p. 82)”.

Barros (2005, p. 71) demonstra dois tipos isotopia, sendo uma delas “a temática decorre da repetição de unidades semânticas abstratas, em um mesmo percurso temático”, como por exemplo, este estudo, tem uma isotopia temática de representar. Temos deste modo à retomada dos valores como, reproduzir ou interpretar, ou seja, o que se representa, onde se representa, ou na ação de representar, deste modo temos a isotopia temática, que nos permite conhecer o assunto que se trata o texto, pois, a isotopia temática costura o texto para o seu entendimento em síntese (BARROS, 2005).

Logo a “isotopia figurativa caracteriza-se pela redundância de traços figurativos, pela associação de figuras aparentadas. A recorrência de figuras atribui ao discurso uma imagem organizada e completa da realidade”, sendo assim as figuras concretizam as temáticas, neste caso, a figura desta pesquisa é documento de arquivo, que está ligado ao tema de representar, essa isotopia permite a imagem organizada e completa da realidade (BARROS, 2005, p.71-72).

Demonstra-se assim que, a isotopia é um procedimento de construção do sentido sobre a dimensão sintagmática, que controla os significados das palavras diante de um contexto.

5. PROCEDIMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO EM ARQUIVO: PERSPECTIVA METODOLÓGICAS

Anteriormente, discorreu-se sobre as metodologias que foram identificadas no levantamento bibliográfico por meio da exploração da temática desta pesquisa, cujo propósito é apresentar metodologias que auxiliassem na elaboração de *pontos de acesso* consistente ao conteúdo do documento de arquivo analisado.

Observa-se que, cada metodologia tem a sua peculiaridade, contudo, as três apresentam o *texto como objeto comum de estudo*.

Deste modo, o intuito neste capítulo é demonstrar que um pode complementar o outro na identificação de *pontos de acesso*, ocasionando assim, uma interlocução entre elas: Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido.

A primeira metodologia, a Diplomática, foi apresentada no capítulo anterior demonstrando as suas três fases, no entanto, aqui irá se abordar apenas a Diplomática Contemporânea por meio da estrutura que esta utiliza para identificar caracteres/elementos, tanto interno quanto externo ao documento de arquivo. Na estrutura utilizada para análise, manteve-se o foco apenas na parte que se refere ao texto do documento de arquivo.

Já a AD foi utilizada suas duas fases, analítica, relacionada à leitura realizada de modo dinâmico na identificação dos termos (conceitos) auxiliando tanto a Diplomática Contemporânea quanto o Percurso Gerativo de Sentido, e a etapa sintética, da qual os termos identificados, são selecionados e categorizados, para que depois estes sejam condensados (resumidos) e representado por uma LD.

E, por último, a metodologia apresentada é Percurso Gerativo de Sentido, que por meio da estrutura canônica, identifica os trechos relevantes do texto, do quais estes estão cobertos por figura e temas que enriquecem a narrativa. Esta metodologia se relaciona com a Diplomática Contemporânea e vice versa, por meio dos tópicos que estas têm em comum ao fazer a análise do texto do documento de arquivo.

Com isto, neste capítulo busca-se demonstrar as interlocuções que se fazem existentes entre as metodologias apresentadas, de modo a argumentar a sua

utilização na representação do Documento de Arquivo ao identificar seus caracteres/elementos de forma consistente para elaboração de *pontos de acesso*.

Esta argumentação que aqui se expressa, é o de proporcionar o acesso ao documento de arquivo. Entretanto, para que isto ocorra, a representação deve ser precisa de acordo com o conteúdo que este apresenta ao ser analisado, ou seja, os *pontos de acesso* devem ser consistentes para que ocorra a recuperação e a disseminação da informação deste documento.

5.1. INTERLOCUÇÕES ENTRE AS METODOLOGIAS POR MEIO DO OBJETO DESTAS O TEXTO.

A primeira interlocução que ocorre entre as metodologias: Diplomática Contemporânea, Análise Documental e o Percurso Gerativo de Sentido é o objeto de estudo que as três têm em comum, que é o texto. Estas se relacionam entre si, no momento em que uma complementa a outra, ou até mesmo buscando alguns tópicos em comum no texto analisado.

Todavia, por mais que estas metodologias tenham como objeto de estudo o texto, seus procedimentos de análise são peculiares.

A Diplomática Contemporânea utiliza-se para a análise do texto um roteiro estruturado que auxilia na identificação dos caracteres/elementos no texto do documento de arquivo.

Já a AD, em sua primeira etapa, a analítica, utiliza-se da leitura na análise texto contido no documento, essa leitura é comumente denominada de leitura técnica, por que faz uso de estratégias metacognitivas ou de Modelos de Leituras para identificar os caracteres/elementos intrínsecos ao texto analisado. Após a identificação destes caracteres/elementos por meio da leitura, segue-se outra etapa da AD, a Sintética, que categoriza os conceitos e condensa o texto, para a sua representação por meio de uma LD.

E por ultimo, o Percurso Gerativo de Sentido apresenta a Estrutura Narrativa que pode ser identificada pelo enunciado (*de estado e de fazer*) sendo esta a narrativa mínima, entretanto, os textos contêm enunciados complexo que se estruturam por meio da sequência canônica, que são revestidas por meio da

estrutura discursiva, constituída por temas e figuras, que são complementos de enriquecimento da narrativa.

Sendo assim, pode ser indicado como a primeira interlocução ocorrente entre as metodologias, o objeto de estudos que estas têm comum, ou seja, o texto. Contudo se ressalta que os métodos de análise se diferem entre si.

Deste modo se apresenta as interlocuções entre as metodologias por meio de seu objeto de estudo, que estas tem em comum.

Quadro-07 Objeto de interlocução entres as metodologias o texto

OBJETO DE INTERLOCUÇÃO O TEXTO					
<i>Análise Documental</i>		<i>Diplomática Contemporânea</i>		<i>Percurso Gerativo de Sentido</i>	
<i>Fase Analítica</i>	Leitura Técnica Documental; Identificação dos Conceitos;	<i>Protocolo</i>	Timbre; Título do documento; Data tópica e Cronológica; Subscrição; [cabeçalho]; Inscrição; Saudação; Assunto; Formula Perpetuitais; Precação;	<i>Nível narrativo</i>	Manipulação; Competência; Performance; Sanção.
<i>Fase Sintética</i>	Seleção dos Conceitos; Condensação Documental; Tradução dos Conceitos;			<i>Nível Discursivo</i>	Temas; Figuras;
		<i>Texto</i>	Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais;		
		<i>Escatocolo</i>	<i>Corroboração</i> : [Datas] [Precação][Saudação] Cláusula; complementar; Atestação; Qualificação de assinatura; Notas secretariais;		

Fonte: Elaborado pelo Autor

Observa-se assim, que AD auxilia a Diplomática Contemporânea e o Percorso Gerativo de Sentido por meio de suas duas etapas de análise sobre o texto, a primeira etapa a *Analítica* ampara ambas as metodologias, mediante seu método de leitura, que auxilia na identificação dos tópicos que cada uma destas traz consigo para a análise do texto. Sua segunda etapa, a *Sintética*, categoriza os conceitos identificados, realiza a condensação do texto e os apresentam por meio de uma LD.

A interlocução que se estabelece, entre a Diplomática Contemporânea e o Percorso Gerativo de Sentido advém de alguns pontos em comum na análise do texto. A Diplomática Contemporânea tem a sua análise voltada no texto buscando identificar os seguintes tópicos: *Protocolo, Texto e Escatocolo* enquanto que, o Percorso Gerativo de sentido busca identificar no texto: *Nível Narrativo e Discursivo*. Os tópicos, que cada uma destas metodologias expõe, serão percorridos mais adiante neste capítulo.

Ressalta assim que, a primeira interlocução que sobrevém com as metodologias, é objeto de estudo que as três têm em comum, neste caso o texto, do qual buscam identificar alguns tópicos nele contido. A AD contribui para com a Diplomática Contemporânea e ao Percorso Gerativo de Sentido pela sua etapa Analítica, advindo de seu método de leitura. Entretanto, pode-se observar tal fato de modo inverso também, em que a Diplomática Contemporânea e o Percorso Gerativo de Sentido fornecem tópicos AD que podem ser identificados no texto, podendo ser compreendidos como um Modelo Leitura.

5.1.2 INTERLOCUÇÕES ENTRE A DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA, ANÁLISE DOCUMENTAL E PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO POR MEIO DOS ELEMENTOS INTRÍNSECOS QUE ESSAS OBSERVAM NO TEXTO POR MEIO DE SUAS METODOLOGIAS.

Nesta parte das interlocuções entre as metodologias, irá se trabalhar os elementos intrínsecos que estão referenciando o texto e que essas apresentam, dando assim, continuidade à ideia desenvolvida no tópico anterior, quando se apresentou o objeto que essas metodologias têm comum, o texto.

Contudo, após apresentar as interlocuções que essas têm sobre o texto, irá mostrar alguns elementos que uma dessas metodologias não abrange.

Sendo assim, as três metodologias apresentam meios de analisar o texto; a Diplomática Contemporânea fornece os seguintes elementos na análise do texto: *Protocolo, Texto e Escatocolo*. Já a Análise Documental utiliza-se de sua fase Analítica para identificar elementos dentro do texto, sendo tais: *Leitura Técnica Documental e Identificação dos Conceitos*. E por fim, o Percurso Gerativo de Sentido proporciona, pelo nível narrativo, a sequência canônica sendo: Manipulação, Competência, Performance e Sanção.

No quadro a seguir consegue-se melhor observar a interlocução que essas metodologias podem fazer entre si, na identificação de conceito para representação da informação.

Quadro 08 - Interlocução de análise das metodologias na identificação dos conceitos do texto para representação da Informação.

MÉTODOS DE ANÁLISE DO TEXTO PROPOSTO PELAS METODOLOGIAS			
<i>Análise Documental, Fase Analítica.</i>	<i>Diplomática Contemporânea</i>		<i>Percurso Gerativo de Sentido, Nível narrativo.</i>
Leitura Técnica Documental Identificação dos Conceitos	Protocolo	Timbre; Título do documento; Data tópica e Cronológica; Subscrição;[cabeçalho]; Inscrição; Saudação; Assunto; Formula Perpetuitais; Precação;	Manipulação; Competência; Performance; Sanção
	Texto	Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais;	
	Escatocolo	Corroboração: [Datas]; [Precação] [Saudação] Cláusula complementar; Atestação; Qualificação de assinatura;	

		Notas secretariais;	
--	--	---------------------	--

Elaborado: pelo autor.

Na análise do Quadro 08, observa-se que a AD, em sua fase Analítica, interage de forma significativa com as outras metodologias, ao proporcionar uma forma de leitura dinâmica na identificação dos conceitos.

Observa-se, assim, que a AD serve como metodologia auxiliar à Diplomática Contemporânea, na identificação dos elementos para a análise do texto: *Protocolo, Texto e Escatocolo*. Contudo, pode-se identificar que a Diplomática Contemporânea serve à AD somente como subsídio na identificação dos elementos/caracteres por meio de seu percurso de análise (roteiro), que apresenta pontos do documento de arquivo que devem ser observados no decorrer da aplicação. Por isso, o método de análise da Diplomática Contemporânea sem a leitura não funciona na identificação dos elementos/caracteres, dado que, sem a leitura proporcionada pela AD, o seu método de análise se torna engessado.

O mesmo ocorre com o Percurso Gerativo de Sentido, que apresenta uma estrutura de análise dos pontos principais por meio da sequência canônica do nível narrativo, sendo a Manipulação, Competência, Performance e Sanção, mas que sem a dinâmica da leitura da AD acaba por também engessar sua estrutura de análise, não funcionando na identificação dos conceitos.

Sendo assim, tanto Diplomática Contemporânea quanto Percurso Gerativo de Sentido servem à AD, como identificação dos elementos/caracteres, do qual sem isso a AD não funcionaria, já que a sua funcionalidade advém dos elementos que foram eleitos para que ocorra a sua análise, neste caso Modelo de Leitura proporcionado pelas próprias metodologias apresentadas.

Vale ressaltar que, Diplomática Contemporânea como o seu roteiro de análise vai além do Percurso Gerativo de Sentido, não se atendo somente no texto, mas também nos elementos/caracteres que o circundam, ou seja, que podem ser encontrados fora dele, como por exemplo: o documento de arquivo, que além de trazer datas no corpo de seu texto, pode expor ainda essa de modo externo como no cabeçalho, assim como outros elementos/caracteres que serão melhores visualizados na aplicação da metodologia.

Ao se colocar a Diplomática Contemporânea na parte que essa considera como texto – Dispositivo; Exposição; Notificação; Preâmbulo e Cláusulas Finais,

identifica-se assim, uma interlocução desta metodologia com o Percurso Gerativo de Sentido, por meio do seu nível narrativo que abarca a sequência canônica – Manipulação; Competência; Performance e Sanção, lembrando que essas análises só dialogam, pois ambas entendem o texto do Documento de Arquivo com base na interpretação como portadores de alguns gêneros textuais, como pode ser observado de forma resumida no quadro 9, a seguir:

Quadro 9 - Interlocução entre a Diplomática Contemporânea e Percurso Gerativo de Sentido

INTERLOCUÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS		
<i>Diplomática Contemporânea</i>	<i>Percurso Gerativo de Sentido: Nível Narrativo.</i>	<i>Interlocução entre as metodologias, por meio de uma síntese geral.</i>
Preâmbulo	Manipulação;	Ideias que exprimem a elaboração de um documento, ou seja, o agir de alguém.
Notificação	Competência	Expressa um ato comunicação, a transformação do saber e/ou poder fazer.
Exposição	Performance	A transformação do ato em conjunção ou disjunção, ou seja, a circunstância que o gerou.
Dispositivo Cláusulas finais	Sanção	Expressa a vontade, é constatação do que ocorreu na performance e exposição, a função do documento de modo a garantir a execução do ato.

Elaborado: pelo autor

As interlocuções entre ambas as metodologias ocorrem, uma vez, que essas entendem todos seus elementos apresentados voltados à análise do texto corrido, como meios de identificação de situações narrativas. No entanto, vale ressaltar novamente que, o *Documento de Arquivo* é descritivo, logo objetivo; porém, em consequência da sua representação, esse passa a ser narrativo, pois quando ocorre a representação, existe um grau de subjetividade, manifestado por uma intenção de interpretação, nesse momento o arquivista passa a ser um contador de história.

Os autores Duff e Harris (2002, p. 276 traduções nossa) enfatizam que, no momento da descrição são selecionados alguns elementos/caracteres, que posteriormente poderão ser utilizados. Segundo os autores, “neste processo, não é a análise, listagem, reprodução, e assim por diante, mas o seu principal meio é narrativa”, ou seja, o ato de contar história.

Sendo assim, observa-se que, tanto a Diplomática Contemporânea quanto o Percurso Gerativo do Sentido utilizam-se do ato de interpretação por meio da AD (Leitura Documental) para identificar seus elementos.

Assim como a identificação, a seleção dos conceitos ocorre nas três metodologias, como se verá no quadro 10.

Quadro 10- Interlocução entre as metodologias na Seleção dos Conceitos

MÉTODOS DE SELEÇÃO DE CONCEITOS DO TEXTO POR MEIO DAS METODOLOGIAS			
<i>Análise Documental, Fase Sintética.</i>	<i>Diplomática Contemporânea</i>		<i>Percurso Gerativo de Sentido, Nível Discursivo.</i>
Seleção dos Conceitos Condensação Documental	Protocolo	Timbre; Título do documento; Data tópica e Cronológica; Subscrição ;[cabeçalho]; Inscrição; Saudação; Assunto; Formula Perpetuitais; Precação;	Tema Figura
	Texto	Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais;	
	Escatocolo	Corroboração: [Datas]; Precação]; [Saudação] Cláusula complementar; Atestação; Qualificação de assinatura; Notas secretariais;	

Elaborado: pelo autor

Avista-se no Quando 10 que a AD continua a servir às outras duas metodologias, levando a se observa que a AD não apresenta um roteiro fixo em sua metodologia, ou seja, essa não oferece por escrito quais partes devem ser levadas em conta na sua aplicação sobre o texto por meio da Leitura Técnica Documental, em que se busca identificar os Conceitos, de modo a: *Selecionar, Condensar e Traduzir*. Posto isso, AD faz uso do processo cognitivo de cada um que dela se ocupa, explicando assim, as variações de roteiros no processo de análise que recai sobre a sua aplicação subjetiva.

Já a Diplomática Contemporânea, além de demonstrar um roteiro de quais partes devem ser analisadas no documento de arquivo, por meio da Leitura Documental da AD, também proporciona por meio de seu roteiro, a seleção dos conceitos que poderão vir a ser utilizados para o acesso a informação.

Tal fato, não ocorre de modo diferente no Percurso Gerativo de Sentido, apresentando método para identificação dos conceitos, mas necessitando também da Leitura Documental da AD, no entanto, não é o mesmo método de identificação dos conceitos que o selecionam, o diferindo assim da Diplomática Contemporânea em que o mesmo roteiro que identifica também pode selecionar. No Percurso Gerativo de Sentido quem seleciona os conceitos é o Nível Discurso, que por meio dos termos; Tema e Figura buscam selecionar os conceitos dos enunciados identificados pelo Nível Narrativo.

Deixa-se em evidência que, a seleção dos conceitos é realizada tendo como base uma política de representação, desta forma, os conceitos identificados podem ou não, vir a serem utilizados na representação da informação.

Observa-se ainda que, as três metodologias trabalham com a Condensação Documental, quando reduzem os textos em conceitos. Contudo apenas a AD enfatiza o controle terminológico e a tradução desses em uma linguagem que é construída e controlada para fins de acesso.

Como se pode se visualizar no quadro a seguir:

Quadro 11- Interlocução entre as metodologias na Representação e Controle dos Conceitos

MÉTODOS REPRESENTAÇÃO E CONTROLE DOS CONCEITOS EXTRAÍDOS DO TEXTO POR MEIO DAS METODOLOGIAS		
<i>Análise Documental, Fase Sintética.</i>	<i>Diplomática Contemporânea</i>	<i>Percurso Gerativo de Sentido</i>

Tradução dos Conceitos através da Linguagem Documental	Não consta	Não consta
--	------------	------------

Elaborado: pelo autor.

A Tradução dos Conceitos, proposto pela AD, consiste em transformar os elementos/caracteres (conceitos) extraídos de um documento constituído por uma Linguagem Natural em uma Linguagem Documental, ou seja, uma Linguagem que possui um controle terminológico dos elementos/caracteres, com a finalidade de proporcionar o acesso à informação, fazendo-se uma ligação entre o usuário e o sistema de informação.

Sendo assim, essas são a interlocuções que podem ser identificadas entre as metodologias apresentas nesta pesquisa.

No próximo tópico faz-se a aplicação destas metodologias sobre o documento de arquivo de modo a identificar, qual melhor procedimento que pode ser aplicado sobre esse.

5.1.2.1. APLICAÇÕES DOS PROCEDIMENTOS APRESENTADOS PELAS METODOLOGIAS, SOBRE DUAS ESPÉCIES DOCUMENTAIS ARQUIVÍSTICA.

Neste tópico, busca-se apresentar como se dá a aplicação dos seguintes procedimentos metodológicos, a Diplomática Contemporânea, Análise Documental e Percurso Gerativo de Sentido sobre o Documento de Arquivo, de modo a identificar quais são as contribuições dessas metodologias para elaboração de pontos de acesso à informação.

Esses procedimentos auxiliam a Arquivologia a dar um passo na representação de sua informação, visto que até o presente momento a mesma ainda se utiliza somente de normas que apresentam, de certa forma um núcleo, que expõe alguns elementos. Devendo ser considerados na descrição dos pontos de acesso, ou caso o arquivista julgue necessário na representação do Documento de Arquivo esse pode adicionar outros além daqueles pontos de acesso propostos pelas normativas, tanto Internacional quanto Nacional.

Sendo assim, de modo a fazer um experimento dos procedimentos que as metodologias expõem, estas serão aplicadas a um Documento de Arquivo, pertencente ao Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília/SP – CEDHUM, sendo que um documento pertencente ao Fundo Prefeitura Municipal de Marília, e outro Fundo da Faculdade de Filosofia e Ciência – Unesp – Campus de Marília/SP.

Esses documentos foram eleitos de modo se escolher espécies documentais diferentes para aplicação das metodologias, com o intuito de se identificar, qual metodologia tem os melhores procedimentos de análise na representação do Documento de Arquivo, no que tange à elaboração de pontos de acesso.

Além de contribuir de modo significativo com novos procedimentos metodológicos na representação da informação do Documento de Arquivo, posto que se observa, em um primeiro momento, a elaboração de pontos de acesso que ocorre somente por meio de normativas, não existindo outros meios para a representação da informação do Documento Arquivo.

Sendo assim, irá se aplicar as metodologias sobre os seguintes Documentos de Arquivo, cujo suas espécies documentais, são: Lista de Frequência/Fundo Faculdade de Filosofia e Ciência – Unesp – Campus de Marília/SP e outro pertencente ao Fundo Prefeitura Municipal de Marília/SP, que é o Ofício do Departamento da Administração Municipal.

A aplicação da metodologia seguirá as seguintes premissas: a AD, como metodologia, irá auxiliar as outras metodologias por meio de sua Fase Analítica que comporta a Leitura Documental permitindo a Identificação dos Conceitos por meio do Modelo de Leitura (roteiros de análise), que se apresenta tanto pela Diplomática Contemporânea quanto pelo Percorso Gerativo de Sentido.

O objetivo da aplicação dessas metodologias é identificar quais são procedimentos realizados por essas na análise do Documento de Arquivo e qual é a de melhor valia para a representação da informação do Documento de Arquivo.

Deste modo segue-se para aplicação dos procedimentos metodológicos sobre documento de arquivo como poderá ser observado nas figuras 01 e 02 abaixo.

UNESP "JULIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE MARILIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS E DA DOCUMENTAÇÃO
LISTA DE FREQUÊNCIA
MÊS/ANO: JUNHO/1983

Curso de: **CIÊNCIAS SOCIAIS** Período: **NOTURNO**
 Disciplina: **EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO** 3º Ano **(20)**
 Prof.: **GERALDO ELVIO BALESTRIERO** Aulas previstas: A/dadas **12**

ALUNOS	FREQUÊNCIA										Total de Falhas	Total Acumulado				
	DIA 10				DIA 17				DIA 24				DIA	DIA		
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2					3	4
Aedes Pereira da Costa	F	F	F	F	F	F	F	F			08	04
Célia Ap.Ferreira Tolentino	F	F	F	F	F	F	F	F			08 ⁶	12
Francisco Carlos Modenese	F	F	F	F			04 ⁸	02
Hatsumi Arakaki	F	F	F	F			04 ⁸	
Leonice Ferreira da Silva	F	F	F	F			04	12
Luiz Carlos Paulino	.	.	F	F	F	F	F	F			06 ⁸	08
Maria Valéria Barbosa	F	F	F	F			04 ⁸	04
Rosamilte Cardoso Pereira	F	F	F	F			04 ⁸	
Silvio Duarte	F	F	F	F			04 ²	02
Tânia Mitika Tayota	F	F	F	F			04 ⁸	04
Valdeir Agostinelli Pereira	F	F	F	F			04 ⁸	04
3º ANO - DIURNO																
Lísia Trevisan Giglio	F	F	F	F			04 ¹²	10
Patrícia Helena R.Henrique	F	F	F	F			04	12

Mod. 109

Quadro 12- Aplicação das metodologias Diplomática Arquivística e Análise Documental na Figura 01

DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E ANÁLISE DOCUMENTAL		
<i>Modelo de Leitura</i>		<i>Identificação dos Conceitos</i>
Protocolo	Timbre	Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Marília.
	Título do documento	Lista de Frequência
	Data tópica e Cronológica	Junho de 1983/Campus de Marília
	Subscrição /cabeçalho	Faculdade de Educação, Filosofia, Ciência Social e da Documentação.
	Inscrição	-
	Saudação	-
	Assunto	Lista de Frequência de Aluno
	Formula Perpetuitais	-
	Precação	-
Texto	Preâmbulo	Demonstrativo de Frequência
	Notificação	-
	Exposição	Curso de Ciências Sociais, período noturno, do terceiro ano, Disciplina ministrada: Evolução do pensamento econômico, ministrada pelo Prof. Geraldo Elvio Balestriero.
	Dispositivo	-
	Cláusulas finais	-
Escatocolo	Corroboração: Datas; Precação; Saudação.	Junho de 1983; Dias: 10, 11 e 24
	Cláusula complementar	-
	Atestação	-
	Qualificação de assinatura	-
	Notas secretariais	-

Elaborado: Pelo Autor.

Quadro 13- Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido e Análise Documental, na Figura 01.

PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO E ANÁLISE DOCUMENTAL	
<i>Modelo de Leitura</i>	<i>Identificação dos Conceitos</i>
Manipulação;	Não encontrado
Competência	Não encontrado
Performance	Não encontrado

Sanção	Não encontrado
--------	----------------

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Quadro 14 - Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido, Seleção dos Conceitos, na Figura 01.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS	
<i>Temas</i>	<i>Figuras</i>
Não encontrado	Não encontrado

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Observa-se que, no Quadro 12, a Diplomática Contemporânea ao agir em conjunto AD, serve o seu roteiro de análise como um Modelo de Leitura à AD, para que ocorra a identificação dos pontos mais significantes do texto, combinando-se melhor na identificação de elementos/caracteres inerentes ao Documento de Arquivo, que podem vir a servir como pontos de acesso, após um controle terminológico. Deste modo, constata-se uma convivência simbiótica entre essas metodologias, vale ressaltar que, os elementos/caracteres identificados servem também à Diplomática Contemporânea como conceitos já selecionados.

Assim como, o Percurso Gerativo de Sentido com seu roteiro de análise, que ao ser utilizado pela AD passa a ser um Modelo de Leitura, que ressalta as partes mais importantes do documento como também ocorre com Diplomática Contemporânea. Contudo, o Percurso Gerativo de Sentido junto a AD não obteve o mesmo sucesso que a Diplomática Contemporânea, em identificar os elementos/caracteres do Documento de Arquivo analisado como pode ser visto no Quadro 13 e 14, demonstrando assim que, o Percurso Gerativo de Sentido não consegue agir sem um resquício de texto, em que essa metodologia possa identificar, a: Manipulação; Competência; Performance e Sanção e destes elementos extrair os Temas e Figura.

Sendo assim, entende-se que, o Percurso Gerativo de Sentido não funciona em Espécies Documentais que apresentam apenas dados, tais como: Notas Fiscais, Holerites, Relatórios de Remessas, etc., ou quaisquer outros documentos contábeis,

tornando se assim, um procedimento não utilitário na elaboração de pontos de acesso a essas Espécies Documentais.

O próximo Documento de Arquivo a ser analisado é Ofício do Departamento da Administração Municipal, representado pela Figura 02 a seguir.

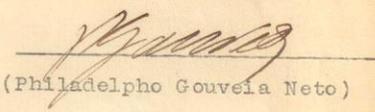
Figura 02 – Documento de Arquivo: Ofício do Departamento da Administração Municipal


Departamento da Administração Municipal
São Paulo, 15 de Dezembro de 1933
N.º 33379
M. 132.
P. 696-32

Ilmo. Snr. Prefeito Municipal de

MARILIA

De ordem do senhor Diretor Interino deste Departamento comunico a Vossa Senhoria, que foi arquivado, em data de hontem, o processo 696 desse municipio, referente ao oficio nº 581, de 11 de fevereiro p. p. sobre verba suplementar para a instrução publica.

Saudações cordeais
O Secretario,

(Philadelpho Gouveia Neto)

M/J/A.

Fonte: Fundo da Prefeitura Municipal de Marília

Quadro 15 - aplicação das metodologias Diplomática Arquivística e Análise Documental na Figura 02

DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA E ANÁLISE DOCUMENTAL		
<i>Modelo de Leitura</i>		<i>Identificação dos Conceitos</i>
Protocolo	Timbre	Departamento da Administração Municipal
	Título do documento	-
	Data tópica e Cronológica	15 de Dezembro de 1933/Marília
	Subscrição /cabeçalho	Departamento da Administração Municipal
	Inscrição	Ilmo Sr. Prefeito de Marília
	Saudação	-
	Assunto	Arquivamento do ofício n 581
	Formula Perpetuais	-
	Precação	-
Texto	Preâmbulo	Arquivamento
	Notificação	Comunicado
	Exposição	Arquivamento do ofício nº 581, referente ao processo 696.
	Dispositivo	Comunicar o arquivamento do ofício
	Cláusulas finais	
Escatocolo	Corroboração: Datas; Precação e Saudação	Saudações
	Cláusula complementar	Saudações
	Atestação	Assinatura a feita a mão
	Qualificação de assinatura;	Diretor interino do Departamento da Administração Municipal
	Notas secretariais	-

Quadro 16 - Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido e Análise Documental, na Figura 02.

PERCURSO GERATIVO DE SENTIDO E ANÁLISE DOCUMENTAL	
<i>Modelo de Leitura</i>	<i>Identificação dos Conceitos</i>
Manipulação	De ordem do senhor Diretor Interino deste departamento.
Competência	Comunico a Vossa Senhoria
Performance	que foi arquivado em data de ontem, o processo nº 696 desse município

Sanção	referente ao ofício nº 581, de 11 de fevereiro p. p. sobre verba suplementar para a instrução publica
--------	---

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Quadro 17 - Aplicação da Metodologia Percurso Gerativo de Sentido, Seleção dos Conceitos, na Figura 02.

SELEÇÃO DOS CONCEITOS	
<i>Temas</i>	<i>Figuras</i>
Ordem	Diretor Interino deste departamento
Comunico	Vossa senhoria
Arquivado	Processo nº 696
Referente	Ao ofício nº 581

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A análise que aqui se apresenta, demonstra de modo completamente diferente o que foi constatado anteriormente no documento analisado. Nesta análise todas as metodologias apresentam resultado na identificação dos elementos/caracteres que podem ser postos, como pontos de acesso.

A Diplomática Contemporânea serve novamente à AD como um Modelo de Leitura para identificação dos elementos/caracteres que poderão vir a servir para pontos de acesso, cumprindo assim no Quadro - 15, a mesma exatidão que ocorreu na primeira análise da no Quadro 12 da figura 01.

O Percurso Gerativo de Sentido na primeira análise da Figura 01 se apresentou falho como pode ser observado nos Quadros 13 e 14, de modo a não identificar elementos/caracteres para elaboração de pontos de acesso. Porém, quando o Documento de Arquivo apresenta um texto, como na Figura 02, sua análise se realiza de modo significativo na identificação e seleção dos conceitos como pode ser visto no Quadro 16 e 17, mas na ausência do texto, essa metodologia se demonstra falha.

Com aplicação das metodologias sobre o Documento de Arquivo, chega-se às seguintes contribuições para a representação da Informação por meio da elaboração dos pontos de acesso.

- *A Diplomática Contemporânea e AD*: é a que melhor se apresenta os com procedimentos de identificação para elaboração de pontos de acesso ao documento de arquivo em qualquer espécie, dado que o seu roteiro de análise segue os pontos

fulcrais existentes nesse. Isso se deve ao aprimoramento de seus métodos durante os séculos. Já a AD auxilia de modo pontual a Diplomática Contemporânea ao transformar seu roteiro de análise em um Modelo de Leitura Documental.

- *O Percurso Gerativo de Sentido e AD:* a AD, assim como na Diplomática, transforma o método de análise do Percurso Gerativo de Sentido em Modelo de Leitura, no entanto, esses só se tornam funcional, quando há um texto no documento, ou seja, não são quaisquer espécies documentais que essa metodologia consegue analisar, mas se demonstra ser, um bom procedimento na elaboração de pontos de acesso ao identificar a ideia principal do Documento de Arquivo que contenha texto. Em vista disso, o Percurso Gerativo de Sentido serve para se obter uma melhor compreensão do conteúdo textual do Documento de Arquivo, ou seja, identificar a Espécie Documental quando há texto, como na Figura 02 do Ofício de Comunicado, pois tal técnica fragmenta o texto em trechos que, com a interpretação, apresentam um circuito narrativo.

Portanto, são essas as contribuições identificadas nas metodologias que auxiliam na elaboração dos pontos de acesso ao Documento de Arquivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer as questões que nortearam esta pesquisa, pode-se apontar de forma satisfatória que, para as indagações postas, obtiveram-se respostas que corroboraram com os objetivos propostos.

No desenvolvimento dessa investigação se perpassou por algumas etapas, que serão retomadas de forma sintética, de modo a demonstrar as considerações obtidas com o desenvolvimento da temática proposta.

A indagação desse trabalho se apresenta na forma de um problema, que demonstra uma preocupação que se tem com a representação da informação do Documento de Arquivo, no que diz respeito à elaboração de Pontos de Acesso a essa informação.

Observa-se a não ocorrência de discussões sobre os procedimentos metodológicos que possam vir a servir para a elaboração dos Pontos de Acesso, apesar de possuir alguns elementos que já estão preestabelecidos em normativas tanto em âmbito Internacional quanto Nacional, mas que só servem como instrumentos para representação do documento de arquivo não possuindo qualquer articulação com os produtos de representação e muito menos possuem a base procedimental para elaboração desses.

Ao se constatar essa realidade, levantaram-se as hipóteses das seguintes metodologias, que poderiam, ou não, vir a servir na elaboração dos Pontos de Acesso: Diplomática Contemporânea, Análise Documental (AD) e o Percorso Gerativo de Sentido.

Tendo tais metodologias como base, se discorreu de modo a se identificar suas contribuições para elaboração dos pontos de acesso. O Documento de Arquivo é descritivo e objetivo, porém, quando esse perpassa por uma intenção de representação, ocorre um processo de interpretação cognitiva tornando-o subjetivo e dessa forma se extraem os elementos que melhor o representam, se assemelhando a um ato de contar histórias com os elementos/caracteres, como apresentado por DUFF e HARRIS (2002).

Deste modo, quando há a representação da informação do Documento de Arquivo por meio do processo de descrição, subentende-se que, ao extrair alguns elementos/caracteres que o compõe, começa se a narrar o porquê de sua função e

atividade. Logo, esse ato de contar história torna-se compreensivo por quem busca a informação, já que o usuário, ao procurá-la, sempre vai munido de algum tema ou assunto; desta forma, a descrição nada mais é do que a desconstrução para construção de significado para aqueles que buscam a informação do Documento de Arquivo em um sistema.

Sendo assim, as metodologias apresentadas têm procedimentos para a elaboração dos Pontos de Acesso que buscam identificar fragmentos relevantes no Documento Arquivo no qual poderão, ou não, servir aos fins de acesso dependendo somente da política adota na instituição para isso.

Diante de tal constatação, a Diplomática Contemporânea, junto com a AD, nos surpreende nas análises realizadas. Essas duas metodologias foram as que apresentaram rendimento satisfatório, abrangendo elementos/caracteres significativos de quaisquer espécies documentais, podendo assim, serem utilizadas para a geração de Pontos de Acesso. Contudo ressalta-se que, a Diplomática Contemporânea também apresenta um ruído em sua aplicação, pois, ao tentar completar todos os seus campos de análise, acaba-se por forçar a metodologia. Uma vez que, essa também apresenta dificuldade quando não se tem resquício textual no documento.

Já o Percurso Gerativo de Sentido com a AD demonstram também resultados excelentes, porém, não é qualquer documento que essas metodologias juntas conseguem analisar, ou seja, para o desenvolvimento dessas sobre o Documento de Arquivo, tem que haver a presença de um texto, caso contrário, se esse apresentar apenas dados, a aplicação dessas metodologias não se realiza. Mas, há outra contribuição dessas metodologias agindo em conjunto: elas auxiliam na identificação do teor do documento por meio da interpretação do assunto.

Há que se ressaltar que a pesquisa, constata também que existe um déficit nas discussões sobre tal temática no âmbito da arquivologia; segundo Cook e Schwart (2002) isso se deve em virtude de muitos arquivistas ainda estarem presos ao pensamento de Jenkinson (1922), o qual retrata tal profissional como sendo um guardião passivo dos meios de provas.

Todavia, o Arquivista não pode mais ser passivo ou achar que não trabalha com a subjetividade e que só guarda documentos de arquivo, como no tempo de Jenkinson (1922). Hoje o Arquivista, como profissional, tem o dever e a obrigação de proporcionar o acesso aos Documentos de Arquivos, e deve compreender que

qualquer processo de representação vai apresentar um grau de subjetividade, por mais que seja objetivo, para preencher um sistema de informação.

Para fechar tal exposição, recupera-se aqui um trecho do texto Duff e Harris (2002, p.276-277 tradução nossa) em que os autores enfatizam que Arquivistas devem encarar essa nova realidade e assumir de vez o seu eu papel de acordo com de contar histórias em seu trabalho descritivo, e que, a *“tentativa de negá-lo, insistindo que eles simplesmente organizarem os fatos, em vez de construir uma narrativa com a seleção destes fatos, ou insistindo que eles são apenas um canal para uma história que se conta, leva à esterilidade e ingenuidade profissional, e torna-os vulneráveis para os perigos da história”*.

A exposição deste fato abre procedência para que a Arquivística busque também um meio para controlar essa subjetividade empregada pelo Arquivista na representação da informação, de modo a evitar que ela se perca entre os elementos/caracteres que não contemplam o Documento de Arquivo analisado, pois se entende que cada pessoa tem um grau de subjetividade o qual deve ser controlado.

Desta forma, pode-se apontar a ética profissional como um subsídio para elaboração de políticas de representação, talvez ao discutir a aplicação dela a esses pontos que ficam entreabertos, com a finalidade de controlar o grau da subjetividade do arquivista aplicada ao Documento de Arquivo, possa melhorar desta forma a descrição Arquivística na elaboração de Pontos de Acesso, mas, para isso, se revela a necessidade de um desenvolvimento de uma nova pesquisa, pois esta só nos deu um norte, no que tange aos procedimentos para representação da informação do Documento de Arquivo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 04 Jan. 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975 e Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf>. Acesso em: 04 de Dez. 2013.

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2005.

BAUTIER, R. H. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'Ecole des chartes. In: *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*, 1961, tome 119, p.194-225. Disponível em: <http://sclineum.unipv.it/biblioteca/bautier.pdf>>. Acesso em: 14 de Jan. 2014.

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BONAL ZAZO, J. L. *La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas*. Gijón: Trea, 2002.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=11&cad=rja&ved=0CCoQFjAAOAO&url=http://eva.eubca.edu.uy/mod/resource/view.php?id=2963&ei=Pp-UUumPFqa2sAT_4IDYAg&usq=AFQjCNEKN7Vm9RfTp9r8bWcyZOUDXRM3vg&bv m=bv.57155469,d.cWc>. Acesso em: 25 Nov. 2013.

BROOKES, B. C. The fundamental of information science philosophy. *Journal of Information Science*. v.2. 1980. p. 125-133. Disponível em: <http://comminfo.rutgers.edu/~kantor/601/Readings2004/Week3/r4.PDF>>. Acesso em: 08 Nov. 2013.

BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES (Org.). *Règles pour la description des documents d'archives*. Ottawa, rev.2008. Disponível em: <http://www.cdncouncilarchives.ca/RAD/RDDAComplete_July2008.pdf>. Acesso em: 07 Jan. 2014.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Trad. José Augusto Chaves Guimarães. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun. 1988. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=19202>. Acesso em: 16 Jan. 2014.

CHAUMIER, J. *As técnicas documentais*. Trad. Jorge de Sampaio, 1. Ed. Porto-Lisboa: Publicações Europa América, Coleção saber nº 72 seções VI - Ciências Aplicadas, 1971.

CLAUSÓ GARCIA, A. Análisis documental: el análisis formal. *Revista general de información y documentación*, Vol. 3, Nº 1, 1993, págs. 11-20. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/viewFile/RGID9393120011A/11739>> . Acesso em 15 abr. 2014.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In SMIT, J. W. (Org.). *Análise Documentária: a análise da síntese*. 1. Ed. BRASILIA: IBICT, 1987. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 18 Mai. 2014.

CINTRA, A. M. M. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Polis, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias*. Trad. Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. (Publicações Técnicas; n. 50). Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar_cpf.pdf2001.pdf> Acesso em: 10 nov. 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA*. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isadg_2001.pdf> Acesso 10. Nov. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.124p. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade2002.pdf>> Acesso em: 10 de Nov. 2013

CONTRERA, L.N. Concepto de Documento. In JOSE MANUEL MATA CASTILLON *et al. Archivitica: Estudios básicos*. Servilla diputación provincial, 1981, p. 25-44.

COSTA, M. A. (2008). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, Spring, 1997, p. 18-63.

COYAUD, M. *Introduction à l'étude des langages documentaires*. Paris: Klincksieck, 1966.

CUNHA, I.M.R.F. Análise documentária. In: SMIT, J.W. et al. (org.), *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, 1987. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 18 Mai. 2014.

CRUZ MUNDET, J. R. *Manual de archivística*. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1996.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978. . Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/1680>>. Acesso em: 14 Abr. 2014.

DODEBEI, V. L. D. *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. Niteroi: Intertexto, 2002.

DUFF, W. M.; HARRIS, V. Stories and Names: Archival Description as Narrating Records and Constructing Meanings. *Archival Science*, v. 2, n. 3-4, p. 263-285, 2002. Disponível em: <<http://yalearchivalreadinggroup.pbworks.com/f/Duff&Harris.pdf>>. Acesso em: 15 de Jul. 2014.

DURANTI, Luciana. *Ciencia Archivística*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*, n 35, 1992. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 15 Dez. 2013.

DURANTI, L. The concept of appraisal and archival theory. *The American archivist*. Chicago: *The Society of American Archivists*, v.57, n°2, 1994a, p.328- 344. Disponível em: <https://courses.ischool.utexas.edu/Winget_Megan/2007/Summer/Becker/Duranti_Concept_of_Appraisal.pdf> Acesso em: 16 Nov. 2013.

DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science (Part V). *Archivaria*, n 32 (Summer) 1991, p. 06-24. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11758/12708>. Acesso em: 14 Jan. 2014

DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science (Part VI). *Archivaria*, n 33 (Summer) 1991- 1992, p. 06-24. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11795/12746>>. Acesso em: 17 Jan. 2014

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ, v.7, n.13, 1994b, p.49-64, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1976>>. Acesso em Dez. 2013.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, J. L. *Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva*. *DELTA*. fev./jul. 1999, vol.15, no.1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100009&lng=pt&nrm=iso. >. Acesso em: 16 Jan. 2014.

FLOCH, J. M. *Documento de Estudo do Centro de Pesquisa Sociosemióticos*. Periódicos I. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticos, 2001.
FONSECA, M. O. *Arquivologia e Ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 121.

FONSECA, V. M. M. *A normalização da descrição arquivística – avanços internacionais e a situação do brasil*. 1999. Disponível em:

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/a_normalizao_da_descricao_arquivistica_avanos.pdf. Acesso em: 04 Jan. 2014.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DatagramaZero*: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago04/Art_01.htm. Acesso em: 12 Mai. 2014.

GARDIN, J. C. et al. *La logique de plausible*: essays d'epistemologie pratique. Paris: Maison de Sciences de L'Homme, 1981.

GARCIA GUTIÉRREZ, A.L. *Linguísticas documental*. Barcelona, Mitre 1984

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix. 1976.

GREIMAS, A. J; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GIRY, Arthur. *Manuel de Diplomatie*. New York: Burt Frankin, 1893. Disponível em: <https://ia600404.us.archive.org/17/items/manueldediplomat00giry/manueldediplomat00giry.pdf>. Acesso em: 05 Mai. 2014

GUIMARÃES, J. A. C. Ciência da Informação, Arquivologia e Biblioteconomia: Em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: GUIMARÃES, J. A. C, FUJITA, M. S. L. (org.). *Ensino e Pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: A emergência de um novo olhar*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília, Fundepe, 2008. 31-43.

GUIMARÃES, J. A. C. *Análise documentária em jurisprudência: elementos para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros*. 1994. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E.; GUARIDO, M. D. M. (2007). Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: GÁRCIA MARCO, F. J. (Org.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación em entorno digital*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. 93-100.

GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, L. M. B.; MORAES, J. B. E. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos

técnicos. In: VALENTIM, M.L.P. (Org). *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005. p.135-160.

GUIMARAES, J.A.C. A. Análise documental no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L. (Org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 100-117

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*. Sevilla, Espanha: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HORSMAN, P., KETELAAR, E. and THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. *American Archivist*. n. 66, Winter/Spring, 2003. P.249-270. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/452235k813568872/fulltext.pdf>>, acesso em: 27 Dez. 2013.

INTERNATIONAL COUCIL ON ARCHIVES. *Committee on de descriptives standards*. France. Disponível em: <<http://www.icacds.org.uk/eng/history.htm>>. Acesso em: 12 Dez. 2013.

JENKINSON, H. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making*. London, Edinburgh, New York, Toronto, Melbourne and Bombay: Oxford at the Clarendon Press, 1922. 281 p. Disponível em: <<https://ia700302.us.archive.org/0/items/manualofarchivea00jenkuoft/manualofarchivea00jenkuoft.pdf>>. Acesso em: 18 Dez. 2013.

JACOB, E. K.; S. Debra. Sociocognitive perspectives on representation. *Review of Information Science and Technology* (ARIST), Medford, NJ, v.33, p.131-185, and 1998.

KOBASHI, N. Y. A. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

LACOMBE, F.J.M. *Dicionário de Administração*. São Paulo: Saraiva, 2004.p.358.

LE COADIC, Y.F. *A ciência da Informação*. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004. p. 122 p. Tradução Maria Yeda F.S de Filgueiras Gomes.

LODOLINI, E. *Archivística principios y problemas*. Traducción por Mercedes Costa Paretas. Madrid: Editorial La Muralla, 1993, p. 339.

LOPEZ, A. P. A. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf6.pdf>. Acesso em: 06 Jan. 2014.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 3^a ed., São Paulo, Editora Atlas, 1992.

MILANI, S. O; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. *Datagramazero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. não paginado, jan. 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev11/Art_04.htm#R1>. Acesso em: 06 Jan. 2014.

MORAES, J. B. E. de. *A questão do aboutness no texto narrativo de ficção: perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação*. 2011. 81f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual, Marília, 2011.

MORAES, J. B. E. de; GUIMARÃES, J. A. C. Análise documental de conteúdo de textos literários: em busca do diálogo entre as concepções de aboutness/meaning e de percurso temático/percurso figurativo. In: ____ ENCIENTROS INTERNACIONALES SOBRE SISTEMAS DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 11. 2006, Zaragoza. Anales... Zaragoza: Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Zaragoza, 2006.

MORAES, J. B. E. ; GUIMARÃES, J.A.C. ; GUARIDO, M. D.M. . Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: *Francisco Javier García Marco (Org.)*. Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007, p.93-100

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: _____. *Archivística: estudios básicos*. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p.25-44.

PAES, M.L. *Arquivo teoria e prática*. 3. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PINTO MOLINA, M. *Análisis documental: fundamentos y procedimientos*. 2. ed. rev. aum. Madrid; Eudema, 1993.

PINTO MOLINA, M. *Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido*. Boletín de la ANABAD, tomo 39, n.2, p.323-341, 1989. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798857>>. Acesso em: 18 Mai. 2014.

PROPP, V. *Morfologia do Conto Maravilhoso*. CopyMarket, 2001. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/vladimir-propp-morfologia-conto-maravilhoso-pdf-d94203804>. Acesso em: 19 Dez. 2013.

RAMAZINI, H. *Introdução à Linguística Moderna*. São Paulo ícone, 1990, p. 25.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUIZ PÉREZ, R. *El análisis documental: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa*. Madrid: Universidad de Granada, 1992.

SARACEVIC, T. Information science: origin, evolution and relations. *American Documentation*, January 1968 Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~kantor/601/Readings2004/Week2/w2R1.PDF>>. Acesso em: 25 Nov. 2013.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.320.

SHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: Arranjo e Descrição*. Tradução de Manoel A. Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1980, p. 396

SILVA, M. dos R. da; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, mai/ago., 2004.

SMIT, J. W. (Org.). *Análise Documentária: a análise da síntese*. 1. Ed. BRASÍLIA: IBICT, 1987. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%C3%A1lise%20document%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 18 Mai. 2014.

STIBBE, H. L. P. Standardising description: the experience of using ISAD (G). *Janus: archival review*, Dordrecht, n. 1, p. 132-152, 1998. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CDAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.arxiv.org/abs/199805010&context=archival-reviews>. Acesso em: 18 Dez. 2013.

STIBBE, H.L.P. Implementing the Concept of Fonds: Primary Access Point, Multilevel Description and Authority Control. *Archivaria*, n 34 p.109-137, 1992: International Congress on Archives (ICA). Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11844/12796>. Acesso em: 25 de Mai. 2014

TÁLAMO, M. F.G. M. *Elaboração de resumos*. São Paulo: ECA/USP, 1987.

TESSIER G. *La diplomatique*. Presses universitaires de France – Collection “Que sais-je?”. 1952, p.126.

TOGNOLI, N. B. *A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em ciência da informação) - Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciência - UNESP Campus de Marília, 2013. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/tognoli_nb_do_mar.pdf. Acesso em: 14 Jan. 2014.

YAKEL, E. Archival representation. *Archival Science*, n. 3, p. 1-25, 2003. Disponível em: http://sitemaker.umich.edu/yakel/files/yakel_archival_representation.pdf. Acesso em: 14 de Jul. 2014.

YEO, G. Records and representations. In: *Conference on the Philosophy of the Archive. Edinburgh, Scotland, 10th April*. 2008. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/infostudies/geoffrey-yeo/representations.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2014.